

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DO SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL MESTRADO**

MARCO AURÉLIO ZBOROWSKI FERNANDES

**A CONTRARREVOLUÇÃO NEOLIBERAL E AS TEORIAS
SOBRE A CRISE DO SINDICALISMO BRASILEIRO
NOS ANOS 1990: UMA ANÁLISE CRÍTICA**

São Leopoldo

2022

MARCO AURÉLIO ZBOROWSKI FERNANDES

A CONTRARREVOLUÇÃO NEOLIBERAL E
AS TEORIAS SOBRE A CRISE DO SINDICALISMO
BRASILEIRO NOS ANOS 1990: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Humanidades da Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Políticas e Práticas Sociais

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Santos Pinho

São Leopoldo

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

F363c Fernandes, Marco Aurélio Zborowski.
A contrarrevolução neoliberal e as teorias sobre a crise do sindicalismo brasileiro nos anos 1990: uma análise crítica / Marco Aurélio Zborowski Fernandes. – São Leopoldo (RS), 2022.
120 f.

Orientador: Carlos Eduardo Santos Pinho.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

1. Sindicalismo. 2. Neoliberalismo. 3. Democracia. I. Pinho, Carlos Eduardo Santos. II. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. III. Título.

CDU 32

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

MARCO AURÉLIO ZBOROWSKI FERNANDES

**A CONTRARREVOLUÇÃO NEOLIBERAL E
AS TEORIAS SOBRE A CRISE DO SINDICALISMO
BRASILEIRO NOS ANOS 1990: UMA ANÁLISE CRÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Humanidades da Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Aprovado em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Arnaldo Provasi Lanzara - UFF

Prof.^a Dra. Monika Weronika Dowbor - UNISINOS

Prof. Dr. Carlos Eduardo Santos Pinho (Orientador) - UNISINOS

São Leopoldo

2022

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a minha família (companheira e filhos) pelo incentivo e sacrifícios que fizeram durante o período do mestrado. Sem a ajuda deles teria sido mais difícil.

Ao meu orientador Prof. Carlos Eduardo Pinho que ao longo desse período teve muito mais que paciência para orientar. Foi conselheiro e psicólogo. Tudo ao mesmo tempo.

À Unisinos e em especial ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: professores, funcionários e colegas que sempre estiveram dispostos a ouvir e ajudar com informações e conselhos que ajudaram muito nestes últimos dois anos.

RESUMO

O tema desta dissertação é a crise sindical, ou poderíamos dizer as crises sindicais (BRIDI, 2006). Concentra-se no período da “década neoliberal”, 1990 (CARDOSO, 2003), com as reformas orientadas para o mercado que precarizaram o mercado de trabalho. Nesse sentido, o presente trabalho pretende assinalar nossa contrariedade com a teoria da crise sindical. Em primeiro lugar, nos referimos ao fato de que ainda vivemos em uma sociedade capitalista e os sindicatos nasceram com ela para defender os trabalhadores do poder dos empregadores. Em segundo, temos uma compreensão teórica sobre a função dos sindicatos em uma sociedade capitalista: os sindicatos não são um partido político e, portanto, não são os únicos responsáveis para fazer as transformações sociais. Eles fazem parte desse processo. É um estudo que se apoia na história, nas ações das classes dominantes contra os trabalhadores. O método adotado é a análise bibliográfica que busca identificar os principais argumentos da crise do sindicalismo brasileiro na década de 1990 a fim de verificar se podemos falar em crise ou em mudança de estratégias ou de repertórios no período analisado. A base teórica é a Teoria do Confronto Político que trata dos ciclos de protestos e das oportunidades de ação política. Examina a relação entre sindicalismo e democracia para identificar as oportunidades de ação sindical. Traçamos um histórico da constituição da classe trabalhadora no Brasil e como se construiu o movimento sindical, bem como as ações das classes dominantes para controlar, através do Estado, as lutas sociais e impedir as classes subalternas de se organizarem de forma autônoma. Abordamos o período do golpe civil-militar que interrompeu a ascensão sindical nos anos 1960 e adentramos, na conclusão, em breve análise dos anos 2000 com o período democrático e de conquistas de 2003-2016 e o retrocesso após o golpe jurídico-parlamentar de 2016.

Palavras-chave: Sindicalismo, crise sindical, neoliberalismo, reestruturação produtiva, democracia

ABSTRACT

The theme of this dissertation is the union crisis, or we could say union crises (BRIDI, 2006). It focuses on the period of the “neoliberal decade,” 1990 (CARDOSO, 2003), with market-oriented reforms that made the labor market precarious. In this sense, the present work intends to point out our opposition to the theory of the union crisis. Firstly, we refer to the fact that we still live in a capitalist society and unions were born with it to defend workers from the power of employers. Second, we have a theoretical understanding of the role of unions in a capitalist society: unions are not a political party and, therefore, are not solely responsible for making social transformations. They are part of that process. It is a study that is based on history, on the actions of the ruling classes against workers. The method adopted is the bibliographic analysis that seeks to identify the main arguments of the crisis of Brazilian unionism in the 1990s in order to verify if we can talk about a crisis or a change of strategies or repertoires in the analyzed period. The theoretical basis is the Theory of Political Confrontation, which deals with the cycles of protests and opportunities for political action. Examines the relationship between unionism and democracy to identify opportunities for union action. We trace a history of the constitution of the working class in Brazil and how the trade union movement was built, as well as the actions of the ruling classes to control, through the State, social struggles and prevent the subaltern classes from organizing themselves autonomously. We approach the period of the civil-military coup that interrupted the union ascension in the 1960s and we enter, in conclusion, a brief analysis of the 2000s with the democratic and conquest period of 2003-2016 and the setback after the legal-parliamentary coup of 2016.

Keywords: Unionism, union crisis, neoliberalism, productive restructuring, democracy

GRÁFICOS

Gráfico 1. Greves no Brasil (1978-1991)78

Gráfico 2. Inflação Anual (IGP/FGV – 1979-1989)78

Gráfico 3. Relação entre taxa de desemprego e o número de grevistas na década de 1990.....108

LISTA DE ABREVIATURAS

ANAMPOS	Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais
AI5	Ato Institucional nº 5
ANL	Aliança Nacional Libertadora
BOC	Bloco Operário e Camponês
CNTI	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CONCLAT	Congresso da Classe Trabalhadora
CONCLAT	Conferência das Classes Trabalhadoras
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CAPs	Caixa de Aposentadorias e Pensão
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CISCAI	Comissão Intersindical Contra a Assiduidade
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
MIA	Movimento Intersindical Anti-Arrocho
MDB	Movimento Democrático Brasileiro (Partido)
MR8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MPT	Ministério Público do Trabalho
MPs	Medidas Provisórias
MUT	Movimento Unificado dos Trabalhadores
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PCB	Partido Comunista do Brasil
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUI	Pacto de Unidade Intersindical
PUA	Pacto de Unidade e Ação
PT	Partido dos Trabalhadores
SINTRAPLI	Sindicato dos Motoristas de Transporte Individual por Aplicativo do Rio Grande do Sul
TPP	Teoria do Processo Político
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Os novos desafios do sindicalismo progressista.....	20
1.2 A Teoria do Confronto Político.....	23
1.3 Procedimentos metodológicos.....	30
2 PRIMEIRA PARTE: CAPÍTULO 1 – A CONSTRUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA NO BRASIL	32
2.1 O trabalho na história brasileira.....	32
2.2 O movimento sindical antes de 1930.....	35
2.3 1930-1945: a classe dominante impõe um duro controle sobre os trabalhadores.....	41
2.4 A organização operária.....	46
2.4.1 Um novo modo de acumulação do capital.....	47
2.5 O período democrático de 1945-1964:o sindicalismo mostra sua força.....	49
2.5.1 A reorganização sindical a partir do segundo governo Vargas.....	52
2.5.2 O sindicalismo entre 1955-1964.....	53
2.6 O sindicalismo durante a ditadura civil-militar (1964-1985)	56
2.7 Conclusão.....	58
3 SEGUNDA PARTE: CAPÍTULO 2 DO GOLPE DE 1964 AO NOVO SINDICALISMO.....	60
3.1 Introdução.....	60
3.2 Do período anterior ao golpe de 1964 à decretação do AI5 em 1968.....	62
3.3 A resposta dos trabalhadores ao arrocho e à repressão.....	68
3.4 O Novo Sindicalismo dos anos 1980.....	71
3.4.1 A fundação da CUT e sua importância para o sindicalismo progressista.....	75
3.5 A contrarrevolução neoliberal dos anos 1990.....	79
3.6 Conclusão.....	83
4 TERCEIRA PARTE CAPÍTULO 3 AS REFORMAS ORIENTADAS PARA O MERCADO NA DÉCADA DE 1990 E SEUS IMPACTOS PARA OS TRABALHADORES E SINDICATOS.....	85
4.1 Introdução.....	85
4.2 Da constituição do Estado social à crise dos anos 1970.....	88
4.3 A reestruturação produtiva.....	90
4.4 Conceituando o neoliberalismo.....	93

4.5 O contexto das reformas orientadas para o mercado no Brasil nos anos 1990.....	97
4.6 Sindicalismo e democracia.....	102
4.7 A resposta dos trabalhadores.....	106
4.8 Conclusão.....	110
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: EXISTE UMA CRISE NO SINDICALISMO?.....	113
6 REFERÊNCIAS.....	115

1 INTRODUÇÃO

Para onde foi o novo sindicalismo? Este é o título do capítulo 11 do livro de Ricardo Antunes (2018) no qual o autor faz um retrospecto sobre o sindicalismo brasileiro para, após, concluir que o mesmo ao longo do tempo se burocratizou e abandonou a tática do confronto ao adotar o caminho da negociação. O autor identifica que após a derrota dos trabalhadores petroleiros na greve de 1995, a CUT teria dado uma guinada em direção a um sindicalismo mais moderado e defensivo. Essa postura cutista seria, segundo Antunes, decorrente de uma aproximação da central com o sindicalismo social-democrata da Europa. Ainda, de acordo com o autor, a participação da CUT em fóruns e espaços de negociação tripartites seriam os elementos característicos dessa nova postura. Acrescenta que os “anos de ouro” do novo sindicalismo foram substituídos por práticas de concertação e com parcerias com a corrente social-democrata europeia.

Para um outro analista do sindicalismo, Giovanni Alves (2000), a CUT, representante do novo sindicalismo, incorporou valores neoliberais, adaptando-se a institucionalidade sindical vigente no país. A consequência, de acordo com Alves, foi uma capitulação política e ideológica no contexto da ofensiva do capital nos anos 1990 com o processo de reestruturação produtiva.

Poderíamos ampliar a lista de críticos do novo sindicalismo que, apesar de mencionarem o ataque deliberado do capital aos trabalhadores e suas organizações, procuram em razões endógenas do movimento sindical argumentos para defenderem que ele está em crise. No entanto, os defensores da teoria da crise utilizam-se, em sua maioria, dos mesmos argumentos em geral mudando as palavras.

Este trabalho vai adotar uma perspectiva alternativa para analisar as razões da queda das mobilizações dos trabalhadores durante a década neoliberal de 1990. Pretende-se, com base na teoria do confronto político e nas oportunidades de mobilização política, escrutinar esse período que, segundo nossos analistas acima citados, foi de uma guinada no movimento sindical do confronto à negociação e assimilação de políticas neoliberais.

Este não é um trabalho de história. É um trabalho de Ciências Sociais. No entanto, como é correto fazer, ele se utiliza fartamente da historiografia social. Fizemos desta forma, pois entendemos que as fronteiras entre as disciplinas de Ciências Humanas são artificiais e criadas muito mais para atender as demandas acadêmicas. É uma pesquisa que utiliza a método bibliográfico, pois é objetivo questionar as teorias da crise sindical, que a partir dos anos 1990,

retornaram de forma muito semelhante aos anos 1970, onde as diásporas do partido operário da época, também se referiam a uma crise do sindicalismo progressista.

Também não é um trabalho militante. Porém, dialoga com a militância. Não é possível separar totalmente o sujeito acadêmico do sujeito militante político, pois foi a relação militante que proporcionou ao sujeito acadêmico desenvolver o presente trabalho. Foi, principalmente, ao não entender como para alguns analistas, determinados argumentos são válidos para dissertar sobre a crise sindical em uma época ou período e, em um outro já não é mais válido. E aqui nada tem a ver com a diferença conjuntural. E é essa a nossa maior conclusão: são escolhas políticas, como a adotada neste trabalho que levam a conclusões diferentes. A diferença talvez tenha a ver mais com assumir esta perspectiva ou deixá-la envolta em uma possível neutralidade, termo que é um mantra na sociologia.

Assim, pode-se dizer que o presente trabalho não é “neutro”. Ele parte de pressupostos bem claros: a sociedade em que vivemos é capitalista e nela as relações são entre classes sociais ou frações de classes e não entre estratos sociais; existe de um lado os que são proprietários dos meios de produção, que pode ser tanto um capitalista individual ou um grupo de capitalistas; e de outro, os que vivem da venda da força de trabalho, sejam eles metalúrgicos, garis, professores, médicos etc. Outro pressuposto deste trabalho é que não consideramos o trabalhador (aqui indivíduo) como um sujeito ignorante, sem o mínimo de conhecimento e, portanto, incapaz de distinguir a realidade. Também, queremos destacar que os ciclos de confronto que possibilitaram o avanço da organização dos trabalhadores na história brasileira ocorreram em períodos de forte exploração, baixos salários, condições desumanas de sobrevivência (moradia, transporte, saúde), com a aceleração de desemprego bem como, nos momentos em que houve oportunidades democráticas para a organização sindical.

Nos ciclos de confronto mais importantes, é possível identificar a convergência econômica salarial com as demais condições sociais, assim como com um relativo afrouxamento da repressão. Nos casos das décadas de 1950 e no final dos anos 1990 é a questão econômica e salarial que oportunizou a emergência do confronto aberto. Já para o período entre o final da década de 1970 e 1980 acompanhamos a observação de Pinho (2019, p. 149), em nota de rodapé, na qual o autor destaca que os trabalhadores estavam fragilizados com o aumento do desemprego e do arrocho salarial. No entanto, nós destacamos, a oportunidade do confronto ocorre por duas razões importantes: a mobilização pelas eleições diretas e pelo rompimento de setores empresariais com o regime.

Ou seja, o que o trabalho quer destacar é que a ação sindical ocorre em momentos de “oportunidades políticas”, como destacado por Charles Tilly, ou como também observado por

Fontes e Macedo (2017) que, a partir do conceito de repertórios, mostram a ação sindical e popular diante do agravamento de condições de vida ou de crise econômica na década de 1950 que, além da questão salarial, havia a deterioração da situação de vida, como a moradia, o transporte etc. Por outro lado, a ação sindical é facilitada em momentos de ampliação democrática como são os exemplos do período 1954/1964 e após a redemocratização com o fim do regime militar.

Dessa forma, ao reconstruir a trajetória do movimento sindical pretende-se mostrar que o sindicalismo não é um movimento linear e contínuo. Ele sofre as ações dos oponentes, do Estado¹ e dos empresários, a fim de mantê-lo sob controle.

Poderíamos trilhar o caminho mais fácil, concordar com as teses hegemônicas sobre a crise do sindicalismo e do *novo sindicalismo*. Poderíamos adotar a hipótese de que a CUT e o que ela representa “traiu” suas propostas originais ou “conciliou” com o *status quo*. Navegar contra a maré é muito difícil. É como aquele sujeito do filme “Náufrago”, quando tenta sair da ilha e não consegue, pois esbarra na arrebentação.

No entanto, não seria um trabalho com autenticidade. Uma rápida olhada na bibliografia que é usada neste trabalho e que trata sobre a discussão da crise, apresenta pouca diferença. Vejamos:

Primeiro: a maior parte do diagnóstico, parte da constatação de que nas últimas décadas diante das transformações tecnológicas a classe trabalhadora se diferenciou. Neste ponto não há novidade, ou seja, o capitalismo está em constante revolução tecnológica – faz parte do seu DNA - e com isso a classe trabalhadora também. Segundo: como decorrência das transformações tecnológicas, a classe trabalhadora está mais heterogênea. Aqui, também, não tem novidade. A classe trabalhadora sempre foi heterogênea. Terceiro: com as novas tecnologias, cresce o desemprego. Ocorreu em todas as revoluções industriais. Quarto: presenciamos uma queda na taxa de sindicalização e no número de greves. Quanto a questão da sindicalização é um argumento eurocêntrico, pois o único momento em que a sindicalização é relevante para a questão sindical brasileira, é no processo eleitoral ou no acesso aos “benefícios”

¹ No caso do Estado, no entanto, em alguns contextos históricos existem especificidades, marcadas pelo atendimento das reivindicações trabalhistas por melhorias salariais, como nos casos dos governos Getúlio Vargas João Goulart, Lula da Silva e Dilma Rousseff. A despeito das limitações estruturais importadas pelo mercado financeiro, os governos desenvolvimentistas (2003-2016) deram importância aos mecanismos de diálogo e concertação, valorizaram as negociações com as organizações sociais, onde se inclui o sindicalismo. Trata-se de governos constituídos por pessoas que outrora foram ligadas aos movimentos sociais e que serviram de mediadores para o diálogo, como é o caso do Ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, que agendava reuniões do Presidente Lula e cuidava do andamento das decisões tomadas, por exemplo, nas reuniões com os movimentos organizados. Tanto no nacional-desenvolvimentismo (1930-1985) como no cenário mais recente, os governos que atenderam as demandas dos trabalhadores foram duramente atacados pelas elites.

oferecidos pelo sindicato, como colônia de férias, consulta médica ou odontológica, entre outros. Para os sindicatos dos países do capitalismo central, a questão da sindicalização é importante e a razão está no fato de que sua constituição é diferente da brasileira.

Em relação a questão das greves, existe o fator desemprego e arrocho salarial. Na década de 1970/80, o índice de desemprego era menor comparado a 1990, por exemplo, mas havia um profundo arrocho nos salários. Já na década de 1990, a sensação para os trabalhadores era de que o poder de compra dos salários era maior durante o plano real. Sabemos nós, que a razão principal estava na facilidade de importação de produtos, portanto uma estabilidade artificial, mesmo com um desemprego em crescimento. Quando a realidade foi descortinada, a social-democracia de Fernando Henrique Cardoso rendeu-se ao neoliberalismo e perdeu a eleição no mesmo momento em que crescia a mobilização dos trabalhadores (mostraremos mais a frente essa relação). Poderíamos citar outros argumentos comuns ao *mainstream* que, inclusive nós concordamos, mas há diferenças entre as análises.

A teoria da crise sindical, que é objeto deste estudo, como já afirmamos, concentra-se na década de 1990 e início de 2000. No entanto, o leitor pode se perguntar a razão de termos realizado uma revisão da literatura sindical que retrocede ao período da “Revolução de 1930”, bem como aborda o período da ditadura civil-militar de 1964-1985.

A razão é simples: em primeiro lugar, julgamos que qualquer estudo precisa dialogar com a historiografia, e em segundo lugar, o trabalho trata da crise do *novo sindicalismo* e a sua origem, se é que podemos usar o termo, está ligada às discussões sobre o sindicalismo anterior a 1964. Neste sentido, para uma melhor compreensão do texto foi necessário abordar o antes e o depois do chamado *novo sindicalismo*. Em outras palavras, os estudos que se referem a uma crise sindical nos anos 1990 dialogam com o sindicalismo que reemergiu em fins dos anos 1970 e que, para alguns, rompeu com as atuações sindicais de atrelamento ao Estado e ao mesmo tempo, com um sindicalismo pelego. É uma perspectiva muito próxima das análises acadêmicas dominantes na época, como destacou Santana (1999). Estudos e conclusões que colocavam na mesma chave, os interventores dos governos autoritários e os que sofreram as consequências por defenderem um sindicalismo autônomo.

A orientação do presente trabalho é outra completamente diferente da citada acima. Para nós, o sindicalismo brasileiro tem uma história que vem sendo construída desde o período escravocrata, como o leitor poderá observar no capítulo 1. Essa história tem uma linha do tempo que aponta para a frente e as rupturas, se existem, estão relacionadas às ações dos grupos dominantes que desde o princípio procuraram obstruir o avanço da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e por uma outra sociabilidade, ainda que dentro do capitalismo.

O presente trabalho reconhece no *novo sindicalismo* o herdeiro de toda uma tradição de construção das lutas operárias desde a primeira república até os dias atuais. Sobre essa questão não vamos tergiversar. Vamos afirmar nosso ponto de vista a partir de rigoroso levantamento bibliográfico e mostraremos que, até os teóricos da crise enfrentam em vários momentos, dilemas para definir se de fato suas hipóteses não são apenas a reprodução de análises que têm como base o eurocentrismo. É por esta razão que destacamos o trabalho de Cardoso (2015) quando, ao se referir à crise sindical, alerta que se ela existe talvez não seja pelas razões apontadas pela bibliografia especializada.

A seguir, iremos demonstrar nosso entendimento sobre a nova realidade que enfrenta a classe trabalhadora desde os anos 1970 (para os trabalhadores do capitalismo central) e desde os anos 1990 (os trabalhadores brasileiros). Abordaremos também, o arcabouço teórico que orienta nosso trabalho, a Teoria do Confronto Político (TARROW, 2009), que buscamos dos estudos sobre movimentos sociais para a análise sobre o sindicalismo.

Uma pequena observação preliminar se faz necessária. O sindicalismo é um movimento social, por excelência, e mesmo tendo sido considerado apartado desses estudos, uma corrente teórica riquíssima, teoria do confronto político, nos oferece uma “lente” valiosa para os estudos sindicais. Trabalhos que têm inspiração na teoria do confronto ganharam projeção desde os anos 1990, porém, é a partir da década de 2000 que se identificam no Brasil trabalhos que têm por base essa perspectiva teórica. São estudos que analisam tanto o confronto como as interações com o Estado, através dos conceitos de oportunidades políticas e de repertórios de confronto ou de interação.

A partir do final dos anos 1980, a literatura sociológica voltou seu olhar para o estudo das novas tecnologias e seus efeitos sobre a sociedade, em particular sobre o trabalho e o meio ambiente, pois desde meados dos anos 1970, o capitalismo está enfrentando uma profunda crise estrutural que tem no esgotamento do modelo fordista sua principal característica (ANTUNES, 2002; HARVEY, 2017). Na busca de saídas para a crise, o investimento em novas tecnologias tornou-se a saída mais promissora, aliado a adoção de políticas de austeridade fiscal e flexibilização das relações de trabalho. A partir de então, o mundo do trabalho passou por profundas mudanças.

Segundo Habermas (1987), a perspectiva que alimentou a utopia de uma sociedade capaz de oferecer uma vida coletiva melhor, na qual ciência, técnica e planejamento ofereciam a possibilidade de um controle seguro da natureza, demonstrou-se abalada exatamente pelo avanço tecnológico responsável pela criação da energia nuclear, os armamentos, bem como

pesquisas de caráter ambivalentes. De acordo com o autor, as forças produtivas se transformaram em forças destrutivas oferecendo a possibilidade de efeitos colaterais.

Já para Manuel Castells (1999), a sociedade capitalista passa por uma profunda reestruturação em decorrência do que ele denomina como “revolução informacional”, que estaria criando, desde os anos 1980, uma nova economia e uma nova sociedade: o “capitalismo informacional” cria a “sociedade informacional”.

Alguns dos aspectos que caracterizam essa reestruturação são: descentralização das empresas, fortalecimento do capital frente ao trabalho, intervenção do Estado visando o desmonte do Estado social construído no pós-segunda guerra, um aumento da concorrência na economia global e a flexibilização das relações de trabalho.

Entre as principais consequências, o autor destaca o fortalecimento de um polo econômico na Ásia, o aumento da desigualdade entre o Norte e o Sul, desestruturação dos movimentos sociais e sua fragmentação, a perda de uma identidade coletiva, o fortalecimento do individualismo e uma mudança cultural onde se redefine a questão da família e das relações sociais, entre outros.

Castells (1999), destaca que, diferente das revoluções industriais, a revolução informacional que criou o modo produtivo informacional está baseada na tecnologia de geração de informação e de conhecimento. Para o autor, esse processo está ligado a busca de alternativa frente à crise, e a revolução tecnológica foi decisiva ao lado da reestruturação capitalista que nos anos 1990 se aprofundou com as políticas de austeridade, que nos trouxeram de volta o “moinho satânico” (POLANYI, 2000) através das privatizações, da globalização da produção e apoio do Estado às empresas, visando o aumento da produtividade e do lucro, em detrimento de políticas de proteção social. Ainda, segundo Castells (1999), a reestruturação capitalista com base no informacionalismo impôs uma dura derrota para o movimento sindical organizado. Trataremos melhor sobre reestruturação produtiva no capítulo 3.

Da nossa perspectiva enquanto cientista social, concordamos com o diagnóstico feito até agora. Mas acrescentaríamos um aspecto mais: a discussão que estamos propondo neste trabalho, parte do pressuposto no qual as conclusões sobre a crise sindical estão intimamente relacionadas às teses do fim da sociedade do trabalho. E queremos alertar o leitor para um aspecto muito importante da nossa discussão. Gostaríamos realmente que acabasse o sindicalismo e que a sociedade do trabalho se tornasse uma sociedade emancipada, pois então não seria mais uma sociedade capitalista, de superexploração do trabalho, de precarização e, principalmente, o fim de uma sociedade da desigualdade e da fome. Entretanto, não é essa nossa realidade.

Entendemos que, atualmente, a classe trabalhadora, como previsto por Marx no Manifesto Comunista de 1848, tende, ao contrário do senso comum, se ampliar. Neste sentido, a passagem escrita por Marx e Engels é reveladora da atual condição de proletarização da sociedade. Vejamos:

As camadas inferiores da classe média de outrora, os pequenos industriais, pequenos comerciantes, os que vivem de rendas [*rentiers*], artesãos e camponeses, caem nas fileiras do proletariado; uns porque seu pequeno capital não permite empregar os processos da grande indústria e sucumbem na concorrência com os grandes capitalistas; outros porque sua habilidade profissional é depreciada pelos novos métodos de produção. Assim, o proletariado é recrutado em todas as classes da população (MARX e ENGELS, 2007[1848], p.47 – grifo no original).

Agora, podemos comparar a definição acima com outra de Ricardo Antunes (2018), quando demonstra que o processo engendrado pelas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), ao mesmo tempo em que destrói empregos, recria em outros espaços, obrigando aqueles que se mantêm trabalhando optarem por empregos sem direitos sociais. Para os demais, a opção é a informalidade e a precarização do trabalho. Com isso, Antunes define que atualmente,

Um desenho contemporâneo da classe trabalhadora deve englobar, portanto, a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho em troca de salário, seja na indústria, na agricultura e nos serviços, seja nas interconexões existentes entre esses setores, como na agroindústria, nos serviços industriais, na indústria de serviços etc. Dadas as profundas metamorfoses ocorridas no mundo produtivo do capitalismo contemporâneo, *o conceito ampliado de classe trabalhadora*, em sua *nova morfologia*, deve incorporar a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras, cada vez mais integrados pelas cadeias produtivas globais [...] (ANTUNES, 2018, p. 31 – destaques do autor).

Ou seja, a pirâmide social tem no topo cada vez menos integrantes, enquanto a base se amplia cada vez mais no capitalismo contemporâneo. O capitalismo mercantiliza toda a sociedade, transforma tudo em mercadoria. Basta uma olhada na educação, no ensino superior, onde o que importa, em última instância, é quantas publicações você fez – sua produção - e, se for possível, seu aprendizado. O capitalismo fragiliza o ser humano trabalhador ao manter sobre ele a possibilidade de escolher entre emprego e direitos, de preferência empregos sem direitos e se possível, sem salários.

A realidade apontada pela literatura contemporânea, que se dedica a analisar os trabalhadores de aplicativos nos mostra a face cruel do capital. A mesma descrita nos primórdios do capitalismo. Longas jornadas de trabalho, trabalho infantil, remuneração miserável etc. Vários autores descrevem que, atualmente o que se vê nas relações de trabalho é a escravidão, um retrocesso ao século XIX. E ela também é denunciada por membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) em diversas regiões do país.

Entretanto, queremos ressaltar que apesar da repressão empresarial com a ameaça de desemprego, é possível verificar vários tipos de resistências que ocorrem no espaço de trabalho, através de diferentes formas de protestos. Desde os protestos de confronto aberto, como greves, boicotes, operação padrão e até mesmo resistências individuais como os suicídios relatados por Antunes (2018) nas empresas da Foxcom, na China.

É certo e correto que o movimento sindical no mundo inteiro enfrenta dificuldades. Em alguns lugares mais e outros menos. O que não é correto, são as afirmações de que está em processo de desaparecimento ou que trocou o confronto pela “conciliação”. Neste trabalho, vamos olhar pelas lentes do confronto político (TARROW, 2009), tanto do ponto de vista do confronto como da interação.

A partir do que foi exposto acima, uma questão importante a ser investigada refere-se ao impacto da reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho e os trabalhadores. Em que medida a reestruturação está criando uma sociedade de exclusão social? E qual poderia ser a resposta do movimento organizado dos trabalhadores diante do aumento do desemprego estrutural que se segue à essa revolução? Mas como entender a resposta do movimento organizado, se o sindicalismo está novamente em crise?²

O tema desta dissertação é a crise sindical, ou poderíamos dizer as crises sindicais (BRIDI, 2006). Nesse sentido, o presente trabalho pretende assinalar nossa contrariedade com a teoria da crise sindical e as conclusões que, ao longo dos capítulos, deixará a questão mais definida. Em primeiro lugar, nos referimos ao fato de que ainda vivemos em uma sociedade capitalista e os sindicatos nasceram com ela para defender os trabalhadores do poder dos empregadores. Em segundo, temos uma compreensão teórica sobre a função dos sindicatos em uma sociedade capitalista: os sindicatos não são um partido político e, portanto, não faz parte de sua tarefa fazer as transformações sociais, isolado de um partido operário, ou se quiser, a revolução. É possível e desejável que em suas formulações de princípios conste: lutar por uma nova sociedade. É uma perspectiva que se orienta a partir da teoria dos fundadores do

² Utilizamos o termo “novamente” em razão dele fazer parte também da história sindical. Sempre que não há resposta para sua atuação à construção de uma nova opção política, o termo crise volta às análises.

socialismo científico. Um terceiro ponto, também teórico, refere-se ao entendimento que a luta sindical ocorre em ciclos que são desencadeados “quando oportunidades e restrições políticas em mudança criam incentivos” (TARROW, 2009, p. 18). Demonstraremos isso quando nos referirmos ao processo de redemocratização (capítulo 2) e mencionaremos ao final, os anos de 2003-2016 e a regressão nas condições democráticas impostas após o golpe jurídico-parlamentar (SANTOS, 2017) que intensificou o retrocesso democrático sob o Governo Bolsonaro.

O presente trabalho não se trata de um estudo a partir de um único sindicato ou uma categoria específica. É um estudo sobre o sindicalismo tomado como um todo. E para isso, está sustentado em uma pesquisa bibliográfica contemplando estudiosos da história, da ciência política e da sociologia.

1.1 Os novos desafios do sindicalismo progressista³

As transformações nas últimas décadas, entre o fim do século XX e início do século XXI, com a entrada das novas tecnologias e a globalização dos mercados com a descentralização das empresas, colocaram novos desafios para o sindicalismo e os movimentos sociais organizados. O cenário é de alta competitividade entre as grandes empresas que forçam a busca de alternativas no campo da alta tecnologia e na reestruturação produtiva.

Os grandes conglomerados econômicos, ao transferirem suas plantas produtivas para regiões com pouca tradição sindical, forçaram os governos a promover políticas regressivas com a retirada de direitos sociais dos trabalhadores como parte de negociações para sua transferência. Os impactos são longas jornadas de trabalho e baixos salários de um lado ou trabalho precarizado e mal pago de outro (ANTUNES, 2018).

Quando se referem ao trabalho, os autores acima citados – Habermas e Castells - chegam a duas conclusões distintas. Enquanto Habermas conclui que a sociedade do trabalho, como concebida pelos clássicos da sociologia, se esgotou e que estamos em uma sociedade pós-industrial – uma sociedade de serviços, na mesma perspectiva de Alain Touraine, Castells questiona o termo pós-industrial, ao afirmar que estamos em um tipo diferente de economia industrial e que esta nova sociedade informacional cria dois tipos de profissionais: um

³ Neste trabalho consideramos a existência de dois polos sindicais bem definidos: o progressista que é herdeiro do segmento que defendia um sindicalismo autônomo e o outro que, na visão do autor, defende o capital. Já fomos questionados durante a qualificação de projeto sobre esta questão. Reafirmamos nossa perspectiva. Respeitamos opiniões divergentes.

especializado e técnico que está no centro da estrutura ocupacional e outro ligado as profissões menos qualificadas.

Dessa discussão, o que podemos verificar é que, nas décadas precedentes à crise de 2008, havia quase uma unanimidade, na retórica empresarial, de que o avanço das novas tecnologias poderia propiciar ao conjunto da população uma era de conquistas, principalmente em relação ao trabalho. Mostrava-se a perspectiva de um maior tempo para o lazer, do fim da obrigação de cumprimento de horas trabalhadas. A mídia mostrava jovens de bermudas e sandálias jogando sinuca enquanto trabalhavam em seus escritórios sem divisórias etc. A era do trabalho on-line, digital, que nos possibilitava entrar na era da felicidade (ANTUNES, 2018).

Entretanto, enquanto a mídia divulgava a era da felicidade, estudos descortinavam como o trabalho se desenvolvia de fato nos países do sul e da Ásia. Esses estudos, dos quais o de Antunes (2018) é um exemplo, mostram a verdadeira face da redução do emprego. Para os que continuam empregados, o capital oferece a corrosão dos seus direitos sociais, a mudança nas relações de trabalho com a alteração das jornadas e das horas trabalhadas. Para aqueles que não tem o privilégio do emprego, resta o trabalho informal, precarizado, com baixos níveis de remuneração.

Para Filgueiras (2021), o capital desenvolve discursos enaltecendo sempre o “novo” e a necessidade de nos adaptarmos a ele com argumentos como: a solução de desemprego está nas “reformas”⁴, na qualificação para enfrentar o mercado de trabalho com as novas tecnologias ou que estas precisam da flexibilização para gerar mais postos de trabalho. As últimas, como destaca o autor, é que o trabalhador deve optar entre ter emprego ou ter direitos, e que os sindicatos devem estabelecer boa relação com as empresas e aceitar as “novidades” a fim de promover empregos. Enfim, em cada momento distinto nos últimos anos, os intelectuais de plantão a serviço do capital não cansam de repetir as mesmas fórmulas nos telejornais ou nos jornais de grande circulação.

Estamos, portanto, tratando dos problemas da legitimidade e do exercício da hegemonia no capitalismo contemporâneo. Tradições teóricas e políticas muito distintas têm enfrentado esses temas e conceitos básicos há séculos. Em suma, em qualquer sociedade, para que grupos sejam capazes de exercer poder sobre os demais, sem que se atenham exclusivamente à violência, é necessário que os subordinados aceitem, em alguma medida, aquela situação. Para isso, os dominantes lançam mão

⁴ Colocamos “reformas” entre aspas pois este termo foi ressignificado pelos liberais. Reforma sempre esteve associado às propostas ou da social-democracia ou do socialismo.

de um conjunto de práticas de convencimento, dentre elas, a elaboração de narrativas que justificam o *status quo* (FILGUEIRA, 2021, p. 17 – destaque do autor).

Filgueiras (2021), destaca ainda que o discurso, além de responsabilizar o trabalhador individualmente pelo desemprego, procura desestimulá-lo de reivindicar melhores salários, ao não aceitar a oferta do mercado, pois dessa forma estaria gerando o próprio desemprego. As consequências para as organizações sindicais são muito grandes quando colocamos tais argumentos nas análises. Pode-se facilmente argumentar que os trabalhadores procuram se manter afastados de movimentos reivindicatórios por medo das retaliações promovidas pelas empresas.

É neste quadro que observamos as teorias sobre a crise sindical. Por um lado, há os que defendem que os sindicatos terminaram, outros que analisam que estes estão em crise por não terem se encontrado na nova realidade. Qualquer que seja a perspectiva as noções de crise, acabam sendo assimiladas dentro da Sociologia do Trabalho mais como uma profecia autorrealizável, pois são reproduzidas a partir de estudos conjunturais.

Em muitos casos, trabalhadores e instituições abraçam abertamente os discursos do novo. Em outros, rejeitam as consequências, mas assumem os pressupostos e caem em uma armadilha, pois as premissas corporativas direcionam as conclusões, dificultando ou mesmo bloqueando a resistência às demandas empresariais (FILGUEIRAS, 2021, p.18).

Mutatis mutantis, esta afirmação pode certamente ser utilizada para as análises sobre crise sindical. Uma rápida olhada na historiografia social do trabalho, que poderá ser vista nos capítulos 1 e 2, nos fornece evidências das vezes em que se decretou crise no sindicalismo. Não podemos deixar de fora a ideia de crise proposta por Weffort (1973), para quem o sindicalismo anterior ao golpe civil-militar de 1964 também desapareceu em uma crise com a ditadura.

Mostraremos neste estudo com base em estudo bibliográfico, a partir da *Teoria do Confronto Político* de Sidney Tarrow (2009), que os movimentos sociais, e neles o sindicalismo, precisam ser estudados levando em conta a história, ou seja, estudá-los observando o desenvolvimento histórico do movimento e da sociedade. Estudos conjunturais são importantes porém, podem “pregar uma peça” no analista. Por exemplo, a crise sindical proposta na década de 1990 foi substituída nos anos 2000 pela pergunta: o sindicalismo voltou a atuação nos anos 2000?

Mas de que crise estamos falando? A que conhecemos, inclusive com números, é a crise do sistema capitalista, que abordaremos mais à frente. Desde meados dos anos 1970, o sistema está em uma “crise” de longa duração na qual a estagnação econômica, demonstrada através dos baixos índices de crescimento, é a característica principal, como observado por Balanco, Pinto e Milani (2018). Portanto, a crise é do capitalismo e o sindicalismo, como faz parte do sistema, também é atingido pelas consequências deletérias do sistema.

Essa perspectiva é aceita em parte pela literatura da “crise sindical”. Neste sentido, a grande maioria dos estudos parte da contextualização da conjuntura econômica e social, mas peca quando retira o sindicalismo do contexto. Daí as conclusões, em sua maioria ideológicas, sobre a atuação sindical do campo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) nos últimos anos. Na década de 1990, a CUT foi acusada de negociar com o então governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, por que não dialogar se é um governo que foi eleito? As greves sempre foram usadas após a tentativa de diálogo fracassar. Por isso, não podemos colocar na responsabilidade da central as conclusões que em geral observamos na bibliografia: do confronto a conciliação de classes ou “para onde foram os sindicatos?”.

1.2 A Teoria do Confronto Político⁵

O estudo sobre a ação coletiva ou sobre mobilizações sociais e a razão que leva as pessoas a se mobilizarem constitui uma das reocupações centrais das análises das Ciências Humanas. As teorias dos movimentos sociais da época moderna procuraram explicar o fenômeno seja a partir da análise sobre o indivíduo, seja a partir de ações de grupo de pessoas. Uma outra preocupação é como se mantém a unidade de um grupo que desafia o seu oponente, no caso outro grupo ou o Estado.

Uma das vertentes que analisam o fenômeno da ação coletiva é a Teoria do Confronto Político que foi formulada, inicialmente, por Charles Tilly a partir da década de 1970 e mais tarde, nas décadas seguintes sendo melhorada pelo próprio autor em debates com outros pesquisadores dos movimentos sociais. Para este autor a ação coletiva não é um fenômeno associado ao período contemporâneo. Mobilizações coletivas fazem parte da história. No entanto, o que diferencia os movimentos sociais a partir do século XVIII é o grau de elaboração e amplitude da ação coletiva (SILVA, 2018).

⁵ A Teoria do Confronto Político foi formulada inicialmente por Charles Tilly e têm outros importantes fundadores como Sidney Tarrow e Doug McAdam.

Pereira e Silva (2017), abordam que Tilly procurou investigar como grandes transformações de carácter estrutural influenciam os padrões que são dominantes de ação coletiva. Destacam também, que para Tilly as formas de apresentação das demandas se modificam ao longo da história. E, segundo Alonso (2012), Tilly procura explicar o surgimento e o desenvolvimento da ação coletiva a partir da reconstrução do contexto político ou da estrutura de oportunidades e ameaças políticas na relação entre grupos e o Estado. Ou seja, de quem está fora e quem está dentro ocupando cargos no Estado.

A possibilidade de os desafiantes ganharem aliados dissidentes na elite, segundo esta teoria, abre a oportunidade “para a ação política coletiva se consubstanciar, os desafiantes teriam de criar ou se apropriar de *estruturas de mobilização* preexistentes, como associação e redes de relacionamento, que dessem as bases organizacionais para a movimentação” (ALONSO, 2012, p. 22 – destaque da autora).

Mas é com o surgimento do moderno Estado nacional, segundo Tilly, que os movimentos sociais como conhecemos se desenvolveram, pois o Estado também criou as condições necessárias para a formação dos movimentos. De acordo com Silva (2018) “o Estado nacional cria involuntariamente as condições para o surgimento do movimento social, dando-lhe um espaço de ação e atuação dentro de um sistema estatal que pregava a construção de uma cidadania livre e democrática” (SILVA, 2018, p. 66).

Dentro da teoria do confronto político, Charles Tilly desenvolveu o conceito de repertórios que também ao longo do tempo foi ampliado e adaptado não somente por ele, como também por diferentes estudiosos. O repertório é um conhecimento que está sedimentado na memória dos atores sociais e, segundo Abbers, Serafim e Tatagiba:

Tilly argumenta que quando ativistas decidem como organizar uma ação coletiva, eles a escolhem a partir de um portfólio finito de técnicas e práticas já experimentadas e que possuem legitimidade social e política. Exemplos clássicos são as marchas, petições e barricadas (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014, p. 357).

Ainda de acordo com as autoras, para Tilly repertórios são criações culturais que se constituem a partir das lutas e a forma com que os desafiados respondem. O que é relevante destacar é que, para Tilly, existe a possibilidade de as pessoas escolherem dentre rotinas disponíveis aquela que melhor se adapta ao tipo de conflito em que estão envolvidos.

[...] as pessoas num dado tempo e lugar aprendem a executar um número limitado de rotinas de ação coletiva alternativas, adaptando cada uma a circunstâncias imediatas e às reações de antagonistas, autoridades, aliados, observadores, objetos de ação, e outras pessoas de alguma maneira envolvidas na luta (TILLY, 1995, p. 27 apud ALONSO, 2012, p.25).

Para Alonso (2012), a teoria desenvolvida por Tilly tem no confronto político o elemento estruturador da vida social. Neste sentido, “os conceitos de estrutura de oportunidades políticas e de estruturas de mobilização davam conta das dimensões diretamente políticas da mobilização” (ALONSO, 2012, p. 22).

Outro autor destacado nesta vertente teórica é Sidney Tarrow que, assim como Tilly, aprofundou conceitos importantes como repertórios de confronto, estrutura de oportunidades políticas e ciclos de confronto. Na obra *O poder em movimento*, Tarrow (2009), inicia seu livro elencando uma série de movimentos e rebeliões noticiadas em diferentes momentos e lugares para mostrar que, frequentemente as pessoas se reúnem em protestos nas ruas para demonstrar seu descontentamento contra o Estado ou outros movimentos. Foi assim com o movimento dos direitos civis e pacifistas nos Estados Unidos e com os movimentos contra o autoritarismo nos países do Terceiro Mundo ao levarem massas de pessoas às ruas exigindo mudanças.

Segundo Tarrow,

O confronto político ocorre quando pessoas comuns, sempre aliadas a cidadãos mais influentes, juntam forças para fazer frente às elites, autoridades e opositores. Tais confrontos remontam ao início da história. Mas prepará-los, coordená-los e mantê-los contra opositores poderosos é a contribuição singular dos movimentos sociais – uma invenção da Idade Moderna que acompanhou o surgimento do Estado Moderno (TARROW, 2009, p. 18).

Entretanto, como já destacamos anteriormente, o confronto surge quando são disponibilizadas oportunidades e restrições políticas em períodos de mudança que incentivam atores sociais sem recursos para a mobilização. A ação se dá através de repertórios de confronto já conhecidos, mas que podem ser adaptados conforme a conjuntura do momento. “A ação coletiva pode assumir muitas formas – breve ou sustentada, institucionalizada ou disruptiva, monótona ou dramática” (TARROW, 2009, p. 19).

O autor destaca, assim como Tilly, que o confronto é a base dos movimentos sociais, mas não significa que estes não se utilizem de outras estratégias de ação coletiva. Nas palavras do autor,

Os desafios contenciosos também não são a única forma de ação dos movimentos. Estes – especialmente os organizados – se engajam numa variedade de outras ações, que vão desde oferecer incentivos seletivos aos seus membros, construir um consenso entre os apoiadores do momento ou futuros, fazer pressão e negociar com autoridades [...] os líderes de movimentos se tornaram hábeis em combinar o protesto com a participação em instituições (TARROW, 2009, p. 21-22).

Para Tarrow, o que varia no tempo e no espaço são os tipos de oportunidades com que as pessoas se deparam, pois o confronto está diretamente relacionado com as oportunidades de ação coletiva. “O confronto aumenta quando as pessoas obtêm recursos externos para escapar da submissão e encontra oportunidades para usá-los (TARROW, 2009, p. 99). Complementa afirmando que os desafiantes encontram oportunidades quando dois fatores no interior das elites colaboram: a divisão entre elas e a diminuição da repressão do Estado.

Como o leitor poderá constatar no decorrer do trabalho, podemos destacar aqui alguns exemplos para o caso que nos interessa. No início da “Revolução de 1930” (capítulo 1), havia um relativo consentimento, no qual foi possível ao sindicalismo resistir às imposições do governo. No entanto, a partir do endurecimento com a ditadura do “Estado Novo”, o movimento sindical e de esquerda foi sufocado e reprimido. Mesmo após a redemocratização, o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) manteve a repressão ao sindicalismo.

A oportunidade veio a partir de 1954 com o segundo governo Vargas e perdurou até 1964, período no qual o movimento operário se reorganizou e avançou sua pauta de reivindicações. Aqui podemos citar as greves de 1953 e 1957 e a campanha pelas reformas de base dos anos 1960. Ainda nos anos 1960, podemos acrescentar a reorganização após o golpe civil-militar, em 1967 e 1968, quando os trabalhadores voltaram a reivindicar melhores salários, culminando com as greves de Contagem e Osasco em 1968. Este acontecimento levou o regime militar a decretar o Ato Institucional número 5 (AI5).

Em meados dos anos 1970, abriu-se mais um ciclo de oportunidades. Com o desgaste da ditadura e a divisão nas elites, que apoiaram o golpe – incluído a Igreja, surgiu nova oportunidade para a ação coletiva. O sindicalismo e os movimentos sociais abriram mais um ciclo de confronto caracterizando os anos 1980 como “a década dos trabalhadores”.

Quando avançamos para as décadas de 1990 e 2000 (capítulo 3), novamente teremos um período de restrição que, embora democrático, o governo de Fernando Henrique Cardoso governou por expedientes que remetem ao regime militar, na medida em que editou inúmeras Medidas Provisórias, fez uso da repressão – como no caso da greve dos petroleiros de 1995 – e do controle da classe trabalhadora, através do aumento do desemprego, da terceirização e precarização do serviço público por meio dos processos de privatização que ocasionaram a demissão e precarização de importantes setores do funcionalismo público, como é o caso do setor de telecomunicações⁶.

No entanto, é preciso registrar que, como afirma Tarrow (2009), a institucionalização dos movimentos é comum em quase todos os lugares. “à medida que acaba o entusiasmo da fase disruptiva de um movimento e a política se torna mais hábil em exercer o controle, os movimentos institucionalizam suas táticas e tendem a obter benefícios concretos para seus apoiadores através de negociação e acordo [...]” (TARROW, 2009, p. 134).

Para finalizar a apresentação do arcabouço teórico que nos oferece a teoria do confronto político, queremos destacar que ela se refere às inovações organizacionais a partir da década de 1960. “Mudanças tecnológicas e sociais em todo o mundo” (TARROW, 2009, p. 168), possibilitaram o uso de recursos novos e ampliados os quais os movimentos puderam utilizar. Como exemplo de inovação e recurso externo, o autor destaca a disponibilidade da mídia de massa e como recursos internos, a evolução do mimeógrafo, passando pela mala direta e recentemente do fax, da filmadora e da internet. “Como resultado dessas e outras mudanças, os organizadores podem agora preparar e coordenar a ação coletiva através de uma grande extensão de território em competição com os partidos, grupos de interesse e governos” (TARROW, 2009, p. 169).

Com isso podemos destacar que é possível que um movimento social, como o sindicalismo, possa desenvolver ações tanto do ponto de vista do confronto, como da interação, em particular, na sua relação ao longo da história brasileira, com o Estado sem que para isso tenhamos que dizer que o movimento foi cooptado. É o que veremos a partir da exposição do trabalho de Elisabeth Clemens.

Clemens (2010), nos mostra em artigo publicado pela Revista Brasileira de Sociologia, como adaptar o conceito de repertórios em uma pesquisa científica. A autora afirma que, em geral somos levados a esperar que os movimentos sociais sejam cooptados mesmo quando estes

⁶ Cabe aqui lembrar das campanhas de PDV que incentivavam os funcionários públicos a serem seus próprios patrões adquirindo uma Van para comercializar lanches nas esquinas das cidades.

sejam responsáveis por conquistas substantivas. Mas se a expectativa é de cooptação, então como explicar as conquistas e as mudanças que os movimentos esperam das instituições?

Para responder a esta questão, a autora analisa as transformações institucionais nos Estados Unidos a partir do movimento das mulheres para assegurar o direito ao voto na virada do século XIX para o XX, e como o tipo de relação estabelecida com as instituições impediu a cooptação do movimento.

A autora destaca que as mulheres, após a decisão de deixá-las sem direito ao voto,

[...] se reagruparam gradualmente em torno de causas relacionadas com a abstinência do consumo de bebidas alcoólicas e com a luta pelo direito ao sufrágio, construindo uma impressionante rede de organizações de mulheres federadas em âmbito nacional (CLEMENS, 2010, p. 163).

Ainda no século XIX, esses grupos foram ampliando as mobilizações e conquistando uma série de medidas legislativas e, com habilidade, não foram cooptados ao ingressar na arena política pois, segundo Clemens, isso se deve ao fato de que “os processos de transformação organizacional conservadora são condicionados tanto pela identidade social dos organizados como pelo caráter das instituições políticas existentes” (CLEMENS, 2010, p. 163).

A autora demonstra como a interação movimentos sociais/instituições pode produzir mudanças políticas ao deslocar um projeto político da vida local para o âmbito nacional e seus esforços ultrapassaram as “fronteiras de raça, etnicidade, classe e região” (CLEMENS, 2010, p. 164).

Os grupos de mulheres, juntamente com outras, foram politicamente bem-sucedidas à medida que adaptaram para propósitos políticos os modelos de organização não politizados existentes. Ao invés de adotar uma única forma burocrática, esses grupos utilizaram múltiplos modelos de organização – sindicatos, clubes, parlamentos e corporações –, cada qual articulado de diferentes formas com as instituições políticas existentes (CLEMENS, 2010, p. 164).

O que Clemens está destacando é que quando modelos de organização usuais são mobilizados através de novas formas, estes podem significar consequências perturbadoras para as instituições políticas.

O conjunto de modelos organizacionais cultural e empiricamente disponíveis pode ser pensado como um “repertório organizacional”. Este conceito integra o vocabulário teórico dos estudiosos de organização sensíveis à diversidade de forma com o arcabouço cognitivo e cultural dos “repertórios de ação coletiva” postos em evidência pelos teóricos do movimento social sintonizado com a variação histórica (CLEMENS, 2010, p. 165 -grifo da autora).

Feita essa apresentação inicial, queremos apresentar a organização do trabalho. Além desta introdução, a dissertação contém mais três capítulos e a conclusão.

No capítulo 1 – a construção da organização operária no Brasil, com base na historiografia social e na sociologia do trabalho, traçamos um histórico da constituição da classe trabalhadora no Brasil e como se construiu o movimento sindical, bem como as ações das classes dominantes para controlar, através do Estado, as lutas sociais e impedir as classes subalternas de se organizarem de forma autônoma. A abordagem que adotamos, com base no trabalho de Jose Albertino Rodrigues (1968), faz uma periodização desde o período mutualista (antes de 1888), até o período de 1945-1964.

No capítulo 2 – do golpe de 1964 ao novo sindicalismo, procuramos traçar as ações sindicais frente a repressão desencadeada pelo golpe civil-militar de 1964, que como afirmamos, não se tratou de um movimento para retirar o país da crise econômica, mas uma ação deliberada dos setores conservadores contra o avanço da organização dos trabalhadores e das conquistas que se vislumbravam em decorrência desta organização. Foi um golpe, como admitido pelos próprios golpistas para evitar uma “república sindicalista”.

No capítulo 3 – as reformas orientadas para o mercado na década de 1990 e seus impactos para os trabalhadores e sindicatos, a proposta foi escrutinar o período do ataque neoliberal. Para isso, a partir de um balanço crítico da “década neoliberal” com a reestruturação produtiva, reformas orientadas para o mercado com as privatizações, alterações na Constituição de 1988, aumento do desemprego estrutural, a terceirização e a flexibilização das relações de trabalho, procuramos analisar os impactos sobre as organizações dos trabalhadores. Também neste capítulo procuramos estabelecer uma relação entre o sindicalismo e a democracia para demonstrar que nos períodos democráticos, com liberdades de expressão e organização, o movimento sindical pode se organizar de forma mais fácil. Já nos períodos autoritários, encontra dificuldades. E chamamos a atenção que a democracia não é somente processos eleitorais, como bem destacado por Chauí (2020).

Neste sentido, demonstraremos que os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, radicalizaram o neoliberalismo e, apesar de governarem em um

ambiente democrático, fizeram uso de expedientes autoritários para a governabilidade: repressão às greves com a lei da “abusividade”, pois a lei antigreve acabou com a Constituição de 1988, uso indiscriminado de Medidas Provisórias (MPs), precarização do mercado de trabalho e, principalmente, ataque aos sindicatos.

Não é um trabalho que tenha conclusão final. Como o leitor poderá observar é um diálogo que terá que ser complementado com futuras pesquisas.

1.3 Procedimentos metodológicos

Ao definirmos o objetivo deste trabalho, de fazer um estudo sobre a “teoria da crise sindical”, o procedimento metodológico já estava definido: fazer uma análise dos pressupostos que embasam as críticas ao sindicalismo, mais precisamente ao *novo sindicalismo*.

Para isso, foi necessário fazer uma retrospectiva histórica do processo de organização dos trabalhadores ao longo da história. É um entendimento a partir do pressuposto de que sem uma visão histórica, ou seja, de uma perspectiva mais elástica não é possível realizar um estudo que não seja parcial, pois ele será apenas conjuntural.

É um trabalho que se utiliza do recurso do estudo bibliográfico, de uma revisão da literatura, como forma de apreender com a historiografia a trajetória do sindicalismo brasileiro e possibilitar que o recorte que foi delimitado, os anos 1990, a década neoliberal, possa ser melhor compreendida.

Neste sentido, a utilização de uma bibliografia da historiografia social e do resgate dos estudos da Sociologia do Trabalho que trataram dos primórdios do sindicalismo, constituiu-se como elemento fundamental para o trabalho. A razão principal é que os críticos do sindicalismo também estão dialogando com a estrutura sindical imposta aos trabalhadores a partir da “Revolução de 1930” e de certa forma, ao escolherem alguns aspectos parciais da realidade, já acusavam o sindicalismo de manter compromissos com o Estado. Por isso, a importância dos estudos empreendidos por José Albertino Rodrigues (1968), Luiz Werneck Vianna (1978), Ângela de Castro Gomes (2005), Marcelo Badaró Mattos (2009) e Adalberto Cardoso (2008, 2019) que abordam o sindicalismo, não como atrelado ao Estado, mas como resistente às imposições as quais foi submetido ao longo da nossa história.

É um trabalho no qual o foco não é em um sindicato ou mesmo uma categoria em particular. Trata-se do sindicalismo de forma ampliada, representado pelo *novo sindicalismo* que tem sua máxima representação na Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Quando abordamos os capítulos que tratam sobre o neoliberalismo, o ataque dos governos neoliberais aos sindicatos ou quando tratamos da democracia e o sindicalismo, a perspectiva que adotamos parte do pressuposto de que as relações que se estabelecem entre os trabalhadores, o capital e o Estado são claramente marcados pela luta de classes. Não são divergências sobre como conduzir as relações trabalhistas ou somente as políticas públicas.

Quando respondemos à questão: “para onde foram os sindicatos” ou de que crise estamos falando, a perspectiva aqui adotada para a resposta foi no sentido de não aceitar que o sindicalismo brasileiro se constitui apenas de confronto ou de greves e que, na ausência destes, estaria então em crise. Nos apoiamos nas formulações da teoria do confronto político, que tem nos conceitos de repertórios de confronto e interação e oportunidades políticas, uma explicação plausível e alternativa às construções dos “teóricos da crise sindical”.

Finalmente duas questões são relevantes no trabalho: as políticas de reestruturação produtiva e as políticas antissindicais adotadas durante a década de 1990 foram fundamentais para que o capital e o Estado enfrentassem e, ao mesmo tempo, controlassem o movimento progressista dos trabalhadores. Neste sentido, a análise sobre as ações antidemocráticas dos governos neoliberais ajudou nessa política de controle dos movimentos. A razão dessa escolha é justificada pelo fato de que foi a partir da década de 1990 sob os governos neoliberais que o sindicalismo sofreu o ataque que levou aos estudos sobre a crise sindical. A ausência de uma análise sobre os anos 2000 justifica-se por ser necessário um estudo específico a fim de demonstrar as razões de um “retorno” do sindicalismo como apontado, por exemplo, por Boito Jr. (2010), que com base no aumento do número de greves e conquistas de acordos salariais acima da inflação, identifica um momento de reação do sindicalismo. Por isso a escolha dos anos 1990.

2 CAPÍTULO 1 – A CONSTRUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA NO BRASIL

2.1 O trabalho na história brasileira

Não é possível falar da história do Brasil sem mencionar a importância dos trabalhadores e das organizações sindicais nesse processo (MATTOS, 2009, CARDOSO, 2008, 2019). A importância de se fazer uma análise histórica que mostre a trajetória do movimento sindical, como destaca José Albertino Rodrigues (1968), torna-se relevante na medida em que evita que cometemos erros históricos quando analisamos as conquistas e as dificuldades do movimento.

No caso específico do sindicalismo isso importa em razão deste ser influenciado pelas diferentes conjunturas políticas e econômicas ao longo de sua história. O movimento sindical, assim como os demais movimentos sociais são influenciados diretamente pelas políticas e decisões das classes dominantes que exercem o poder político no país. A atuação dos movimentos, por outro lado, caracteriza-se pelo uso de diferentes estratégias com vistas a superar as barreiras impostas tanto pelo capital como pelo Estado.

Neste sentido a proposta deste capítulo é, com base na bibliografia, expor como se constituiu o movimento sindical bem como as ações das classes dominantes para controlar, através do Estado, as lutas sociais e impedir as classes subalternas de se organizarem de forma autônoma. Nossa opção foi selecionar alguns autores, os quais elencamos a seguir, que de acordo com uma visão prévia podem auxiliar-nos na elaboração desse histórico. Obviamente outros tão importantes quanto estes poderiam ser elencados, mas é preciso definir um limite de uso bibliográfico. É o que fizemos.

Para este capítulo inicialmente vamos nos utilizar, para efeitos didáticos, de uma periodização das fases do movimento proposto por José Albertino Rodrigues (1968). Ainda utilizaremos as contribuições de Luiz Werneck Vianna (1978), Ângela de Castro Gomes (2005), Marcelo Badaró Mattos (2009) e Adalberto Cardoso (2008, 2019). Na segunda parte trataremos da trajetória do sindicalismo no período 1930-1945 com a implantação da legislação que proporcionou um controle sindical do Estado através do Ministério do Trabalho. Na terceira parte pretende-se analisar o período democrático de 1946-1964 e como se organizou o movimento nesse período, bem como o impacto do golpe de 1964 com o desmantelamento das organizações sindicais progressistas. Finalizaremos com algumas conclusões prévias do capítulo.

Para Adalberto Cardoso (2008), uma nova historiografia está possibilitando uma revisão na história social do trabalho no Brasil. Em uma análise sobre os primórdios do capitalismo no Brasil, Cardoso destaca que a escravidão deixou profundas marcas na sociedade brasileira, com uma imagem depreciativa do negro, dos marginalizados e dos pobres por parte das elites

Segundo o referido autor, essa nova historiografia reconhece a escravidão como um momento da história do trabalho no país na mesma linha que sociólogos anteriores, como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, e que outros historiadores brasileiros e brasilianistas já apontavam. Destaca, ainda, que grande parte dos estudos anteriores analisava a escravidão sob o prisma das “relações raciais” e a sociedade do trabalho na chave da imigração europeia, a partir de uma visão restrita à vida e às condições sociais paulistas. Também para Marcelo Mattos,

[...] numa sociedade como a brasileira, marcada por quase quatro séculos de escravidão, não seria possível pensar o surgimento de uma classe trabalhadora assalariada sem levar em conta as lutas de classes – e os valores e referências – que se desenrolaram entre os trabalhadores escravizados e seus senhores, particularmente no período final da vigência da escravidão, quando a luta pela liberdade envolve contingentes cada vez mais significativos de pessoas (MATTOS, 2009, p.16-17).

Desta forma, assim como Cardoso (2008), Mattos (2009) identifica e demonstra que o processo de formação da classe trabalhadora no Brasil não acontece somente a partir da chegada dos imigrantes europeus no final do século XIX, mas constitui-se durante a escravidão e antes mesmo do que ficou conhecido como “abolição”.

Adalberto Cardoso (2008) enumera alguns desdobramentos para as relações de classe que vão perdurar na história das relações sociais no Brasil. A primeira refere-se à capacidade de permanência das relações do regime em crise caracterizados pelo autoritarismo, o preconceito racial e desprezo pelo trabalhador livre, mestiço e negro principalmente, identificando-o como preguiçoso e inconfiável, sendo necessário o uso da força para obrigá-lo a trabalhar. Desse aspecto decorre o segundo desdobramento: “a degradação do trabalho manual pela escravidão” (CARDOSO, 2008 p. 78) pois, o trabalho manual era visto como coisa de escravo.

A imagem do trabalho e do trabalhador consolidada ao longo da escravidão fez-se portanto da sobreposição de hierarquias sociais de cor, de *status* social associados à propriedade e de dominação material e simbólica, numa mescla de sentidos que convergiram para a percepção do trabalho manual como algo degradado. [...] a ética do trabalho oriunda da escravidão foi uma ética de *desvalorização do trabalho*[...] (CARDOSO, 2008 p.80-81, grifos do autor).

O terceiro desdobramento refere-se à consolidação de um padrão de violência estatal e privada que se transferiu do período escravista para estruturar as relações de trabalho até os dias de hoje, pois na história do país os interesses do Estado confundiam-se com os interesses da classe senhorial que ocupava os cargos no Executivo e no parlamento. As forças de repressão

constituíram-se para tratar os escravos e as classes inferiores de forma truculenta pois eram encaradas como perigosas e ameaçadoras pelas elites.

O quarto desdobramento é que, na percepção das elites, o trabalhador brasileiro é pacífico, cordial e ordeiro, diferente, portanto, dos imigrantes, que, mesmo brancos, são portadores de “ideologias alienígenas como o anarquismo e o comunismo.” (CARDOSO, 2008, p. 84). Essa visão também era compartilhada por parte da historiografia que via a escravidão como “benigna”. “Ambas supõem classes subalternas que ‘conhecem seu lugar’, o que por conseguinte legitima a repressão e a violência (privada e estatal) quando essas mesmas se rebelam ou afirmam sua autonomia.” (CARDOSO, 2008, p. 84). Por último, destaca que o longo alcance da escravidão está relacionado com as condições precárias de vida dos trabalhadores que foram condenados pelas elites a viverem com o mínimo necessário para sua subsistência. Nas palavras de Adalberto Cardoso (2008, p. 87) “a escravidão produziu um paradoxo: a estrutura social era profundamente hierárquica e rígida nas posições superiores, mas bastante maleável na base, onde a pobreza igualava a todos.”

Essas características identificadas por Cardoso (2008) e Mattos (2009) acompanham as classes trabalhadoras ao longo da história brasileira. E somente depois de 1930, após longas décadas de luta dos trabalhadores, suas principais reivindicações como salário mínimo, jornada de trabalho, fim do trabalho infantil e da exploração do trabalho feminino serão incorporadas na sociabilidade capitalista mas entendidas não como decorrentes das lutas sociais e sim serão *ressignificadas* (GOMES, 2005) e instituídas como sendo uma concessão do Estado. É promovido um apagamento das lutas operárias anteriores. É como se a história do movimento sindical ou dos direitos dos trabalhadores tivessem início somente a partir de 1930.

Mostraremos, com base na historiografia sindical, que essa interpretação carece de sustentação na história. Ao mesmo tempo queremos demonstrar para a sociologia do trabalho que os estudos históricos são de fundamental relevância para o nosso trabalho e por isso destacamos a seguir autores (RODRIGUES, 1968, VIANNA, 1978 e MATTOS, 2009) que fazem um apanhado histórico da atuação operária antes de 1930.

2.2 O movimento sindical antes de 1930

No livro *Sindicato e desenvolvimento no Brasil* (1968, p. 6) José Albertino Rodrigues nos oferece uma análise com base em fases do movimento sindical brasileiro. “1ª) período mutualista (antes de 1888); 2ª) período de resistência (1888-1919); 3ª) período de ajustamento (1919-1934); 4ª) período de controle (1934-1945); 5ª) período competitivo (1945-1964)”.

De acordo com o autor a primeira corresponde a um período no qual ainda não é rigorosamente sindical mas já contém elementos organizativos. Já a segunda fase, período de resistência, refere-se à existência de várias organizações “intituladas União de Resistência, Associação de Resistência, Liga de Resistência e Sindicato de Resistência” (RODRIGUES, 1968, p. 8). São organizações que já atuam em um momento de grande efervescência e resistência ao capitalismo que é emergente no Brasil. Ainda segundo o autor,

Foi um período de intensa atividade sindical e política nos meios operários, fundando-se inúmeras organizações de classe e círculos políticos e desempenhando também uma inédita atividade cultural. Realizam-se conferências, comemorações, congressos locais, regionais e nacionais. Em consequência da permanente mobilização popular, desencadeiam-se greves, por empresa, por categoria ou abrangendo vários setores e transformando-se mesmo em algumas greves gerais que marcaram época, como a de 1917 em São Paulo. (RODRIGUES, 1968, p. 12)⁷

A terceira fase denominada de período de ajustamento observa-se um recrudescimento da atividade sindical em todo o mundo, incluindo o Brasil, em razão da I Guerra Mundial. O sindicalismo começa a denunciar os horrores da guerra e, com o Tratado de Versalhes “que não só determinou os termos do Tratado de Paz como também diretrizes que visavam atenuar os atritos político-sociais e a desenfreada concorrência capitalista” (RODRIGUES, 1968, p. 13), obteve significativas conquistas reforçadas pela vitória dos bolcheviques na Rússia em 1917, que provocou uma onda de euforia entre os operários e intelectuais progressistas.

Nesse período que, segundo o autor, se estende até 1934 o país assistiu a emergência de debates e de organizações socialistas vinculadas à Terceira Internacional que passam a propagandear as ideias anarquistas e comunistas no seio da classe trabalhadora. Nesse sentido podemos destacar a fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922.

Um fato notabiliza o período: o movimento sindical adquire um cunho acentuadamente político, buscando inclusive uma atuação parlamentar. É uma característica que contrasta com o período anterior que, se não era apolítico, poderia ser chamado antipolítico. O movimento sindical perde nessa fase o caráter revolucionário e violento de que se revestira anteriormente e adquire um tom mais brando, buscando algumas composições com correntes políticas sem penetração sindical e tentando, por todas as vias, a atuação parlamentar. É isto que lhe deu o

⁷ Mantivemos, nas citações de José Albertino Rodrigues, a grafia original do autor no livro de 1968.

caráter de ajustamento que mencionamos para denominar o período. (RODRIGUES, 1968, p. 16)

Entretanto, há também por parte do parlamento uma tendência maior da adoção de uma legislação social do trabalho que atenda, pelo menos em parte, reivindicações dos trabalhadores desde o início do século. É nesse período, segundo Rodrigues, que foi criada em 1918 a Comissão de Legislação Social da Câmara dos Deputados que levou a criação do Departamento Nacional do Trabalho mais tarde denominado Conselho Nacional do Trabalho em 1923. Ainda nesse período a previdência social dos ferroviários, a lei de férias foi promulgada em 1925 e em 1930 foi criado o Ministério do Trabalho.

Enfim, é nesse período que os elementos do poder político nacional se voltam para os problemas do trabalho – enfrentam a questão social para usar uma linguagem da época – e se nota uma preocupação crescente em promulgar leis e decretos que *contenham os trabalhadores nos seus limites de classe* (RODRIGUES, 1968, p.17 – o grifo é nosso).

Ou seja, quando chegamos em 1930 com a “Revolução de 30”, o que se observa é uma ação das elites no sentido de frear o avanço do processo de organização dos trabalhadores. Até aqui todo o esforço empreendido pelos trabalhadores começa a dar frutos em organização e conquistas fazendo com que os conservadores busquem disciplinar os trabalhadores pois, como destaca Rodrigues o movimento de outubro de 1930 não foi propriamente revolucionário e sim a quebra do monopólio político dos grandes fazendeiros. “As antigas classes rurais e as novas classes urbanas alcançam um entendimento político, que lhes permitiu manter fora dos centros de comando as classes populares, sobretudo o proletariado [...]” (RODRIGUES, 1968, p. 17).

Esse arranjo entre as classes dominantes possibilitou-lhes um fortalecimento visando o estabelecimento de controles mais efetivos sobre o movimento operário e neste sentido abre-se uma outra fase que Rodrigues denomina de período de controle. Embora inicialmente este não tenha sido imediato em razão de obstáculos e divergências do novo governo, vão se criando de forma gradativa os elementos para controlar as reivindicações e a organização operária.

A terceira fase inicialmente enfrentou a resistência dos trabalhadores. Para Rodrigues 1934 é a data referência do período em razão da votação da segunda lei sindical e da promulgação da nova Constituição de inspiração corporativista. “Transformada em regime fascista a partir de 1937, prolonga-se a nova situação até 1945, que coincide com o fim da II

Guerra Mundial [...]” (RODRIGUES, 1968, p. 18). Os sindicatos são tolerados desde que se mantenham dentro de suas “atribuições legais”.

Estão criados, assim, as condições para o advento do *peleguismo*, isto é, o fenômeno gerador de dirigentes sindicais que se contentam com as atribuições legais e se tornam instrumentos dóceis para que a organização atue menos no interesse de sua classe do que no interesse particular da empresa econômica e da ordem política do momento (RODRIGUES, 1968, p. 19 – grifo do autor)

Werneck Vianna (1978) ao analisar a legislação trabalhista antes da era Vargas faz uma crítica à ideologia da outorga, um mito criado pela ideologia do Estado Novo, que defendia o argumento no qual as conquistas dos trabalhadores eram decorrentes de uma dádiva da revolução outubrista de 1930. Neste sentido, para o novo bloco liberal no poder, a chamada questão social, que antes era tratada como caso de polícia, agora teria o Estado como garantidor dos direitos dos trabalhadores.

Para Vianna (1978), essa concepção atravessou um longo período da história brasileira procurando sempre suprimir a memória da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, manter o controle sobre o movimento operário. Para o autor, no entanto, estudos realizados nos anos 1960 por autores como José Albertino Rodrigues, começaram a descortinar essas interpretações ao identificarem a capacidade reivindicativa e de organização dos trabalhadores para além da luta econômica ao defenderem direitos sociais e políticos.

Não obstante, o levantamento da história operária na Primeira República, que se antepunha à linguagem ideológica cunhada por 30, não soube encontrar uma linha de argumentação que viesse varrer o campo intelectual viciado onde o problema se colocava. A explicação formulada para a fase anterior ao movimento político-militar da Aliança Liberal desconhecerá a aguda novidade latente em seu interior. Assim, acaba-se por afirmar aquilo cujos pressupostos a pesquisa rejeitara como a inexistência de ação organizada para a conquista de leis protetoras do trabalho (VIANNA, 1978, p.32)

Ainda segundo o autor, ao não atentar para o fato de que o Estado assume um papel de desorganizar a classe trabalhadora, algumas pesquisas introduzem novas variáveis nos estudos como a burocratização do movimento, o caráter rural e, portanto atrasado, da classe, entre outras

que irão desembocar na chamada teoria do “pacto” para a qual a legislação trabalhista seria o resultado de um acordo entre a classe trabalhadora e o Estado.

Por outro lado, como destaca Vianna, importantes direitos que o Estado afirmava ter garantido após a revolução, já faziam parte de legislação anterior a 1930 como fruto da pressão e mobilização da classe trabalhadora como: a regulamentação da jornada de trabalho, das mulheres e menores, o descanso aos domingos, férias, caixas de seguro etc. Apesar de beneficiar parte do território brasileiro, como São Paulo e Distrito Federal, bem como categorias mais representativas da época, não foram benefícios concedidos pelo Estado Getulista. Foi decorrência da luta política dos trabalhadores.

Outro aspecto para o qual o autor chama atenção refere-se ao comportamento da burguesia industrial no período pré-1930. Segundo Vianna (1978), a posição que caracterizou o seguimento industrial foi de um liberalismo extremado pois era hostil a qualquer iniciativa do Estado na formulação de legislação social. “Quando em 30 o novo Estado se articula em conflito aberto com a ordem liberal, o acusará, com a miopia exemplar, de promover a subversão social pelas leis trabalhistas” (VIANNA, 1978, p.77).

Faremos agora um resumo, segundo Vianna (1978), a respeito da legislação trabalhista antes de 1930: após a derrubada do Governo Imperial, houve uma tentativa de legislação proposta por Demétrio Ribeiro na época titular da pasta de Agricultura, Comércio e Obras Públicas que fez uma defesa de uma legislação que contemplasse a incorporação dos trabalhadores na República, mas foi derrotado por ocasião da Constituição de 1891 que instituiu o liberalismo político, ou seja, o primado do indivíduo. Dessa forma, as relações deveriam ocorrer sem a interferência do Estado.

Na Constituição de 1891, a primeira da República de caráter liberal, o mercado de trabalho deveria ficar isento das influências oriundas da política ou da organização social, ou seja optou-se pelo livre exercício da profissão. De acordo com Vianna (1978, p. 47) “a questão social era remetida para o Código Civil”. As relações sociais deveriam ser regidas sob o regime de contratos livremente realizados. Portanto, ao Estado era vedado interferir, apenas assistir como espectador e somente intervir no sentido de assegurar os efeitos dos contratos livremente adotados. A ordem liberal de 1891 “não criará, no plano federal, nenhum dispositivo regulador do mercado de trabalho” (VIANNA, 1978, p. 50)

Ainda segundo o autor a única questão legal produzida referiu-se a liberdade organizativa através do Decreto nº 1637 de 1907. Com isso, segundo Vianna, está criada uma situação dual: por um lado admite-se a criação de sindicatos e por outro, proíbe-se a contratação coletiva.

No período entre 1919 e 1930, Vianna (1978) destaca que o Estado começa a intervir no mercado de trabalho ainda que sob a égide da Constituição de 1891 da chamada “liberdade profissional”. Há aqui nesse período uma leve mudança nos preceitos liberais a partir de uma heterodoxia: a introdução do amparo aos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho – Lei 3724 de 1923; do mesmo ano a Lei 6027 que instituiu as Caixas de Aposentadorias aos ferroviários e a competência do Congresso Nacional para legislar sobre direitos aos trabalhadores. Cabe destacar, no entanto que, apesar de algumas iniciativas pontuais durante a República Velha (1889-1930), não se romperam os preceitos do credo liberal e meritocrático.

Em resumo, a legislação social além de não ter sido uma “dádiva” do Governo pós-1930, como demonstramos acima, ela já se delineava nas décadas precedentes e contou sempre com forte oposição das elites econômicas do país.

Marcelo Badaró Mattos (2009) analisando a situação dos trabalhadores e sindicatos no final do século XIX e início do XX destaca que, apesar do reduzido número de trabalhadores neste período, as organizações fundadas já traziam um acúmulo de lutas do período anterior, principalmente das ações e organizações antiescravistas. No entanto, havia muitos empecilhos para a organização e atuação dos trabalhadores durante a República Velha.

Mattos cita entre estes empecilhos o reduzido mercado de trabalho assalariado, uma extrema diferenciação étnica e de nacionalidade fatores que colocavam algumas barreiras para a constituição de uma consciência de classe. Segundo o autor,

Em São Paulo, cerca de 55% da população era composta por estrangeiros na década de 1890 e, entre a população ocupada, os estrangeiros chegavam à soma de 68%, ou seja, a grande maioria dos trabalhadores paulistas era composta por imigrantes, a maior parte dos quais, italianos (MATTOS, 2009, p.39).

No Rio de Janeiro a realidade era diferente e, segundo Mattos “o percentual de estrangeiros na população girava em torno de 25%, sendo portugueses mais da metade desses imigrantes” (MATTOS, 2009, p.39). Ainda de acordo com ele, cerca de “35% dos habitantes foram identificados como negros ou mestiços em 1890” (MATTOS, 2009, p. 39) Em relação ao mercado de trabalho o autor identifica uma clara discriminação, pois

Enquanto mais da metade dos estrangeiros economicamente ativos estava ocupada no comércio, indústria ou artesanato – atividades de remuneração menos baixa – cerca

de 65% dos de origem negra ocupavam-se em serviços domésticos ou não tinham profissão declarada em 1890. (MATTOS, 2009, p. 39)

As condições de trabalho eram extremamente precárias e a alta exploração do trabalho era a marca do período com longas jornadas de trabalho, ambientes insalubres, violência dos encarregados e exploração das mulheres e crianças. Os salários que já eram miseráveis para os homens, no caso das mulheres e crianças, eram da metade para baixo em relação aos primeiros.

Nesse período dominado pelas oligarquias regionais a participação política era praticamente vedada para a maioria dos trabalhadores. No entanto, estes participavam politicamente através de amplos protestos coletivos, a maioria de forma violenta como explica Mattos,

Somente no Rio de Janeiro entre 1880 e 1904 pelo menos cinco grandes revoltas urbanas foram registradas, com a população promovendo quebra-quebras e envolvendo-se em choques com a polícia, motivada por aumentos considerados extorsivos em tarifas públicas (em especial a passagem do bonde) (MATTOS, 2009, p.45).

Ainda no aspecto organizativo da classe operária cabe ser destacado a criação de partidos operários e grupos socialistas que tinham como proposta a ampliação da participação dos trabalhadores no campo político. Em 1890 foi fundado o Partido Operário por imigrantes alemães ligado à Segunda Internacional que destacavam a importância dos trabalhadores se organizarem em sindicatos superando a fase de associações de auxílio mútuo.

Entretanto, do ponto de vista sindical esse período foi marcado pela hegemonia do chamado “anarcossindicalismo” que defendia ação direta dos trabalhadores e recusava a via eleitoral-partidária (MATTOS, 2009). Essa hegemonia duraria até os anos 1920 quando o movimento anarquista, além da dura repressão do Estado com o fechamento de entidades prisão e exílio de dirigentes, começou a enfrentar a concorrência dos comunistas que fundaram o Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922.

De acordo com Mattos a hegemonia dos comunistas no meio sindical foi alcançada no final da década de 1920 que, além de controlarem a maioria dos sindicatos iniciou “incursões” na política eleitoral, por meio do Bloco Operário e Camponês (BOC) e em 1929 fundaram uma central sindical a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). Outro dado não

menos importante abordado pelo autor, se refere ao número de greves tanto as convocadas por sindicatos como as que por vezes surgiam de forma “espontânea”.

No início do século XX é que as greves começam a se tornar mais frequentes e o autor destaca as seguintes: em 1902 uma greve dos operários da indústria têxtil mobilizou cerca de 25 mil operários. “No ano seguinte uma greve de cocheiros e carroceiros paralisou a cidade do Rio de Janeiro e os Têxteis voltaram a parar mobilizando desta vez 40 mil operários [...]” (MATTOS, 2009, p. 54). Em Porto Alegre no ano de 1906 a primeira greve geral foi promovida pelos marmoristas que lutavam pela redução da jornada. Em 1917 ocorreu, como já citamos, a maior e mais importante greve geral que paralisou várias fábricas de tecidos e recebeu a adesão de greves de solidariedade de outras categorias.

Este é um quadro resumido da atividade sindical até os anos 1930. Atividades e organizações autônomas e independentes que, apesar de incipientes, preocupavam as classes dominantes que já procuravam formas de conter a classe trabalhadora. É nesse período que as oligarquias reforçam os aparatos repressivos e outras medidas de contenção começam a ser pensadas e implementadas pelo Estado. Mas é a partir de 1930 com a mudança da fração dominante que medidas mais concretas serão tomadas para o controle dos trabalhadores. No próximo item nossa proposta é expor como e com quais elementos o Estado implementou o controle do movimento sindical que já apresentava claros sinais de avanço organizacional.

2.3 1930-1945: a classe dominante impõe um duro controle sobre os trabalhadores

Qualquer análise do Brasil pós-1930 tem que levar em conta o peso dos 15 anos do primeiro governo Vargas. A importância da figura de Getúlio Vargas; a ideia da necessidade de superação do atraso econômico e social brasileiro pelo desenvolvimento industrial, o autoritarismo com sua crítica feroz às instituições democráticas de relacionamento político (como partidos políticos, a independência entre poderes e as eleições), são algumas das heranças que esse governo esforçou-se por legar à história brasileira (MATTOS, 2009, p. 61).

Para José Albertino Rodrigues (1968) até 1930 quando ocorre a chamada “revolução”, a legislação trabalhista era praticamente inexistente, apesar de já contarmos com um sindicalismo atuante e reivindicativo. As poucas regulamentações adotadas até esse período referiam-se a poucos direitos que na prática não eram respeitados pelos empregadores. Como vimos acima, a chamada questão social era tratada como uma questão de ordem pública, ou seja, uma questão de polícia.

Entretanto, a fração que organizou a Aliança Liberal sob a liderança de Vargas, segundo Rodrigues, reconhecia a existência da questão social e defendia a adoção de um

Código do Trabalho que desse tanto ao proletário urbano como o rural os *dispositivos tutelares* de que necessitavam. Ainda que tímida, a afirmação trabalhista da plataforma de governo lida na Esplanada do Castelo, vai se tornando mais segura e, em certos pontos, mais ousada, na medida em que se consolida a nova administração, embora ao sabor dos entrechoques das alas radical e moderada da revolução (RODRIGUES, 1968, p. 69, grifo do autor).

O marco dessa nova forma de tratar as questões referentes ao trabalho tem na criação do Ministério do Trabalho seu ponto mais importante tendo sido referido pelo seu Ministro Lindolfo Collor como o “Ministério da Revolução”. Como destaca Rodrigues (1968), o governo de Vargas, ainda no período provisório, Instituiu além do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a organização sindical, um sistema de previdência social para o setor público, marítimos, estivadores, doqueiros e comerciários, a lei de predominância do trabalhador brasileiro sobre o estrangeiro, jornada de 8 horas de trabalho, regulamentação jurídica (precursora da Justiça do Trabalho), convenções coletiva, reformulação da lei de acidentes do trabalho, da lei de férias, entre outras medidas.

Para Santos (1979), até 1930 predominou a relação entre capital e trabalho com base na ideologia liberal que concebia a relação entre as partes como livremente estabelecida entre indivíduos livres e iguais. Nesse sentido, o patronato não concordava com a interferência do Estado na regulação do trabalho. De acordo com o autor citado, a inexistência de uma legislação social anterior a 1930, levou ao surgimento de uma série de associações privadas e algumas categorias mais representativas alcançaram alguns benefícios previdenciários. A partir da Revolução o Estado instituiu uma série de leis, que já faziam parte das reivindicações sindicais, regulamentando quem tinha direitos sociais. A esse conjunto de leis Santos (1979) denominou de *cidadania regulada*.

Segundo Santos (1979) eram considerados cidadãos aqueles que eram reconhecidos pela lei, ou seja, no caso dos sindicatos aqueles que eram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e dos trabalhadores os que possuíam a carteira de trabalho que, por sua vez, garantia o acesso a direitos previdenciários.

Lanzara (2018) em estudo mais contemporâneo sobre o seguro social no Brasil, destaca que até 1930 o que havia em matéria de previdência era o *mutualismo empresarial* que serviu

de modelo para as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) através da Lei nº 4.682 de 1923 (LANRARA, 2018). Nas palavras do autor, “apesar de as mutuais brasileiras servirem, em princípio, aos interesses dos trabalhadores, várias dessas sociedades eram entidades fundadas pelo patronato industrial” (LANZARA, 2018, p. 470). O autor completa dizendo que era uma forma também de controle sobre os trabalhadores.

As medidas adotadas e mencionadas acima pelo governo Vargas não foram fruto de uma criação original dos “revolucionários” e sim, como já destacamos, de uma ação com vistas a controlar a crescente politização do movimento operário que com o aprofundamento da crise econômica vinha demonstrando uma crescente organização, principalmente após as greves do início do século. Ou como argumenta Ângela de Castro Gomes (2005) uma ressignificação das reivindicações dos trabalhadores que constavam de suas pautas de reivindicações desde o limiar do século XX. Soma-se a isso a sombra da criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que sob a liderança de Luiz Carlos Prestes⁸, preocupava as classes dominantes.

A partir de certo momento – fins do Governo Provisório – o objetivo declarado da política de Vargas é conter a luta de classes. Os instrumentos utilizados eram os sindicatos, as instituições trabalhistas, a legislação do trabalho e a previdência social (RODRIGUES, 1968, p. 73).

Com a ampliação do movimento operário sob direção da ANL e a tentativa de uma revolução em 1935, o governo vinha enfrentando oposição de diferentes setores da sociedade. Além disso sentindo a possibilidade de rompimento do frágil arranjo que sustentava o projeto político alcançado pela “Revolução de 30”, aproveitou-se da radicalização dos trabalhadores para promover um golpe de estado em 10 de novembro de 1937. Com isso foram promovidas prisões, intervenções em sindicatos através de forte repressão ao movimento político de esquerda e aos sindicatos. A seguir foi promulgada nova Constituição sob o argumento de que havia uma clara ameaça de guerra civil.

Ainda segundo Rodrigues (1968), a Revolução de 1930 foi marcada pela heterogeneidade de tendências ideológicas. Ao longo do processo foram se definindo duas correntes, que tinham apenas em comum serem contrárias à hegemonia da oligarquia rural.

⁸ Luiz Carlos Prestes ganhou projeção nacional ao liderar a Coluna Prestes sem nunca ter sido derrotado pelas tropas do governo e tornou-se o principal dirigente do PCB.

[...]de um lado a *corrente reformista*, representante da alta burguesia territorial e industrial, pretendendo conservar a mesma ordem social e “realizar somente as reformas de natureza estritamente política”; de outro lado, a *corrente radical*, “pleiteando grandes modificações internas, profundas transformações sociais”, representando a pequena burguesia (novas classes médias urbanas) e tendo como expressão o ‘tenentismo’ (RODRIGUES, 1968, p. 75, grifos do autor).

Embora afastada do poder, a oligarquia rural mantinha, com base no poder econômico, um importante papel haja visto o fato de que a “Revolução de 30” não modificou as relações sociais do campo e não acabou com o latifúndio, fonte real de poder da oligarquia. Portanto, o movimento desencadeado em 1930 teve um caráter de classe, no sentido de conter o crescente movimento operário que teve no evento de 1935 o ápice de sua organização e que foi desmantelado após uma profunda repressão política.

Há um consenso na bibliografia que o movimento de outubro de 1930 é o divisor de águas entre o fim da hegemonia das oligarquias agrárias e o início da predominância do setor urbano-industrial na economia brasileira (RODRIGUES, 1968; OLIVEIRA, 2013).

Rodrigues (1968) afirma que o movimento de 1930 não foi propriamente revolucionário no sentido de alterar a estrutura social. Basta ver que o latifúndio permaneceu intocável e que apesar dos discursos do governo “revolucionário” as leis trabalhistas excluíram os trabalhadores rurais. O que ocorreu, segundo Rodrigues, foi um entendimento entre as classes rurais e as novas classes urbanas que deixaram de fora do arranjo político as classes populares, em particular o proletariado.

É um momento no qual um novo modo de acumulação está em gestação onde o mercado interno estará no centro da atenção econômica. Isto não significa um rompimento das relações com o mercado internacional, mas uma nova postura mesmo que ainda subordinada.

Segundo Francisco de Oliveira (2013, p. 35, grifo do autor), “Trata-se, em suma de introduzir um novo modo de acumulação, qualitativa e quantitativamente distinto, que dependerá substantivamente de uma *realização parcial interna crescente*”. Neste sentido a regulamentação do trabalho assume um caráter prioritário. De acordo com o autor, “a chamada legislação trabalhista tem sido estudada apenas do ponto de vista de sua estrutura formal corporativista, da organização dos trabalhadores e de sua possível tutela pelo Estado [...]” (OLIVEIRA, 2013, p. 36)

Sob esta perspectiva, segundo Oliveira, interpretações que se detenham no aspecto puramente corporativista minimizam o papel da legislação trabalhista no processo de acumulação instaurado a partir de 1930. Para o autor “as leis trabalhistas fazem parte de um

conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação” (OLIVEIRA, 2013, p. 38).

A hipótese defendida por Oliveira é que ao deixar de fora da proteção da legislação os trabalhadores rurais, a nova fração dominante visava a formação de um exército de reserva. “Essa conversão de enormes contingentes populacionais em “exército de reserva” adequado à reprodução do capital era pertinente e necessária do ponto de vista do modo de acumulação que se iniciava ou se buscava reforçar (OLIVEIRA, 2013, p. 38, grifo do autor).

Não pretendemos nos alongar nessa análise agora. Voltaremos nela mais à frente. Apenas pontuamos para demonstrar o caráter de classe do movimento outubrista de 1930 e para afirmar que não o entendemos como um período de colaboração entre os trabalhadores e as classes dominantes muito menos como um governo populista.

Na interpretação oferecida por Ângela de Castro Gomes os trabalhadores somente serão reconhecidos como ator político a partir de 1930. [...] o processo pelo qual a classe trabalhadora se configurou como ator político foi fruto de um projeto articulado e implementado pelo Estado, projeto este, que pode ser chamado aqui de *trabalhismo* brasileiro. (GOMES, 2005, p. 23 – grifo da autora)

Em uma interpretação livre sobre a hipótese da autora, este trabalho compartilha com a ideia de que para além de um pacto entre trabalhadores e Estado ou de um projeto de construção de um “sindicalismo populista” (WEFFORT, 1973), o que ocorreu foi uma ressignificação do discurso dos trabalhadores construído durante a Primeira República e a transformação em leis que assumiram um caráter de “outorga” do poder público, para alguns e de “dádiva” para outros. Havia no discurso oficial dois aspectos que merece destaque: um material – que materializava antigas aspirações dos trabalhadores e, outro mais “cultural” que projetava a ideia de um Estado benevolente e pai dos pobres e trabalhadores.

Nesse aspecto a autora está dialogando com E.P. Thompson ao definir que a constituição da identidade da classe trabalhadora articula “uma *lógica material*, fundada nos benefícios da legislação, com uma *lógica simbólica* que representava estes benefícios como doações [...]” (GOMES, 2005, p. 24 – grifos são nosso).

Segundo a autora, a constituição da classe trabalhadora brasileira terá dois momentos distintos: no primeiro, durante a Primeira República, a palavra está com os trabalhadores e, no segundo, após 1930, está com o Estado. Ainda de acordo com ela,

O ponto fundamental porém, para o qual é necessário atentar é o da dinâmica de construção deste projeto de identidade operária desenvolvido pelo Estado. De um lado, este discurso apaga a memória da “palavra” dos trabalhadores, arduamente estruturada na Primeira República [...]. No entanto, ao mesmo tempo em que esta operação é realizada, a “nova palavra” emitida pelo Estado constrói-se lidando com os mesmos elementos básicos presentes no discurso operário desde o século XIX, apenas relidos e integrados em outro contexto (GOMES, 2005, p. 27 – grifos da autora).

Nossa perspectiva, no entanto, não é assumir a concepção que o Estado tudo pode e que legislou sem nenhum tipo de oposição por parte da classe trabalhadora. Também não seguimos a ideia de um sindicalismo populista que estabeleceu um pacto com o governo. É preciso levar em conta o fato de que o partido que na época representava a classe trabalhadora foi colocado na clandestinidade quase todo o século XX e, portanto, impedido de atuar na organização da classe. Mesmo assim, os trabalhadores não ficaram totalmente calados. As diferentes formas de resistências são utilizadas de acordo com as condições conjunturais objetivas de cada momento histórico.

2.4 A organização operária

Até a década de 1920 o anarcossindicalismo foi hegemônico no movimento sindical brasileiro. É claro que existiam outras correntes. Seu enfraquecimento foi acelerado pelo estado de sítio decretado pelo governo em razão dos levantes tenentistas. O PCB (Partido Comunista do Brasil) que havia sido fundado por ex-anarquistas em março de 1922, em julho do mesmo ano foi colocado na ilegalidade afetando também o movimento sindical organizado.

É somente no final da década de 1920 que, com uma certa abertura política, o movimento ganhou novo impulso ainda que com certa repressão colocou na ordem do dia reivindicações que encontraram eco na Câmara Federal que se tornaram leis como a lei “de férias para comerciários e operários industriais e o código de menores” (GOMES, 2005, p.145).

No entanto, com a “Revolução de 1930” o sindicalismo autônomo é novamente confrontado. Agora o Estado, através do Decreto 19.770, estabeleceu novas normas de sindicalização nas quais o sindicato passou a ser definido como órgão de colaboração com o poder público (GOMES, 2005). Mesmo com a reação negativa dos sindicalistas o projeto do governo avançou ao determinar que os trabalhadores somente teriam acesso aos direitos instituídos pelo Ministério do Trabalho se fossem sindicalizados em sindicatos reconhecidos

pelo ministério. Esta exigência forçou o sindicalismo progressista a disputar a direção dos sindicatos oficiais.

Mas é preciso que aqui façamos o questionamento do porquê o governo adotou a agenda dos trabalhadores ao promover praticamente o conjunto da pauta de reivindicações do movimento sindical. Qual é a razão principal, se é que existe, para o controle dos sindicatos e, dessa forma, da classe trabalhadora? Como a bibliografia interpretou esse movimento é o que veremos a seguir.

2.4.1 Um novo modo de acumulação do capital

Como já afirmamos anteriormente, há consenso na literatura acadêmica de que a “Revolução de 1930” marcou o fim da hegemonia do setor primário-exportador e o início da predominância do setor industrial na economia brasileira. Conforme Francisco de Oliveira (2013), tratou-se de introduzir um novo modo de acumulação. Um dos aspectos fundamentais dessa mudança reside na regulamentação das leis que regem o trabalho.

Historicamente esse processo tem sido estudado e analisado a partir de duas perspectivas: uma que está relacionada ao fato de se tratar de uma legislação corporativa e a outra como uma “dádiva” de Getúlio Vargas para os trabalhadores, com a fixação do salário-mínimo. Sendo assim, essa concepção insere-se em uma perspectiva que acredita em um caráter de redistribuição de renda dos governos entre 1930/1964. (OLIVEIRA, 2013). Para autor, tal interpretação “minimiza o papel da legislação trabalhista no processo de acumulação.”

Importa não esquecer que a legislação interpretou o salário-mínimo rigorosamente como “salário de subsistência”, isto é, de reprodução; os critérios de fixação do primeiro salário-mínimo levaram em conta as necessidades alimentares (em termos de calorias, proteínas etc.) para um padrão de trabalhador que deveria enfrentar um certo tipo de produção, com um certo tipo de uso de força mecânica, comprometimento psíquico etc. (OLIVEIRA, 2013, p.37).

Como se vê, a “Revolução de 1930” procurou moldar um tipo de trabalhador adequado ao novo modo de acumulação do capital e, para isso, era necessário manter os trabalhadores com o mínimo possível para sua reprodução e criar um “exército de reserva” com a população que se deslocava do campo para a cidade.

Essa conversão de enormes contingentes populacionais em “exército de reserva”, adequado à reprodução do capital, era pertinente e necessária do ponto de vista do modo de acumulação que se iniciava ou que buscava reforçar, por duas razões principais: de um lado propiciava o horizonte médio para um cálculo econômico empresarial liberto do peso de um mercado de concorrência perfeita, no qual ele devesse competir pelo uso dos fatores; de outro lado, a legislação trabalhista *igualava reduzindo* – antes que incrementando – o preço da força de trabalho. (OLIVEIRA, 2013, p. 38 – grifo do autor).

Além disso, era fundamental controlar todos os meios de organização que pudesse colocar em xeque o arranjo das elites. Por isso o controle das organizações sindicais tornou-se um fator importante na construção da legislação trabalhista. Todo esse processo foi organizado em um período autoritário, que não permitia aos trabalhadores e suas organizações que fizessem oposição a essa forma de estruturação sindical pois o Estado somente reconhecia como legítimos os sindicatos regulamentados pelo Ministério do Trabalho. (SANTOS, 1979)

Segundo Carlos Pinho (2019) no período de 1889-1930 as relações contratuais eram com base na ideologia capitalista mercantil e caracterizavam-se por serem entre indivíduos juridicamente iguais. Ou seja, é a perspectiva do liberalismo. A partir do governo Vargas houve uma ampliação das bases sociais do Estado ao introduzir “um conjunto de regulamentos atingindo diretamente o processo de acumulação.” (PINHO, 2019, p. 36)

Isso explica o equívoco de certa concepção que definiu o sindicalismo antes de 1964 como sendo totalmente populista. Ou seja, nessa concepção, não havia espaço para posições contestatórias às políticas promovidas pelas elites e teríamos então, somente a partir da década de 1970, com os “autênticos”, o surgimento do sindicalismo verdadeiro – o “Novo Sindicalismo”. Essa concepção marcou a evolução do pensamento político e sindical no pós-1964.

2.5 O período democrático de 1945-1964: o sindicalismo mostra sua força

Após o fim da Segunda Guerra Mundial novos ventos sopraram com a vitória dos aliados sobre nazifascismo. No Brasil assistiu-se o fim da ditadura do Estado Novo, a anistia aos presos políticos, entre eles o líder comunista Luiz Carlos Prestes, e a realização de uma Constituinte em 1946. A possibilidade de organização do sindicalismo autônomo favoreceu a eleição de diversos representantes progressistas que, em minoria, não conseguiram fazer avançar conquistas para os trabalhadores.

As duas candidaturas a presidente que se apresentaram após o fim do Estado Novo, com a deposição de Getúlio Vargas, tinham caráter totalmente conservador e originárias do âmbito militar: Eduardo Gomes, brigadeiro da Aeronáutica e Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra (OLIVEIRA, 2002). Mas com a fundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em maio de 1945 foi uma forma de Vargas continuar dando as cartas na política nacional. A ideia era de, através do PTB, atrair os assalariados ainda mais para o projeto político varguista. Segundo Oliveira, “o PTB, que teve um importante papel até 1964, incorporaria o legado social e trabalhista de Vargas e passaria a reivindicar mais autonomia sindical, além da participação dos trabalhadores na política nacional” (OLIVEIRA, 2002, p.120).

Ao contrário do que afirma a bibliografia hegemônica (WEFFORT, 1973), a aproximação do seguimento de esquerda tanto na política como no sindicalismo, ocorreu em razão do enfrentamento aos conservadores, ou seja,

[...] para além das polêmicas que essa aliança suscitou, havia de fato objetivos comuns, mesmo que de curto prazo, entre Prestes e Vargas e as massas urbanas que procuravam liderar. Eles queriam reverter um cenário político marcado pelas conspirações das forças conservadoras (OLIVEIRA, 2002, p. 121).

O processo eleitoral acima mencionado teve impacto relevante na atuação do movimento sindical que, desde a campanha contra a guerra, já vinha ganhando fôlego e se intensificado no imediato pós-guerra. Como destacou Oliveira (2002) a criação do Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT) foi o principal instrumento de ação sindical pois reunia um leque de forças políticas desde os trabalhistas, comunistas e lideranças sindicais independentes.

O MUT surgiu oficialmente em 30 de abril de 1945, com o lançamento de um manifesto à nação assinado por mais de 300 dirigentes sindicais de 13 estados, e logo se envolveu na organização de várias manifestações em favor da Constituinte com Getúlio e nas greves ocorridas em São Paulo em maio de 1945, as mais importantes desde o início do Estado Novo (OLIVEIRA, 2002, p. 124).

Segundo Mattos (2009) uma das estratégias adotadas pelo MUT foi a organização de comissões de trabalhadores nas fábricas, estratégia que fazia parte de um

repertório de longa tradição. Essas comissões tiveram papel de destaque nas atividades grevistas ao longo do período em razão de muitos sindicatos estarem sob o controle de sindicalistas aliados ao Ministério do Trabalho – os “ministerialistas” – como eram chamados.

Com a definição do processo eleitoral e a eleição de Eurico Gaspar Dutra o espaço de liberdade do qual desfrutava o movimento sindical foi sendo reduzido. Em um primeiro momento o novo governo decidiu enfrentar a influência e a organização sindical com medidas visando conter os trabalhadores. Esse enfrentamento foi consequência das greves que começaram a ocorrer logo após a posse do novo governo e que mobilizou cerca de “100 mil trabalhadores na região metropolitana de São Paulo entre fevereiro e março de 1946” (OLIVEIRA, 2002, p.127).

Marcelo Badaró Mattos também destaca que, “o ano de 1946, em que o general Dutra tomou posse da presidência, assistiu a cerca de 60 greves somente nos primeiros dois meses” (MATTOS, 2009, p. 83). Argumenta ainda, que diante da dubiedade de posicionamento do PCB, que pregava uma política de “união nacional” para evitar um retrocesso político, e frente a passividade dos dirigentes sindicais comprometidos com o governo, muitas greves foram convocadas pelas comissões de fábrica tendo a sua frente dirigentes de base do PCB. Outro elemento que contribuiu para o posicionamento mais repressivo do governo foi o clima da Guerra Fria. O governo Dutra regulamentou o “direito de greve” no entanto, praticamente impossibilitando seu exercício em sintonia com as demandas patronais que pressionavam o governo pela repressão às greves.

Uma outra frente de ação conservadora foi o acolhimento de um pedido de cassação do registro do PCB sob o argumento de ser um partido a serviço da União Soviética e que insuflava a luta de classes. O PCB foi colocado na clandestinidade em 1948. Concomitante com os movimentos que citamos acima, foi a solicitação de impugnação do MUT por se tratar de uma organização que contrariava as normativas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Dessa forma aos poucos o governo foi retomando as práticas autoritárias com os movimentos de esquerda e com os trabalhadores. De acordo com Oliveira,

[...]a partir de maio de 1947, o governo Dutra deu por encerrado o breve período de abertura política que havia se iniciado em 1945 e interrompeu a trajetória de ascensão do movimento sindical, voltando suas baterias contra os sindicatos dirigidos pelos comunistas e trabalhistas de esquerda. Com o decreto nº 23.046 de 7 de maio de 1947 [...] foram depostas as diretorias de 36 sindicatos de São Paulo e ao longo do ano as

intervenções atingiram praticamente todos os sindicatos dirigidos por comunistas e trabalhistas de esquerda (OLIVEIRA, 2002, p. 135).

Entretanto, como destaca Oliveira (2002), mesmo com toda a repressão e o esvaziamento de direitos sociais consagrados na Constituição de 1946, não havia mais como negá-los. No caso do PCB que foi colocado na ilegalidade e afastado das direções sindicais seu discurso foi de radicalização contra o governo propondo a criação de entidades paralelas através do reforço na organização de base nas fábricas. Essa estratégia teve repercussão na mais importante greve do período, a greve dos 300 mil em São Paulo, organizada pelos trabalhadores nos locais de trabalho (MATTOS, 2009).

No entanto a aprovação do direito de greve, inscrito no artigo 158 da Constituição, e analisado pela historiadora Juliana Martins Alves (2015) nos possibilita argumentar sobre a fragilidade de algumas conclusões que se tornaram dominantes ao afirmarem sobre a ausência de mobilização sindical, bem como de um adesismo tanto do partido operário da época como dos sindicalistas às políticas do governo.

A autora descreve que, em face da aprovação do direito de greve os grupos conservadores de dentro e de fora do governo começaram a atacar esse direito identificando como a constitucionalização de uma “violência” contra a coletividade e que incentivava a desordem e a anarquia promovida pelos elementos subversivos (leia-se comunistas) que tinham como objetivo desvirtuar as organizações sindicais. Por outro lado, defendiam que, diante dos “avanços do movimento operário-sindical tratava-se para os executores da política estatal de atuar em várias frentes” (ALVES, 2015, p. 374), a fim de disputar com a esquerda o controle do movimento.

Primeira frente: investir na formação social e sindical continuada do *cidadão trabalhador* [...]. Segunda frente: ampliar o papel da justiça do trabalho considerada como instrumento por excelência, para dirimir as disputas entre capital/trabalho, como o fim de evitar as greves. terceira frente: fortalecer o sindicalismo estatal, tendo em vista a função dos sindicatos como *órgãos de colaboração com o poder público* e com o dever de cooperarem para a *harmonia e solidariedade social* (ALVES, 2015, p. 374-375 – grifos da autora).

A quarta frente teria como tarefa manter atualizado os dados sobre ações do governo relativos à justiça, segurança pública e a repressão relacionada à indivíduos considerados lesivos à nação – os subversivos.

Diante da constante perseguição que a classe trabalhadora enfrentou nos governos pós-1930, desenvolveu formas alternativas de protestos como a “greve branca” que acarretava a diminuição da produção, a “greve por excesso de zelo” na qual o operário procurava fazer seu trabalho de forma tão meticulosa que interrompia seu trabalho a fim de buscar orientação do supervisor – ocorria diminuição na produção (ALVES, 2015). Para esses também o governo começou a estabelecer ações visando combatê-los. Havia ainda, a greve por ocupação dos locais de trabalho e os boicotes onde os operários, com cartazes, pediam à população que não adquirisse produtos daquela empresa enquanto suas reivindicações não fossem atendidas.

A participação do trabalhador em greves julgadas pelos órgãos oficiais como *ilegais* ou *ilegítimas* possibilitava aos empregadores a sua dispensa *por justa causa*, sem direito à indenização. Afora isso, havia as chamadas *listas negras* ou de boicote patronal, nas quais se organizava um cadastro de *líderes e grevistas habituais*, com o fim de não serem mais admitidos (ALVES, 2015, P. 379 – grifos da autora).

Do que vimos acima a cada momento dessa exposição, a partir de pesquisas históricas, podemos ver as diferentes estratégias utilizadas pelos trabalhadores o que pode demonstrar a utilização de repertórios diferentes diante da repressão do patronato e dos Estado.

Já para Ângela de Castro Gomes (2005), diante da repressão e do não reconhecimento dos sindicatos autônomos, a estratégia dos líderes foi disputar e entrar nos sindicatos oficiais. Assim, tornou-se fundamental a luta nos dois campos: na luta para controlar os sindicatos e nas atividades e mobilizações de rua.

2.5.1 A reorganização sindical a partir do segundo governo Vargas

É somente a partir de 1951, durante o segundo governo Vargas, que o sindicalismo consegue novamente se reorganizar e, atuando através dos sindicatos oficiais, retomar as lutas pelos direitos dos trabalhadores. Esse é um período bastante estudado tanto pela historiografia como pela sociologia do trabalho. Nesse sentido destacaremos alguns pontos relevantes para nossa argumentação.

O governo Dutra deixou de herança para o novo governo um país com uma profunda crise econômica e um arrocho salarial. Na campanha eleitoral Vargas fez promessas aos trabalhadores visando angariar apoio das forças políticas de esquerda destacando que seria um governo que faria retornar a “política social” do seu primeiro governo. Nesse sentido, como destaca Mattos (2009) e Cardoso (2019) em seu famoso discurso no primeiro de maio de 1954 Vargas afirma sobre a importância dos trabalhadores como classe, pois através do voto e de sua organização seriam governo (CARDOSO, 2019).

Entretanto, apesar das promessas pouca coisa foi feita para minorar a situação do arrocho salarial dos trabalhadores o que os levou a convocação de diversas greves e que, de acordo com Mattos (2009), somaram 173 em 1951 e 264 em 1954 em todo o país. Tal fato levou os comunistas a reconsiderar sua posição de agir de forma paralela aos sindicatos oficiais e disputar o controle deles em aliança com os trabalhistas de esquerda.

Na conjuntura das greves contra a situação de arrocho e de aumento do custo de vida o sindicalismo criou uma série organizações que estavam à margem da legislação sindical. Em São Paulo foi fundado o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), que reuniu os principais sindicatos em greve e no Rio de Janeiro, fundou a Comissão Intersindical Contra a Assiduidade (CISCAI) na qual se integraram, de início, cerca de 30 sindicatos (MATTOS, 2009). Essas entidades serviram de exemplo para outras que segundo o autor foram criadas no Distrito Federal como “a Comissão Permanente de Organização Sindical, criada em 1958” e o PUA – Pacto de Unidade e Ação -, reunindo nacionalmente “entidades sindicais de trabalhadores em transportes marítimos, ferroviários e, mais tarde, aéreos, além dos portuários” (MATTOS, 2009, p. 89).

No que pese as tentativas o governo Vargas não conseguiu impedir a movimentação dos conservadores que articulavam um golpe para afastá-lo novamente do poder. Somente com a atitude extrema do suicídio conseguiu reverter o golpe e garantiu a eleição de Juscelino Kubitschek.

2.5.2 O sindicalismo entre 1955-1964

Quando Juscelino Kubitschek, doravante JK, assumiu o poder o país já havia sofrido uma profunda transformação fruto das políticas desenvolvimentistas “nacionalistas” que tiveram origem no movimento outubrista liderado por Getúlio Vargas e as novas elites. Esse movimento, que elegeu o “nacionalismo” e o industrialismo como objetivo a ser alcançado havia transformado profundamente a sociedade brasileira. Segundo Mattos (2009) o número de

operários industriais entre 1920 e 1960 havia dado um salto de 275 mil para cerca de três milhões. No entanto esta guinada não pode sustentar uma ideia equivocada de uma troca simples do sistema agrário para o industrial. O que se verificou foi uma adaptação da oligarquia agrária ao novo sistema proposto também por uma elite de origem agrária. No período havia uma diferença de entendimento dentro de uma mesma elite.

O governo JK foi decisivo para o aprofundamento da política industrial do país mas também, sem afetar ou comprometer a estrutura agrária já consolidada. Seguiu a receita dos governos anteriores e com uma ampliação: a abertura total ao capital estrangeiro e um incentivo ao investimento privado com o apoio do governo.

[...] os subsídios governamentais para setores estratégicos da economia e a abertura ampla para os investimentos estrangeiros criaram condições para incrementos extraordinários em alguns setores. No caso da infraestrutura, o setor energético assistiu a um aumento da produção de energia elétrica de cerca de 50% entre 1955 e 1961 e a produção de petróleo saltou de 2 milhões de barris por ano em 1955 para 30 milhões em 1960 (MATTOS, 2009, p. 90).

A literatura que escrutinou esse período da história brasileira estabeleceu um consenso: foi a consolidação do projeto varguista de industrialização do país. Há um número expressivo de trabalhos que escrutinou o período em questão e entre eles remetemos ao de Pinho (2019) que analisa o processo de industrialização do Brasil a partir da chave do planejamento estratégico conduzido pelo governo.

No entanto, do ponto de vista da classe trabalhadora o modelo desenvolvimentista não apresentou nenhuma melhoria nas condições de vida da maioria da população. O que tivemos até o governo de João Goulart foi apenas a promessa para os trabalhadores.

Em dados apresentados por Mattos (2009) temos o seguinte: o salário-mínimo em 1964 atingiu o mesmo valor de 1954, portanto regrediu, em decorrência da inflação. Em 1951 a taxa de inflação era de 19,1% e em 1959 chegou a 52,1% e em 1963 atingiu a marca de 79% portanto penalizando a população mais necessitada. Essa conjuntura da década de 1950 levou a uma ascensão do sindicalismo como já demonstramos: aumento do número de greves, maior visibilidade junto à opinião pública e aumento significativo do número de entidades sindicais.

Ainda de acordo com Mattos (2009) outros elementos corroboram para demonstrar o crescimento do sindicalismo na década de 1960: a renovação de lideranças sindicais e a realização de encontros como o 3º Congresso Sindical Nacional, que ocorreu no Rio de Janeiro,

em agosto de 1960. Destacam-se a vitória da oposição nas eleições da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

A força política, a trajetória grevista ascendente e o crescimento no nível de mobilização alcançado pelo sindicalismo entre 1955 e 1964 explicam-se em grande parte, pelo surgimento das organizações paralelas ao sindicalismo oficial (MATTOS, 2009, p. 96).

Por outro lado, esse crescimento do sindicalismo criou uma relação de ambiguidade por parte do governo de João Goulart que, em um primeiro momento, aceitou o apoio dos trabalhadores que se mobilizaram para garantir sua posse junto com o movimento pela legalidade, mas, ao mesmo tempo, fez um acordo político com os setores conservadores quando aceitou a instalação do parlamentarismo. Em janeiro de 1963 o presidencialismo foi reinstaurado com amplo apoio popular.

Com o fracasso de suas tentativas de conciliação com os conservadores, Jango foi obrigado a se aproximar dos trabalhadores e, nesse período já em fins de 1963 e início de 1964, abriu espaços para propostas do sindicalismo como as reformas de base. Ao mesmo tempo os movimentos golpistas já se apresentavam e as organizações operárias lideradas pelo CGT já traçavam estratégias para a resistência política e garantia da democracia e esperava contar com o apoio do setor militar leais ao governo.

O CGT preparou uma greve geral que esperava, ao lado

[...] dos oficiais de baixa patente (que se mobilizavam crescentemente por melhores condições de trabalho nas três armas e por direitos políticos) e do “dispositivo militar” do presidente (boa parte da oficialidade superior era considerada fiel a ele) para impedir o avanço de qualquer movimento golpista” (MATTOS, 2009, p. 99).

Segundo o autor a greve foi de fato deflagrada e em cidades como Rio de Janeiro e Santos foi total, assim como o Comando Sul do Exército localizado no Rio Grande do Sul que aguardou a ordem do presidente para defender a democracia. Entretanto, como ocorre sempre em casos em que setores das classes dominantes e das classes médias temem os movimentos populares e sua radicalização, o governo Goulart optou pela fuga abandonando os trabalhadores

a sua própria sorte. Ou seja, após ter sido defendido pelos trabalhadores entregou-os aos golpistas que promoveram uma das maiores perseguições da história.

Para mostrar o quanto os trabalhadores foram enganados pelo segmento da classe dominante no poder Mattos (2009) cita o relato de um dirigente sindical dos ferroviários, Demisthóclides Baptista, o Batistinha, sobre o evento de abril de 1964 e que pela sua relevância transcrevemos a seguir:

A classe operária fez o seu papel, parou o Brasil (...) Havia um esquema. Qual era o esquema? O trabalhador para em caso de golpe. Porque o 1º Exército era comandado por um general de confiança, nomeado por Jango. A Aeronáutica era comandada pelo Brigadeiro (...) Teixeira. Me disseram que fuzileiro naval era domesticado para brigar e era tropa de elite, comandada pelo Almirante Aragão. Então não tinha por que o trabalhador que nunca pegou em arma pegar (...). Não havia trabalho de resistência armada pelos trabalhadores. Havia a ilusão de que as Forças Armadas iriam funcionar democraticamente e impedir o golpe (*Batistinha: o combatente dos trilhos*, p. 45 apud MATTOS, 2009, p. 100).

Esta passagem demonstra a fragilidade de concepções que afirmavam que os trabalhadores não se mobilizaram contra o golpe. Que não havia movimento organizado para responder a quebra da democracia em 1964. Mostra, por outro lado, aquilo que afirmamos anteriormente: os limites dos setores da classe dominante e das classes médias diante da força operária. Após o golpe a ditadura civil-militar que se instalou no país fez uso da estrutura sindical imposta aos trabalhadores em 1943 para adequá-la aos seus propósitos, praticando todo tipo de ato repressivo contra os movimentos sociais organizados.

2.6 O sindicalismo durante a ditadura civil-militar (1964-1985)

O principal argumento para romper com a ordem democrática estava alicerçado na tese de que o governo de João Goulart iria transformar o país em uma nova Cuba, ou seja, na conjuntura da época de radicalização da Guerra Fria, com a tentativa de instalação dos mísseis soviéticos em Cuba, as mobilizações dos trabalhadores do campo e da cidade preocupavam os setores conservadores. Diante do fracasso da conciliação com o governo estes setores optaram pela saída por fora das relações democráticas. Foi um movimento que reuniu, sob a insígnia anticomunista, os militares aliados a setores da igreja, das classes dominantes e das classes médias contra os movimentos sociais.

Para frear o avanço do movimento sindical os novos detentores do poder encontraram os instrumentos já prontos através da CLT. Logo a seguir do golpe, o governo militar banuiu os comunistas, em primeiro lugar (CARDOSO, 2019) e começou a intervir nos sindicatos e a cassar os direitos políticos de seus dirigentes. Cardoso afirma que ocorreram cerca de 760 intervenções em sindicatos entre 1964-65 e a perseguição à dirigentes, especialmente os comunistas. Para os que não tiveram a sorte do exílio, enfrentaram as prisões e a dura repressão instalada a partir de então. Marcelo Mattos destaca que,

A repressão aos sindicatos mostrava bem o caráter da ditadura que se instalava. A articulação de militares com empresários ligados ao grande capital nacional e estrangeiro, apoiada pelos latifundiários e políticos conservadores, deu-se em torno da contenção dos avanços dos movimentos organizados de trabalhadores no campo e na cidade (MATTOS, 2009, p. 101).

Apesar da forte repressão sobre os sindicatos, a ditadura não conseguiu dismantlar as organizações no interior das fábricas que, mesmo atuando de forma clandestina, em 1968 promoveram greves em São Paulo e Minas Gerais mostrando que “havia fogo sob as cinzas” (CARDOSO, 2019, p. 243). Se os sindicatos oficiais estavam sob controle, a militância sindical não estava. Como destaca o autor quando afirma que “parecia haver espaço para um sindicalismo renovado e autônomo crescendo por fora das grades do corporativismo controlado pelo Estado” (CARDOSO, 2019, p. 243).

As greves de 1968 forçaram o regime militar a endurecer na tentativa de conter os trabalhadores. Foi então que a partir de 1968 até aproximadamente 1974 o país viveu sob estado de sítio com a decretação do Ato Institucional nº5 (AI5). Foi a forma encontrada pelo regime para combater os trabalhadores: intensificar a repressão com a suspensão de todos os direitos políticos e individuais.

Ainda que com o recrudescimento da repressão as eleições dos sindicatos ocorreram quase que de forma normal. Em São Bernardo, por exemplo, um movimento subterrâneo (CARDOSO, 2019) manteve muitos dirigentes na clandestinidade que articulavam uma retomada do movimento. Segundo Cardoso (2019) “não se pode explicar o *novo sindicalismo* sem referência imediata a esse processo subterrâneo de construção de militância sob o regime militar” (CARDOSO, 2019, p. 244 - destaque do autor). É preciso destacar que apesar de ter sido parceira do golpe militar a igreja não é um todo compacto. No seu interior tinha um segmento que foi fundamental no apoio à reorganização do sindicalismo através das suas

pastorais operárias e que abrigaram progressistas perseguidos que necessitavam de um espaço para discutir suas estratégias de combate ao obscurantismo.

Esta referência que citamos acima de Adalberto Cardoso ajuda a justificar nossa contradição com estudos que desconsideraram o movimento anterior ao golpe de 1964. O novo sindicalismo não foi um “raio em um céu azul”. Ele é a continuação de um trabalho de organização que teve início ainda no período da escravidão, como demonstrado por Mattos (2009) ao se referir a um dos primeiros “levantes” de escravos que trabalhavam nas padarias da cidade do Rio de Janeiro, e que ao longo da história foi construindo estratégias ou repertórios que se mostraram relevantes para a construção da identidade da classe trabalhadora brasileira. Desconsiderar esse histórico é uma opção que carrega muitos equívocos como insistir que o movimento sindical atravessa “crises” em sua história sem considerar a ação do patronato e seus aliados contra os trabalhadores.

2.7 Conclusão

Ao concluirmos o presente capítulo queremos reforçar alguns pontos importantes para o argumento principal deste trabalho.

Destacamos que um estudo precisa considerar os aspectos históricos de mais longa duração para o correto entendimento da realidade atual do movimento sindical. A intenção não foi e não é menosprezar análises conjunturais mas, entendemos que o presente está intimamente ligado ao passado e que não pode ser desconsiderado sob pena de que nossas análises fiquem restritas a um aspecto da realidade. É por isso que nosso argumento é no sentido de que mesmo observações conjunturais necessitam de contextualizações anteriores que corroborem nossas conclusões.

É nesse sentido que neste trabalho partimos do entendimento que, para pensar o sindicalismo brasileiro, não podemos desconsiderar o arranjo institucional que foi montado pela fração da elite que assumiu o poder a partir do 1930. Pois, como demonstrado com o auxílio da bibliografia, as pautas de reivindicação sindical foram “ressignificadas” pelos novos ocupantes do poder que as apresentaram como uma “dádiva” e como uma antecipação das aspirações dos trabalhadores como bem destacado por Gomes (2005). Foi uma política de apagamento das lutas sindicais que se construiu a partir desse período como se as reivindicações de redução da jornada de trabalho, fim da exploração do trabalho feminino e de menores, salário mínimo, entre outras reivindicações.

A periodização que adotamos com base no trabalho de Rodrigues (1968) para as primeiras décadas e de Mattos (2009) para as décadas de 1950/60 os pareceu a melhor forma didática para demonstrar como se constituiu o movimento sindical brasileiro.

A especificidade histórica do sindicalismo brasileiro que, mesmo adotando algumas categorias eurocêntricas, nos permitiu apontar alguns equívocos de construções que tomam como base formulações de estudos europeus, como a questão do índice de sindicalização, para concluir pela existência de uma “crise” no sindicalismo brasileiro. Aqui a bibliografia de Mattos (2009) e Cardoso (2008, 2019) nos permitiu mostrar que a organização dos trabalhadores brasileiros desde a escravidão até os dias de hoje, enfrentou a oposição e repressão do patronato e do Estado.

Ficou também evidente que, apesar da dura repressão, os trabalhadores e sua organizações tanto sindicais como políticas não abdicaram de suas pautas de reivindicação e da luta pela autonomia dos sindicatos. Após a instituição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT/1943), que propôs o enquadramento do trabalhador ao capitalismo brasileiro, o que predominou foi um contínuo descumprimento da legislação. Se as reivindicações dos trabalhadores foram “ressignificadas”, como afirmamos antes, o que a literatura mostrou é que o sindicalismo brasileiro se defrontou com a necessidade de lutar pelo direito de se organizar e pela concretização de direitos previstos na legislação e, para isso, construiu e adaptou repertórios para sua ação sindical. Atuou por dentro e por fora dos sindicatos oficiais. Construiu organizações paralelas a margem do que previa a CLT e que sempre foram reprimidas pelo Estado. Demonstramos assim que não foi um sindicalismo dócil.

A historiografia social nos possibilitou visualizar que, para enfrentar os trabalhadores, as classes dominantes se utilizaram de todos os meios possíveis para impedir a organização sindical. Demonstramos que nos poucos momentos da história que os trabalhadores gozaram de alguma liberdade assumiram de imediato o protagonismo como no período de 1950/1964.

Também foi possível demonstrar que o projeto político e econômico da “Revolução de 1930” foi o estabelecimento de um novo modo de acumulação e que, nesse sentido, o controle da classe trabalhadora, foi fundamental para o êxito do projeto.

Destacamos que as organizações dos trabalhadores, ao contrário das conclusões hegemônicas, não foi um segmento passivo que aceitou as determinações do Estado e do patronato calada e sem nenhuma atitude. Não foi cooptada e burocratizada. O segmento que se burocratizou, como demonstrado, foram aqueles impostos pelo Ministério do Trabalho no lugar dos sindicalistas cassados. Mas esse setor foi criado para apoiar as políticas estatais e sem

representatividade, tão logo a democracia era restabelecida, eram retirados via eleições para as direções sindicais.

Finalmente, mostramos o quanto a organização dos trabalhadores preocupa as elites que, ao perceberem o avanço de sua luta, tanto na cidade como no campo, está sempre disposta a recorrer à quebra da democracia e acelerar o fechamento do regime político para frear a classe trabalhadora. Foi assim em 1935 e novamente em 1964. As elites temerosas recorreram ao exército para impedir as reformas de base, pois perceberam que o governo João Goulart por ser mais sensível às reivindicações populares poderia ceder mais facilmente.

A ditadura inaugurada em 1964 teve que fazer uso de todos os mecanismos autoritários e repressivos para conter os trabalhadores. Prisões, assassinatos e intervenções nos sindicatos foram alguns dos instrumentos utilizados. Como demonstrado por Pinho (2019), a política de arrocho salarial tornou-se uma das bases do governo autoritário como forma de frear o avanço da organização sindical e da luta dos trabalhadores. Segundo o autor a política do arrocho salarial, levou a queda brutal do valor do salário-mínimo no pós-1964. Como reflexo dessa política, os dados do Censo de 1970 mostraram o agravamento da desigualdade brasileira, opondo os economistas ortodoxos defensores do regime, por um lado, e os economistas de linha heterodoxa críticos do autoritarismo.

No próximo capítulo nosso objetivo é escrutinar como o movimento sindical foi capaz de, mesmo sob severa repressão, manter um trabalho no interior das fábricas e que em 1968 mostrou que não estava tudo acabado. Foi a partir desse ano que começou a se reconstruir a luta sindical que, em meados dos anos 1970, vai irromper de forma a marcar a história política das relações entre Estado, empresários, sindicatos e trabalhadores no Brasil.

3 CAPÍTULO 2 DO GOLPE DE 1964 AO NOVO SINDICALISMO

3.1 Introdução

Como afirmamos anteriormente, seguindo Cardoso (2019), não é possível compreender o *novo sindicalismo* e as greves que emergiram em 1978, 1979 e 1980 sem considerar todo o trabalho de organização que permaneceu de forma subterrânea sob o regime militar e, no qual acrescentamos, com aquele iniciado na década de 1950. Nesse sentido, destacamos que o *novo sindicalismo* não representou, como afirmou Weffort (1973), uma ruptura com o passado. Ele é herdeiro de todo o passado de luta desde a período da escravidão. E destacaremos que as ações coletivas dos trabalhadores ocorrem em ciclos de protestos que se manifestam através do uso

de repertórios de ação coletiva e estrutura de oportunidades políticas, ou seja, quando há oportunidades de luta, como demonstrou Tarrow (2009).

A tese que propomos neste capítulo é que o golpe civil-militar não foi uma simples reação à crise econômica ou ao padrão de desenvolvimento econômico da época, mas uma “contrarrevolução preventiva”⁹ do capital como forma de impedir conquistas sociais e democráticas para a classe trabalhadora, bem como aprofundar a internacionalização da economia ampliando a abertura ao capital externo. Desde a posse de João Goulart em 1961, quando houve a renúncia do Presidente eleito Jânio Quadros, os trabalhadores, juntamente com os demais movimentos sociais ampliaram a luta pelas reformas de base, pois contavam com um governo, que embora não fosse oriundo da classe trabalhadora, demonstrava certa proximidade com os trabalhadores e era simpático ao grupo mais à esquerda do PTB.

Esta tese está em acordo com a perspectiva que traçamos no capítulo anterior (capítulo 1) de que, com base no trabalho de Adalberto Cardoso (2019), entendemos a sociedade brasileira como uma história de exclusão da classe trabalhadora da sociabilidade brasileira. Ou seja, as classes conservadoras sempre visualizaram o trabalho como algo degradante e com uma visão social negativa construída no período escravocrata.

No presente capítulo a proposta é escrutinar como se organizou a classe trabalhadora a partir do golpe de 1964, a emergência do *novo sindicalismo* e o ataque neoliberal da década de 1990. Para isso, adotaremos o mesmo recurso para esse processo usado no capítulo anterior: uma periodização como forma de facilitar o entendimento. É óbvio, mas é preciso dizer, que a periodização é um recurso metodológico para uma melhor compreensão, mas que esses períodos não existem na realidade empírica.

Feita esta explicação, em um primeiro momento vamos retomar o contexto anterior ao golpe de forma a estabelecer uma contextualização da luta de classes que envolveu o período marcado pelas greves e mobilizações pelas “reformas de base”. Em segundo, abordaremos o período 1964-1968 para demonstrar que, apesar da quebra da condição democrática, cassação de dirigentes e intervenção nos sindicatos, os trabalhadores se mantiveram, ainda que com dificuldades, mobilizados, bem como abordaremos o recrudescimento da ditadura frente a retomada da luta sindical que culminou com a greve de 1968 em Contagem (MG) e com a ocupação da fábrica da Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários de Osasco (SP). Em

⁹ Nosso trabalho será econômico em notas de rodapé como forma de tornar a leitura mais dinâmica. Somente usaremos quando entendermos sua necessidade, como é o caso. Adotamos o conceito de contrarrevolução preventiva com base em Florestan Fernandes.

terceiro, nos deteremos na análise do novo sindicalismo que é o herdeiro das mobilizações do final dos anos 1970 e da década de 1980. Finalizaremos com uma breve conclusão do capítulo.

3.2 Do período anterior ao golpe de 1964 à decretação do AI5 em 1968

A ditadura militar brasileira (1964-1985), foi de fundamental importância para a acumulação capitalista ao interromper a ascensão do movimento operário brasileiro e o redirecionamento do modelo desenvolvimentista na década de 1960. Sob o lema de impedir a instalação de uma *república sindicalista*, (SANTANA, 2008), as forças conservadoras se uniram no sentido de recompor o padrão de dominação de classe que estava, segundo esta lógica, em perigo devido ao avanço das lutas sociais, principalmente a partir do segundo Governo de Vargas na década de 1950. A historiografia mostra que desde 1954 os conservadores tinham a intenção de interromper a democracia, mas somente conseguiram dez anos depois.

Neste sentido, podemos afirmar que a razão principal do rompimento democrático por parte dos setores conservadores deve ser buscada na relação de conflito entre as classes sociais. Isto porque, naquele momento histórico e diante de um governo que tinha simpatias por reformas sociais (João Goulart), os trabalhadores estavam fazendo avançar sua plataforma social através da luta pelas *reformas de base*, principalmente em relação à questão agrária.

De acordo com Lara e Silva (2015), o golpe de 1964 foi a resistência dos capitalistas e conservadores às reformas e aos avanços sociais que se vislumbravam com as mobilizações dos movimentos sociais. Neste sentido, destacam os autores, as primeiras medidas adotadas pelo regime, através do ditador Castelo Branco (1964-1967), foram:

[...] revogar a Lei de Remessa de Lucros que impedia as empresas estrangeiras de fazer remessa de lucros exageradas para o exterior. Ele estabeleceu o arrocho salarial, revogou o decreto que desapropriava terra às margens das estradas para a reforma agrária, revogou a nacionalização das refinarias particulares e o decreto que congelava aluguéis, restringiu o crédito às pequenas e médias empresas, deu as mais amplas garantias ao capital estadunidense que foram estabelecidas pelo Acordo de Garantias dos Investimentos Norte-Americanos no Brasil (LARA e SILVA, 2015, p. 278).

Um traço característico da economia brasileira, como nos referimos anteriormente, foi a exclusão social e, no período que antecedeu ao golpe, os trabalhadores estavam retomando seu processo organizativo que desde a década de 1930 havia sido obliterado pelos grupos

conservadores. Entretanto, é preciso admitir que foi com o fim da era agroexportadora que os trabalhadores alcançaram vários benefícios sociais que faziam parte de sua pauta de reivindicações.

No período a partir de 1950, em particular com o Governo Kubistchek, a economia brasileira entra em um novo patamar com um processo acelerado de industrialização, através da abertura ao capital externo e atração de grandes multinacionais, principalmente ligadas à produção de bens de consumo duráveis.

Segundo Fontes e Macedo, o cenário conjuntural da época era de “intensas transformações econômicas e sociais que favorecia fortemente o otimismo do discurso oficial” (FONTES e MACEDO, 2017, p. 26). Ainda de acordo com os autores, se por um lado havia a crise do mais tradicional setor empregatício – a indústria têxtil – por outro, é na região do ABC paulista que os modernos setores industriais ligados a produção metalúrgica se concentraram, oferecendo muitos empregos. Entretanto, esse cenário de oferta de empregos não significou melhoria salarial para os trabalhadores.

A grande oferta de mão de obra contribuía para a compressão relativa dos salários, apesar do visível desenvolvimento. Além disso, era geral a queixa com o incremento do ritmo de trabalho, provocando estresse, acidentes e uma clara percepção de superexploração. O intenso crescimento de São Paulo apoiava-se numa forte segregação social na cidade. Cada vez mais as classes médias e altas viviam nos bairros mais centrais e bem equipados, enquanto os pobres em geral eram deslocados para a vasta periferia (FONTES e MACEDO, 2017, p. 26).

De acordo com Pinho (2019, p. 58), o processo inflacionário corroeu os salários, desencadeando, desde o final da década de 1950, um cenário de greves no qual os trabalhadores e os segmentos de esquerda contestavam o governo. As consequências desse quadro são a precariedade das condições de vida dos trabalhadores afetados pela insuficiência de transportes, péssimas condições sanitárias, além da ação de exploradores imobiliários. Somado a isso, destaca-se o elevado custo de vida ocasionado pela política econômica inflacionária do governo que impactava o já baixo poder aquisitivo da população.

Do ponto de vista político, a década de 1950 caracterizava-se por uma relativa liberdade de atuação sindical, o que proporcionou a reorganização da militância mais comprometida com os trabalhadores. A primeira greve da década em 1953 tinha contribuído para a reafirmação das direções sindicais. Após essa greve, sindicalistas ligados ao PCB e ao PTB fundaram o Pacto de Unidade Intersindical (PUI) que, em outubro de 1957, liderou as reivindicações e a greve

que reuniu os trabalhadores da indústria têxtil, dos curtumes, papaleiros, metalúrgicos e gráficos que exigiam aumento salarial.

Segundo Maciel (2014), o cenário otimista que o governo divulgava, começou a demonstrar dificuldades no início dos anos 1960, entre eles a falta de aparelhamento do governo do ponto de vista institucional, somado ao início de período de recessão, diminuindo o ritmo de crescimento e causando uma crise nos grupos conservadores que sustentavam a política econômica. Toda essa crise vai passar pelos governos de Jânio Quadros e João Goulart.

Diante disto, o golpe de 1964 e a Ditadura Militar cumprem um papel decisivo, na medida em que criam as condições políticas e econômicas que permitem a superação destas contradições e a consolidação do novo padrão de acumulação. Entre estas medidas, destacaríamos a violenta repressão política que se abateu sobre o movimento dos trabalhadores e as forças políticas que propugnavam um desenvolvimento capitalista alternativo, facilitando a política de arrocho salarial aplicada durante todo o período e a opção pela dependência; a centralização política em torno do poder Executivo, conferindo ao governo maior margem de manobra na execução das tarefas necessárias; o crescimento do aparelho de Estado, ampliando sua capacidade de intervenção e planejamento econômico; a ampliação do setor produtivo estatal e dos investimentos públicos em infraestrutura, criando empresas gigantescas e com fortes tendências monopolistas e uma reforma financeira que criou as bases do processo de financeirização da economia, que cumprirá um papel decisivo na valorização do capital a partir dos anos 80 (MACIEL, 2014, p. 66).

De acordo com Carone (1984), o golpe de 1964 interessava muito aos Estados Unidos, em particular, às grandes empresas estrangeiras que necessitavam de um governo forte e aliado a fim de que fossem executadas políticas que garantissem seus investimentos e lucros. Neste sentido, o fim da estabilidade do trabalhador, que foi substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a mudança da lei de Remessa de Lucros, a política fiscal de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o direcionamento de uma política econômica voltada para o mercado externo, foram algumas das medidas adotadas já no início do regime.

Ainda segundo Carone,

[...] o golpe simplesmente fizera aumentar o custo de vida, tornara mais agudo os problemas econômicos gerais e nada resolvera sobre as reformas reivindicadas pela sociedade brasileira. No ano de 1965, a oposição burguesa ganhara os governos da Guanabara e de Minas Gerais, fato considerado verdadeiro acinte pelos *duros* do Exército; e a partir de 1967 recomeçam os movimentos de protesto, com marchas

estudantis em vários Estados; ao mesmo tempo, a burguesia e a pequena burguesia começam a sentir o clima de mal-estar econômico resultante das ferozes medidas fiscais do governo (CARONE, 1984, p. 7 – o grifo é do autor).

Do exposto acima, podemos resumir esta fase reforçando alguns pontos que a caracterizam. O golpe de 1964 foi fundamental para o processo de acumulação do capital ao bloquear o avanço da organização sindical, reduzindo a interferência destes sobre as condições de trabalho, contratação e remuneração (OLIVEIRA, 2002). Ao mesmo tempo, impediu o país de caminhar para verdadeiras reformas sociais, implementou uma política de arrocho salarial, intervenção nos sindicatos e favoreceu o capital internacional.

Marco Aurélio Santana (2014), destacou em seu trabalho que após o golpe de 1964 e a repressão ao sindicalismo de esquerda, o que restou foi o trabalho miúdo no interior das fábricas. Corroborando com esta análise, Marco Antônio de Oliveira destaca que “a despeito da atmosfera repressiva e do controle burocrático sobre os sindicatos, a partir de 1967 houve um breve período de mobilizações contra a política salarial” (OLIVEIRA, 2002, p. 215).

Nesse sentido, Oliveira (2002), destaca a fundação do Movimento Intersindical Anti-Arocho (MIA) que surgiu em São Paulo em novembro de 1967 e com isso incentivou movimentos semelhantes no Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Segundo o autor “em torno [dessas organizações] passaram a se reunir ativistas sindicais ligados ao PCB, militantes católicos, pequenos agrupamentos de esquerda e até mesmo sindicalistas conservadores, alinhados com o Ministério do Trabalho” (OLIVEIRA, 2002, p. 215).

Como consequência da mobilização iniciada pelo MIA, podemos destacar a realização da II Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais que ocorreu em novembro de 1967 e já apresentou reivindicações através de “Manifesto” aprovado ao final, sendo os principais pontos de reivindicação: “1. revogação das leis do arrocho salarial; 2. Liberdade de firmar acordos com os empregadores; 3. Reajuste de salários igual ao aumento do custo de vida; 4. Reforma Agrária capaz de atender aos problemas do homem do campo (*Bancário*, 31/11/1967, p.14. BAP Seeb-RJ *apud* MATTOS, 2009, p. 107).

As mobilizações que ocorreram nesse período culminaram com as greves históricas de Contagem e Osasco em 1968. Foram movimentos organizados a partir dos locais de trabalho, porém não espontâneos, na medida em que, conforme salientou Oliveira (2002), foram organizados e dirigidos por militantes sindicais que não estavam vinculados ao controle do Estado, ainda que utilizassem a estrutura dos sindicatos oficiais.

Santana (2008), lembra que a ditadura também tinha um projeto para o controle dos sindicatos. Segundo o autor, ainda em 1967, o então Ministro do Trabalho:

[...] após autorizar a realização de eleições de sindicatos, elabora a portaria de Nº 40. Tal portaria buscava limitar os acessos às direções dos órgãos sindicais, por indivíduos alheios à vontade do governo. Ela instruía os interventores a iniciar processos contra as direções depostas pelo golpe, por supostas irregularidades, impedindo-os, pelo exposto da portaria, de tentar retornar ao sindicato via eleição (SANTANA, 2008, p. 283).

A resposta do regime às iniciativas sindicais que colocavam em xeque o arranjo autoritário foi o endurecimento maior da repressão e intervenção nos sindicatos, o que demonstra que o golpe nunca foi em razão de crise econômica, e sim de uma ação contra a organização da classe trabalhadora.

Em 1968, a ditadura endurece com o Ato Institucional número 5 (AI5) que, além da perseguição ao movimento sindical, decreta o fechamento do Congresso Nacional.

Apesar da dura repressão sofrida pelo movimento sindical, a partir do golpe civil-militar de 1964, os trabalhadores encontraram formas e adaptaram seus repertórios de ação sindical diante da nova conjuntura. Se, no período democrático de 1950/1964 considerado o “período de ouro” (SANTANA, 2014) do sindicalismo, foi possível avançar em uma pauta que colocava as reformas sociais na ordem do dia através da pressão política e das greves, no imediato pós-abril de 1964, diante da prisão e cassação de dirigentes e intervenção nas organizações, foi preciso readequar a luta frente ao novo quadro político.

Entretanto, a readequação não significou que os trabalhadores tenham abandonado a perspectiva de luta. A partir de um exame na bibliografia que analisou o período, identificou-se que, passado o primeiro impacto, os segmentos progressistas, segundo Carone (1984), não caíram em desespero e raciocinaram no sentido de se rearticular, a fim de partir para uma resposta. No princípio, o movimento restringiu sua atuação para as áreas jurídica, de assistência e lazer a espera de tempos melhores (OLIVEIRA, 2002).

Ao mesmo tempo em que houve um refluxo da atividade sindical e os sindicatos foram deixando de ser canais de representação coletiva, começaram a se disseminar novos movimentos sociais e experiências de luta. Amparadas sobretudo pela Igreja Católica, as comunidades eclesiais, clubes de mães, associações de bairros e outras modalidades de associação popular passaram a abarcar várias questões de interesse dos

trabalhadores, como a luta por creches, postos de saúde e regularização de loteamentos clandestinos, convertendo-se em espaço privilegiado de formação de novas lideranças populares” (OLIVEIRA, 2002, p. 217).

A partir desse período, compreendido entre 1968-1973, o país vai experimentar um crescimento com índices bastante elevados e, segundo a bibliografia, denominado “milagre econômico”, no qual a política implementada teve como característica um vigoroso crescimento da atividade econômica. No entanto, os sindicatos foram reprimidos e os trabalhadores submetidos a um processo de intenso arrocho salarial (PINHO, 2019).

Com a posse do economista Delfim Netto no ministério da economia, nomeado pelo ditador General Costa e Silva, o novo ministro modificou muito pouco a política de combate à inflação, mas alterou algumas diretrizes que somadas à expansão do crédito ao consumidor possibilitaram reflexos positivos na esfera econômica, por volta de 1968, na medida em que o PIB teve um crescimento da ordem de 9,8% (PINHO, 2019). No entanto, é preciso destacar que o crédito ao consumidor foi direcionado às camadas de renda alta para a aquisição de bens de consumo duráveis, pois para a grande maioria da população o “milagre” ofereceu empregos com baixa remuneração.

Segundo Pinho (2019), o “milagre” resultou de uma convergência histórica entre o benéfico cenário internacional e o incremento das reformas liberal-conservadores entre 1964-1967 (PINHO, 2019). Ainda, segundo o autor, a estratégia de crescimento privilegiou o consumo de bens duráveis direcionado, como já referimos, à parcela da população com renda superior, pois a ditadura privilegiou a concentração de renda.

Mas apesar do crescimento substancial alcançado nesse período, as condições externas, o declínio do crescimento conjugado com o aumento da inflação a economia brasileira começou a mostrar o esgotamento do ciclo de expansão (1968-1973) ancorado no endividamento externo (PINHO, 2020a). É, também, o início da crise do capitalismo em nível internacional, no qual o aumento do preço do petróleo é apenas um indício e não a sua causa, como se entende no senso comum.

A crise coloca em dúvida a capacidade do regime de resolver os problemas aos quais se disse capaz de solucioná-los quando promoveu, através de um golpe, a quebra da democracia. Essa incapacidade de lidar com uma realidade diferente daquela do chamado “milagre econômico” desmascarou a ditadura e criou uma oportunidade para que as forças de oposição política impusessem uma derrota nas urnas nas eleições de 1974.

Os efeitos sociais decorrentes, primeiro da política econômica do regime e depois pela incapacidade deste de lidar com a crise, tiveram como consequência na classe trabalhadora, mais desemprego e mais salários baixos, ampliando o achatamento decorrente da política salarial adotada desde o início da ditadura. Nos termos de Pinho (2020a), o arrocho salarial implementado foi similar ao verificado no limiar da ditadura, afetando a melhoria dos salários mais baixos.

De acordo com Pinho (2020a), a crise econômica internacional do capitalismo teve reflexo no Brasil com efeitos deletérios sobre a classe trabalhadora comparado a outros países, e teve como consequências, o aumento do desemprego e queda nas condições de vida não somente dos trabalhadores, mas da população como um todo, a exceção do topo da pirâmide social.

O desemprego, mencionado acima, atingiu particularmente os trabalhadores com a mais baixa remuneração, com pouca ou nenhuma qualificação e que tinham menor tempo de serviço. Os empresários, aproveitando a nova legislação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), promoveram uma rotatividade no emprego com o objetivo de pagar sempre o menor salário e demitiam sempre que o trabalhador pudesse ter um aumento no seu salário, mesmo que fosse um índice abaixo da inflação. A política econômica do autoritarismo, portanto, alijou grande contingente da população brasileira dos frutos do modelo de desenvolvimento (PINHO, 2020a).

A política econômica do autoritarismo, portanto, alijou grande contingente da população brasileira dos frutos do modelo de desenvolvimento (PINHO, 2020a). Também para Mattos (2009), outros dados demonstram o resultado econômico da ditadura.

Em 1960, os 50% mais pobres da população brasileira ficavam com apenas 17,7% da renda nacional, Mas, em 1980, estavam em situação ainda pior, pois dispunham de apenas 13,5% da renda. Já os 5% mais ricos da população passaram dos 27,7% da renda de que se apropriavam em 1960, para a apropriação de 34,7% da renda nacional em 1980. Um milagre que fez os ricos muito mais ricos e, por consequência, os pobres cada vez mais pobres (MATTOS, 2009, p. 110).

3.3 A resposta dos trabalhadores ao arrocho e à repressão

Existe um fato que é recorrente na historiografia brasileira: a classe dominante teme a organização dos subalternos. Desde a revolução no Haiti dos escravos negros libertos em 1791,

que demonstrou a força dos menos favorecidos, as elites procuram manter os de baixo sob controle através, principalmente, do autoritarismo. No Brasil, sempre que em períodos democráticos, a classe trabalhadora se organiza e conquista direitos, existe o rompimento da democracia (liberal) a fim de mantê-la sob controle e impedida de conquistas que possam tornar sua vida menos sofrida. Esse é um recurso recorrente dos conservadores. Mas a classe trabalhadora encontra formas de superar os entraves.

Apesar da repressão, do autoritarismo e da violência da ditadura militar e dos patrões, a classe trabalhadora encontrou formas de demonstrar seu descontentamento e manteve, durante todo o tempo, a ditadura atenta aos movimentos trabalhistas, pois mais que a oposição consentida, eram os trabalhadores seus verdadeiros inimigos.

Cerceado o direito de greve, suas entidades sob intervenção e dirigidas por interventores, seus dirigentes na clandestinidade ou presos, os trabalhadores reconstruíram formas diferentes ou adaptadas de ação sindical. Oliveira (2002) destaca que diante das dificuldades impostas pela ditadura,

Nos locais de trabalho, difundiu-se o recurso às pequenas paralisações, operação padrão e outras formas veladas de resistência desenvolvidas à margem dos sindicatos oficiais que, muitas vezes, estavam mais preocupados em desestimular ou até mesmo combater qualquer manifestação que evidenciasse a existência de conflitos nos locais de trabalho, chegando em alguns casos a cooperar diretamente com os patrões e com os órgãos de polícia na repressão à atividade sindical” (OLIVEIRA, 2002, p. 217).

Essas estratégias, segundo o autor, cresceram muito durante os anos 1970, principalmente quando os primeiros sinais de esgotamento da política do regime começaram a surgir, sendo que ocorreram algumas greves por empresa. O autor destaca ainda, que a pressão dos trabalhadores organizados em seus locais de trabalho impôs aos patrões alguns aumentos superiores aos determinados pela política salarial da ditadura como, por exemplo, trabalhadores da construção naval, bancários, da General Motors, motoristas de ônibus e do metrô de São Paulo, que através de greves localizadas, em 1972, conquistaram esses aumentos.

Em 1973, em razão do aquecimento do mercado de trabalho, novas greves ocorreram pela recusa dos trabalhadores da Volkswagen, Mercedes Benz, Chrysler, e Elevadores Villares em fazer horas extras, a menos que recebessem um aumento de 10% (OLIVEIRA, 2002). Também em 1974 “os trabalhadores da Chrysler, Ford e Mercedes Benz retomaram as reivindicações do ano anterior, obtendo importantes vitórias” (OLIVEIRA, 2002, p. 218).

Essas iniciativas, mesmo que restritas aos locais de trabalho lideradas por comissões de fábricas, foram decisivas para o processo de reconstrução sindical durante a década de 1970. A vitória da oposição (MDB) nas eleições de 1974 foi outro fator que contribuiu para a revitalização sindical. Acrescente-se ainda, as paralisações na Walig em Porto Alegre, no ano de 1975, na qual os trabalhadores exigiram o pagamento de salários atrasados, a paralisação da produção da General Motors em São Paulo e São José dos Campos contra a negociação do sindicato oficial e no Rio de Janeiro, onde os empregados da Fiat reduziram a produção contra os baixos salários (OLIVEIRA, 2002).

Mattos (2009), também destaca a resistência sindical em meio às ações repressivas da ditadura:

Levantamento de meados dos anos 1970 davam conta de cerca de duas dezenas de movimentos como greves e operações-tartaruga em diversas empresas nos anos de 1973 e 1974. Na Ford de São Bernardo, por exemplo, entre 1967 e 1969 realizaram-se várias greves de fome (recusa à alimentação no refeitório da empresa) [...] no auge da repressão em 1970, foi realizada a greve da dor de barriga em que parte da produção parou com as filas de trabalhadores na enfermaria (MATTOS, 2009, p. 113-114 – grifos do autor).

Todos esses movimentos, muitas vezes ocultados pelos meios de comunicação, foram importantes na retomada da organização sindical e na construção dos movimentos grevistas que ocorreram em 1978, 1979 e 1980. Ao mesmo tempo, como destacado por Santana (1999), a classe trabalhadora estava afirmando que não poderia ser excluída dos arranjos que ocorriam para o fim do regime militar.

É neste contexto que ocorreu o surgimento do movimento que ficou conhecido na bibliografia como “*novo sindicalismo*”, não como um “raio em um céu azul”, mas como produto de um longo tempo de acúmulo de força e de organização, mesmo que de forma clandestina. A seguir nos dedicaremos a analisá-lo, não de forma ideológica e sim, com base nas pesquisas mais recentes que estão descortinando uma realidade que durante muitos anos foi ocultada (SANTANA, 2014), tanto pelas forças conservadoras como por interesses políticos que tinham objetivos distintos do sindicalismo.

3.4 O Novo Sindicalismo dos anos 1980

Até aqui foi possível identificar, com base na bibliografia escolhida, que o sindicalismo brasileiro não começa em 1978, mas é herdeiro daquele construído ainda antes do golpe civil-militar de 1964. As dificuldades impostas pela conjuntura de cada momento histórico que nos referimos anteriormente apontam para uma linha de continuidade na história sindical e não de ruptura.

No item anterior, abordamos a conjuntura política do período da ditadura, os impasses do movimento após a perseguição e prisão de seus dirigentes, bem como as formas alternativas de luta construídas pelos trabalhadores para responder a repressão e ao arrocho imposto pelo Governo e os empregadores. Nesta parte do trabalho, retomaremos a conjuntura para localizar a reorganização sindical com o surgimento do *novo sindicalismo*, ao mesmo tempo em que faremos uma interlocução com a bibliografia na busca de respostas para as dificuldades que se apresentaram a partir dos anos 1990.

Dez anos após o golpe civil-militar que destituiu o governo do Presidente João Goulart (1961-1964), o regime autoritário começou a enfrentar dificuldades, como demonstra o resultado das eleições de 1974, quando a oposição ao regime reunida no Partido MDB obteve expressiva vitória nas eleições parlamentares, elegendo 16 senadores “entre 22 vagas em disputa” e conquistando 60% do voto popular (PINHO, 2019). Como já destacamos, entre o golpe e o surgimento do *novo sindicalismo*, os trabalhadores não deixaram de protestar, seja contra o arrocho salarial imposto pela ditadura, seja pela ausência de liberdade de organização. Foi necessário desenvolver estratégias de luta e de resistência alternativas àquelas desenvolvidas em período democrático.

As greves de Contagem e Osasco, em 1968, mostraram ao regime e aos empregadores que a classe trabalhadora se mantinha pronta para defender seus direitos e a ditadura foi obrigada a um fechamento ainda maior ao decretar o Ato Institucional nº 5 (AI5), fato que demonstrou o receio das elites com os trabalhadores e a necessidade do regime de buscar moldar os sindicatos (MATTOS, 2009).

No entanto, com o esgotamento da política econômica e da política salarial que colocou os trabalhadores como culpados pela crise, em meados dos anos 1970 o regime foi obrigado a promover o que ficou conhecida como “abertura lenta e gradual”, possibilitando dessa forma, a reorganização do movimento sindical que, durante o período mais obscuro, esteve restrito ao interior das fábricas.

Como destacou Santana (2019), a política de arrocho imposta pela ditadura desde o início, sempre teve a oposição por parte da classe trabalhadora, bem como dos setores mais combativos do sindicalismo. Apesar do aparente imobilismo, o autor chama nossa atenção para não confundir “falta de aparição pública com não existência, falta de agência, inação” (SANTANA, 2019, p. 216).

É nesse contexto da política de arrocho, da “maquiagem” dos índices de inflação e do aumento do desemprego que emerge o movimento sindical, questionando a política econômica do governo, a ausência de democracia e o arrocho salarial. O ABC paulista torna-se o centro da luta contra a ditadura, por liberdades democráticas e melhores condições de vida, em que os metalúrgicos tiveram um papel proeminente na disseminação de greves entre diversas categorias de trabalhadores do país.

Como nos referimos na introdução, o confronto político é desencadeado a partir das “oportunidades e restrições políticas” (TARROW, 2009), e neste caso as oportunidades surgiram aliadas a um trabalho que, ao longo do tempo preparou o caminho para a retomada da luta sindical que havia sido praticamente dizimada através da força pelos setores conservadores que, ao não assumirem suas responsabilidades por levar o país à crise, culpam os trabalhadores.

O *novo sindicalismo*, como ficou conhecido, catalisou os anseios da população (PINHO, 2019), colaborando para ampliar a luta pela democracia e propiciou o surgimento das principais lideranças sindicais que marcaram os anos 1980, entre elas Luiz Inácio Lula da Silva, que mais tarde se tornaria o primeiro operário a ser Presidente da República.

Entretanto, precisamos pontuar que o *novo sindicalismo*, obviamente não nasceu na década de 1970, como demonstramos no item anterior, mas era herdeiro de todo um histórico de luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida. Herdou do sindicalismo pré-1964, a luta contra o controle do governo sobre os sindicatos, o fim do imposto sindical e a liberdade e autonomia sindical, entre outras bandeiras fundamentais para os trabalhadores.

Como destaca Santana (1999), o sindicalismo de corte progressista voltava à cena política em fins dos anos 1970, após um longo período no qual o golpe de 1964 havia “deixado pouco ou quase nenhum espaço de ação”. Cobrava do governo e das elites uma maior presença dos trabalhadores na vida política do país, que começava a discutir o processo de redemocratização, pois estava sendo excluído das decisões. “No cenário político mais amplo, a reemergência do movimento dos trabalhadores estremeceu os arranjos políticos da transição para o regime democrático que iam sendo articulados sem levá-lo em consideração” (SANTANA, 1999, p. 104).

Porém, essa reemergência colocou em evidência um outro aspecto pouco analisado, que foi o embate político entre duas visões da esquerda sobre como os trabalhadores deveriam se organizar e encaminhar suas lutas. De um lado, estavam os herdeiros diretos do movimento sindical pré-1964 e, de outro, o grupo que se originou a partir do ABC paulista. Ou seja, o PCB e seus aliados, que tiveram grande destaque na organização dos trabalhadores e na resistência às políticas de Vargas e durante a ditadura, e o grupo que, posteriormente, fundou o Partido dos Trabalhadores. Portanto, mais que uma divergência sobre a forma de organização dos trabalhadores, as diferenças estavam ligadas à formação de um partido político.

O movimento ligado ao ABC procurou construir um sindicalismo distanciado daquele herdeiro do pré-1964, com o argumento de que os dirigentes do “velho” sindicalismo estavam profundamente comprometidos com a tradição populista e com o sindicalismo corporativo. Propunham que os sindicatos fossem independentes e autônomos em relação ao Estado, o fim do imposto sindical e da unicidade sindical. Foi com essas propostas que se construiu o que ficou conhecido como *novo sindicalismo*. Mas se olharmos para a história veremos que essas propostas sempre constaram na pauta do sindicalismo progressista.

Zanetti (1993), destaca que existe uma caracterização sobre o “velho” sindicalismo que está presente em quase todos os trabalhos que estudam o *novo sindicalismo*. Segundo o autor, o “velho” é assim caracterizado:

Trata-se de um sindicalismo corporativo, inspirado numa filosofia de conciliação de classes, com uma estrutura verticalista, sem participação dos trabalhadores, sustentado pelo imposto sindical, pela justiça do trabalho e por uma prática assistencialista. Este sindicalismo é qualificado de pelego por ter como objetivo amenizar o choque provocado pela luta de classes (ZANETTI, 1993, p. 5 grifos do autor).

De acordo com Santana (1999), a participação de acadêmicos na construção de uma visão negativa sobre o sindicalismo pré-1964 teve um papel fundamental para a formulação política do *novo sindicalismo*:

A consolidação, nos estudos acadêmicos, de uma visão crítica acerca do papel desempenhado pelos comunistas e pelo movimento sindical no período 1945-64 deu-

se, sobretudo, com os ensaios de Weffort (1973 e 1978), um de seus pilares de sustentação mais vigorosos. A leitura do passado apresentada pelo autor não estava desarticulada de suas práticas e projetos no presente. Ao longo da década de 70, Weffort foi ativo participante dos debates travados no campo político sobre a formação de um partido de natureza popular e socialista no Brasil, o que resultou em sua associação ao grupo que se engajou na construção do PT (SANTANA, 1999, p. 106).

Aqui é possível ver que parte da academia e setores do movimento sindical criaram de forma artificial, uma certa “crise” no sindicalismo ao determinar sua vinculação, exclusivamente, com a proposta do governo pós-1930. De certa maneira, como forma de justificar a criação de um novo partido com base operária, foi necessário renegar a história passada do movimento. É bom lembrar que para os teóricos desta perspectiva, o verdadeiro sindicalismo teve sua existência até 1930. Aquele era o verdadeiro sindicalismo revolucionário.

Independente das diferentes análises sobre o *novo sindicalismo* existe um consenso na bibliografia que merece destaque: o significado dessa retomada nos anos 1980 fez do *novo sindicalismo* o representante realmente existente do avanço político e teve um papel fundamental no processo de redemocratização do país, assim como contribuiu para a reformulação de questões relevantes na Constituição aprovada em 1988.

É necessário destacar que o *novo sindicalismo* de corte progressista, marcou um período importante para o conjunto da classe trabalhadora ao articular propostas de romper com a estrutura sindical corporativista e ao propor uma nova forma de luta sindical. O resultado mais significativo foi, sem dúvida, a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), objetivo perseguido pelos trabalhadores durante toda a sua história e que, sempre que alcançado, era duramente perseguido pelo Estado e pelos empregadores. Já destacamos que a repressão ao movimento sindical é um traço constitutivo da história do capitalismo brasileiro.

Esta também é a opinião de Zanetti (1993), para quem o novo sindicalismo se institucionalizou quase que em sua totalidade na CUT. Mesmo não abrangendo o conjunto dos trabalhadores brasileiros, a CUT se tornou a mais importante Central e contribuiu decisivamente para tornar a classe trabalhadora brasileira protagonista de importantes eventos do cenário político do país nas últimas décadas.

O *novo sindicalismo*, representado na CUT, caracteriza-se por ser o representante do setor mais dinâmico da economia, representa o setor mais forte do sindicalismo, porém não é o único. Atualmente existem ainda o “sindicalismo de resultados”, que é próximo ao neoliberalismo, representado pela Força Sindical e outras entidades menos expressivas que

representam setores mais à direita e algumas corporações, bem como o “esquerdismo” que é uma diáspora da CUT.

Portanto, neste trabalho entende-se que a CUT é a entidade sindical herdeira da história do sindicalismo brasileiro e as análises críticas aqui destacadas não têm caráter de disputa política, mas de entendimento e diálogo com suas posições ao longo da construção do *novo sindicalismo*. As demais centrais, em nossa opinião, não fazem parte do que definimos como *novo sindicalismo*. Neste sentido, vamos contextualizar o leitor, com os principais fatos que levaram a fundação da maior e mais relevante central sindical brasileira, a CUT.

3.4.1 A fundação da CUT e sua importância para o sindicalismo progressista

Desde o início do processo de reorganização sindical no final dos anos 1970, o sindicalismo de corte progressista discutia a fundação de uma central que unificasse a luta política dos trabalhadores. Apesar das divergências entre as principais correntes sindicais havia o consenso dessa necessidade como ficou demonstrado nos principais Congressos da Classe Trabalhadora (CONCLAT).

Como assinalou Zanetti (1993),

Os congressos não representam uma novidade para o sindicalismo brasileiro, nem uma “quebra” da estrutura. A novidade, neste período, está no reconhecimento dos congressos como instrumentos de democratização dos sindicatos e como espaço de participação. Deixam assim de ser instâncias burocráticas e de mera homologação de decisões já tomadas, para se tornar campos de luta (ZANETTI, 1993, p. 51).

Antes das CONCLATs, Leôncio Martins Rodrigues (1991), destaca a realização de encontros que antecederam os referidos congressos ou que ocorreram paralelos à discussão da formação de uma central sindical. De acordo com Rodrigues, os primeiros passos para a formação de uma central sindical – a CUT, ocorreram no início de 1980 no Encontro de João Monlevade (MG), na sede do Sindicato dos Metalúrgicos. Na Carta de Princípios divulgada ao final do encontro, um dos itens era a troca de experiências no sentido de criar uma organização intersindical que, na época, reuniria além dos sindicatos urbanos e rurais, bem como associações ligadas aos movimentos sociais da Igreja. Ainda nesse período, os sindicalistas ligados ao grupo “unidade sindical” (PCB, PCdoB e MR8) faziam parte das discussões.

O segundo encontro realizou-se em julho do mesmo ano e denominou-se Encontro de São Bernardo ocorrido em Taboão da Serra (SP) em razão da intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Nesse encontro foi criada a ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais).

Em junho de 1981, foi organizado, na cidade de Vitória (ES), o III Encontro Nacional com a presença de 130 delegados representando 18 estados brasileiros.

A reunião aprovou, entre outras propostas, a reforma agrária sob controle dos trabalhadores, a realização de uma greve geral envolvendo não apenas as organizações sindicais, mas também todas as associações e movimentos, das cidades e do campo; a estabilidade no emprego; o fim da estrutura sindical; a formação de uma central única de trabalhadores etc. Nesse encontro, os sindicalistas ligados ao PCB já não compareceram (RODRIGUES, 1991, p. 21).

Em junho de 1982 ocorreu o agora denominado IV Encontro Nacional da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais na cidade de Goiânia (GO). No encontro, um dos pontos mais relevantes das discussões referiu-se à necessidade de construir a central sindical não apenas com sindicatos, mas com a participação orgânica dos demais movimentos populares.

A primeira Conferência das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) realizou-se em agosto de 1981 na cidade de Praia Grande (SP) e foi o único evento nacional no qual participaram todas as tendências militantes no sindicalismo brasileiro.

O número de entidades que dele participaram foi bastante elevado: 480 sindicatos urbanos (3108 delegados), 384 sindicatos rurais (969 delegados), 32 associações de funcionários públicos (49 delegados), 176 associações pré-sindicais (875 delegados), 33 federações rurais (134 delegados) e 22 representantes de quatro confederações (agricultura, professores, trabalhadores em comunicação e servidores públicos) num total de 1 126 entidades e 5 247 delegados (RODRIGUES, 1991, p.31).

Nessa conferência foi constituída uma comissão composta por 56 sindicalistas denominada Comissão Nacional Pró-CUT, que tinha como tarefa preparar o congresso para a fundação da central sindical.

Apesar das divergências entre os diferentes grupos políticos sindicais, em 1983 ocorreu o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora também chamado de CONCLAT, no qual não

participaram os integrantes do grupo Unidade Sindical. Participaram 5.059 delegados representando 912 entidades que fundaram a Central Única dos Trabalhadores – CUT.

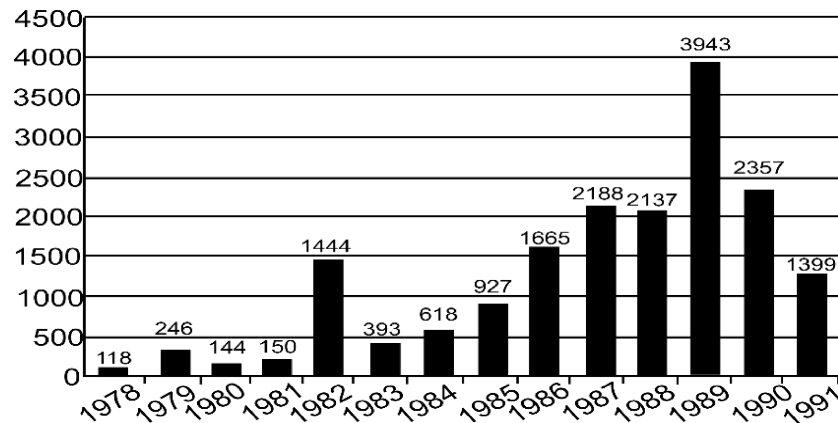
O grupo Unidade Sindical também convocou um congresso no qual elegeu uma Coordenação Nacional adotando a sigla CONCLAT, que posteriormente deu origem a Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

Todo esse quadro que descrevemos sinteticamente acima, teve como pano de fundo um dos principais ciclos de confronto do movimento sindical. No entanto, este ciclo como é característico da ação coletiva confrontacionista, já mencionada na introdução, ele também teve momentos de avanço e recuo. Tomemos como base o que nos diz um dos principais teóricos da crise do *novo sindicalismo*, Mattos:

Após um primeiro ciclo de crescimento do número de greves, em 1978 e 1979, os primeiros anos da década de 1980 assistiram a uma contenção das ações grevistas. Tratava-se de uma conjuntura marcada pelo desemprego, pela crise econômica e com empresariado e governo já preparados para enfrentá-las, por meio do endurecimento nas negociações e do acionamento dos mecanismos repressivos da legislação sindical (MATTOS, 2009, p.120).

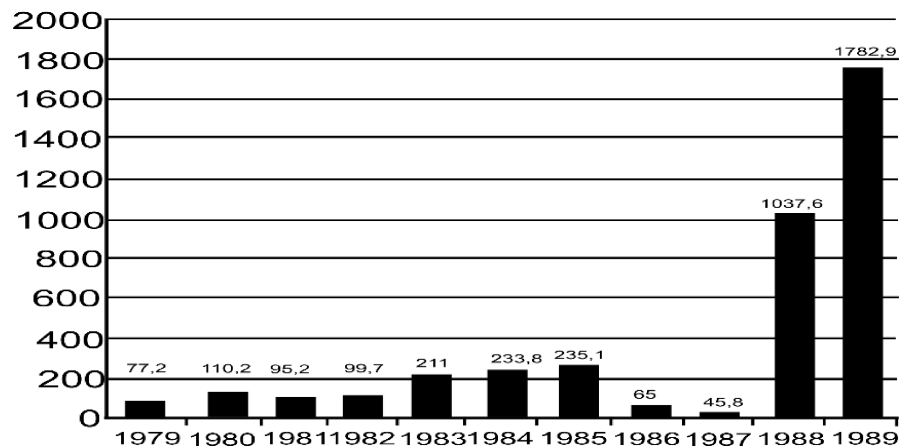
Voltaremos a esta questão mais à frente no capítulo 3. Por ora, o que nos interessa, é demonstrar que os trabalhadores, após mais de vinte anos de repressão, arrocho salarial e ausência de democracia, estavam dispostos a levar às últimas consequências a luta pelo direito a uma remuneração justa. Dizemos isso, pois o centro da luta sindical sempre foi a questão econômica. Neste sentido, quando colocamos os números de greves e relacionamos com o aumento da inflação, essa conclusão fica mais clara. Usaremos então as informações de Mattos a partir de dados compilados de Noronha (1994) para demonstrarmos essa relação.

No quadro abaixo temos a evolução do número de greves entre o ano de 1978 e 1991. Note-se que o ano de 1989 é o pico das greves com um total de 3.943. No quadro seguinte, temos a evolução do processo inflacionário para o período de 1979-1989. De acordo com as evidências, entre 1988 e 1989 a inflação simplesmente é destrutiva para a classe trabalhadora.

Gráfico 1. Greves no Brasil (1978-1991)

Fonte: NORONHA, E. “Greve e estratégias sindicais no Brasil”. In *O mundo do trabalho*, p. 311 apud; MATTOS, 2009, p. 120.

No quadro seguinte é possível identificar a relação entre o auge do período de greves e a relação com as condições econômicas após o fracasso de sucessivos planos econômicos que levaram a uma hiperinflação comprometendo os ganhos salariais dos trabalhadores e do conjunto da população.

Gráfico 2. Inflação Anual (IGP/FGV – 1979-1989)

Fonte: ALMEIDA, M.H.T. Crise econômica e interesses organizados, p. 38, apud: MATTOS, 2009, p. 122.

Mas o que também nos chama a atenção no trabalho de Mattos (2009), refere-se ao que o autor traz em relação às performances, algumas inovadoras e outras adaptadas, dos movimentos grevistas do período após 1983. O autor, comparando com os movimentos de outro ciclo de greves dos anos 1960, relata que

A partir de 1983, entretanto, voltou a crescer a incidência de greves e os anos seguintes foram marcados por um ritmo intenso e inédito dos movimentos grevistas, indicando uma fase de intensa atividade sindical. Das 118 greves registradas em 1978 às 3.943 de 1989, foram 12 anos de crescimento no número das paralisações (MATTOS, 2009, p. 120).

3.5 A contrarrevolução neoliberal dos anos 1990

Hoje, passados mais de quarenta anos, é possível dizer que os trabalhadores obtiveram importantes conquistas e, ao mesmo tempo, amargas derrotas. A fúria neoliberal contra os sindicatos colocou-os em posição defensiva, provocando uma sensível alteração no projeto original dos anos 1980. As dificuldades e, ao mesmo tempo, a necessidade de imputar ao sindicalismo uma ideia de que ele retrocedeu, têm levado muitos analistas a insistirem na tese de uma crise sindical.

Com a vitória do neoliberalismo, elementos que já vinham sendo implantados nas relações de trabalho ganharam maior celeridade. Assim, a reestruturação das empresas, visando obter mais lucros com a exploração do trabalho e, ao mesmo tempo, fazer frente a um sindicalismo que, com as greves do período de 1980, ganhou relevância e poder de impor derrotas ao capital tornou-se uma necessidade para este. Era preciso um governo que implementasse medidas antissindicais, como ocorreu nos EUA e na Inglaterra, favorecesse uma maior acumulação aos capitalistas e acelerasse a reestruturação produtiva.

Como destaca Ricardo Antunes (2018, p. 118), a reestruturação produtiva correspondeu a três principais causas:

[...] 1) das imposições das empresas transnacionais que levaram à adoção por parte de suas subsidiárias, no Brasil, de novos padrões produtivos em maior ou menor medida inspirados no Toyotismo e nas formas flexíveis de acumulação; 2) da necessidade de as empresas brasileiras se adequarem à nova fase marcada por forte “competitividade internacional”; 3) da reorganização efetivada pelas empresas brasileiras que tiveram de responder ao avanço das lutas sindicais e das formas de confronto realizadas pelo “novo sindicalismo”, a partir das históricas greves da região industrial do ABC e da cidade de São Paulo, em 1978.

Portanto, fica claro que, assim como no período da ditadura (1964-1985), a questão de controlar e submeter o sindicalismo e, conseqüentemente os trabalhadores, às diretrizes do capital era elemento essencial para os setores conservadores da sociedade brasileira.

O sindicalismo, que havia estado na ofensiva desde o fim dos anos 1970, foi duramente impactado pelas medidas adotadas a partir dos anos 1990. Desregulamentação, flexibilização, terceirização, privatizações e desindustrialização, que provocaram um expressivo aumento da informalidade, do subemprego, e mesmo do aumento do desemprego, colocaram o sindicalismo contra a parede. É preciso acrescentar que as grandes empresas adotaram a transferência geográfica, tanto interna no país como para outros locais do globo, escolhendo lugares com baixa ou, até mesmo nenhuma tradição sindical. Os exemplos no Brasil são os casos da GM no Rio Grande do Sul (onde o Sindicato é ligado a Força Sindical) e da Ford que inicialmente iria para a cidade de Guaíba (RS) e acabou se instalando em Camaçari (BA)

Para o sindicalismo mais combativo, diante da ofensiva do capital que, como vimos, buscou de diferentes maneiras enfrentar a organização dos trabalhadores construída a partir dos anos 1980, uma das vias adotadas foi recorrer mais aos processos de negociação e menos ao confronto com o governo por meio de greves, principalmente após a derrota imposta pelo governo de Fernando Henrique à greve dos petroleiros em 1995. Na ocasião, o governo usou inclusive da intervenção do Exército nas refinarias para desacreditar o movimento. Além disso, demitiu importantes líderes sindicais, muitos deles da linha de frente do sindicalismo vinculado à CUT.

É por isso que arguimos que é fundamental levar em consideração o conjunto dos problemas enfrentados pelo sindicalismo ao tecermos argumentos sobre a crise sindical. Adalberto Cardoso (2015, p. 494), apesar de concordar com a existência de uma crise sindical destaca que,

[...] talvez não pelas razões apontadas pela literatura. Há aspectos da dinâmica propriamente sindical que não são atentadas pelos analistas, que denotam problemas de reprodução do poder sindical no médio prazo; há outros aspectos salientados por muitos estudiosos que também apontam na mesma direção; há dimensões aparentemente virtuosas da ação sindical que não são devidamente enfatizadas pelas análises; e há, por fim, o ambiente político mais geral, que afeta de muitas maneiras o modo como o movimento sindical se pensa, define suas estratégias e age.

Segundo a Revista Exame de 21/07/2011, a média salarial dos metalúrgicos do ABC paulista é de 79,2% maior que a média nacional. Utilizando dados divulgados pelo Sindicato do ABC, a partir de informações do DIEESE, a média salarial desses trabalhadores é de R\$3.242,83. Já a média nacional é de R\$ 1.809,91. Essas observações, elencadas por Cardoso, corroboram em muito o pensamento que aqui estamos adotando. Não tomar o movimento sindical como algo estanque e que não está sujeito às interferências da conjuntura ou, como já afirmado, entendendo sua atuação como a de um partido político.

É nessa mesma direção que as pesquisas publicadas por Bridi (2006) se encaminham. Segundo a autora, os sintomas que são apresentados para definir a crise sindical estão referenciados na diminuição das taxas de sindicalização e das greves, nas dificuldades que os sindicatos enfrentam em representar os trabalhadores informais, bem como na redução da militância sindical e na descentralização das negociações. Bridi (2006, p. 3), identifica ainda duas vertentes que tratam da crise sindical:

Uma que aponta para o declínio inexorável e outra que apresenta a crise como transição, no sentido de mudança, não fundamentalmente das instituições de representação dos trabalhadores, mas de um modelo histórico, como a conformação fordista ou de alguns elementos organizativos dos sindicatos.

Ainda, segundo a autora, é necessário “pensar as crises que atingem os trabalhadores e suas organizações sindicais nos últimos tempos como situação de transição e de transformação” (BRIDI, 2006, p. 4) dentro de um conjunto mais amplo de fenômenos sociais que devem ser explicados e interrelacionados. De acordo com a autora, “ao contrário das teses sobre o fim do sindicalismo, os trabalhadores encontram outros meios, outras brechas para se reorganizarem como vêm demonstrando inúmeras experiências sindicais[...] (BRIDI, 2006, p. 7). Trataremos um pouco melhor sobre esse aspecto de novas experiências mais à frente.

Neste sentido, é preciso destacar que com o avanço e ampliação do acesso às novas ferramentas de comunicação através da internet, muitas alterações foram também provocadas na forma de se fazer campanha salarial e nas formas de mobilização, por exemplo (BRIDI, 2006). A maioria dos sindicatos, se não sua totalidade, há muito utiliza, junto com os boletins impressos, páginas na internet para comunicação e convocações junto à sua base. Atualmente, durante a pandemia, uma nova forma de assembleia virtual passou a ser utilizada por diversos

sindicatos e com um retorno significativo, como é o exemplo da recente campanha salarial dos bancários de Porto Alegre e região.

Para Marco Aurélio Santana (2014), quando o *mainstream* aborda o período que estamos analisando neste capítulo, trata a posição dos trabalhadores e de suas organizações como se estes tivessem um sentimento de culpa pelos acontecimentos da época ou por terem se equivocado, cometido erros ou por imobilismo. Concordando com o autor, acrescentamos, não examinar a conjuntura do momento a partir de uma análise global, pode levar o pesquisador a repetir conclusões que estão referenciadas em posicionamentos políticos e não na pesquisa científica.

A conjunção de processos políticos, sociais e intelectuais produziu todo um ocultamento da participação dos trabalhadores e de suas entidades em um período histórico tão importante. Diante disso, somando-se a dificuldades com acervos, ficou sempre muito difícil identificar e analisar o papel que os trabalhadores desempenharam ativa e efetivamente naquela conjuntura (SANTANA, 2014, p. 88).

O autor aponta ainda algumas linhas de pesquisa sobre o período da ditadura¹⁰. Um deles, seguindo Weffort, focou nas formas de orientação dos trabalhadores antes do golpe e são duramente críticos às orientações do partido operário da época – o PCB. Outra linha se preocupou com a burocratização dos sindicatos durante a ditadura, e outra que procurou analisar os perfis sociais e atitudes dos trabalhadores em relação às transformações pelas quais passava o capitalismo brasileiro (SANTANA, 2014).

Contudo, destaca o autor, foi o período após 1978 que recebeu maior atenção das pesquisas acadêmicas, ao mesmo tempo é condescendente com os estudos ao minimizar as orientações destas ao afirmar que tais dificuldades de estudos sobre a ditadura ocorreram por razões de acesso às fontes.

É preciso fazer um reparo à análise de Santana (2014). Não se tratou de falta de acesso às informações, pois muitos sobreviventes da repressão estavam vivos na época. Tratou-se sim de um apagamento no sentido de facilitar a desconstrução do movimento que antecedeu e do que atuou durante o período autoritário inaugurado em 1964. É uma conclusão simples, compartilhada pela maioria dos estudos: o golpe foi para impedir uma eventual “república sindicalista”.

¹⁰ Para ver os autores citados recomendamos a leitura do texto de SANTANA, Marco Aurélio. Um sujeito ocultado. Em Pauta, Rio de Janeiro – 1º semestre de 2014 – n.33, v. 12, p. 85-96.

Ora, é uma perspectiva que demonstra todo o preconceito contra a classe trabalhadora, qual seja, a de que ela é incapaz de oferecer e executar uma política alternativa àquela apresentada pelos conservadores. Mais, nesta linha embarcaram valiosos analistas que, ao desconsiderarem a conjuntura negativa para os trabalhadores na época, optaram pelo discurso mais simples: eram organizações comprometidas com os governos populistas. Não levaram em consideração que estar na linha de frente enfrentando a repressão é mais difícil que estar protegido pelos muros acadêmicos. Veremos mais à frente o quanto foi significativo para as organizações sindicais o período democrático de 2002-2016.

Ainda de acordo com Santana (2014), destacamos que a dificuldade de entendimento dos estudos sobre o período, estão ligados à dificuldade, como atualmente, dos pesquisadores perceberem que as mudanças no capitalismo também levam a mudanças na classe trabalhadora e em suas organizações. Para sermos mais específicos, vejamos a indicação do autor:

Muito reduzida e esquematicamente indicaríamos alguns pontos, dentre outros, mais gerais sobre o período no qual os trabalhadores e suas organizações tiveram de lidar com um ambiente ditatorial bastante inóspito aos seus interesses. Uma análise geral das ações dos trabalhadores durante a ditadura indica que uma série de mudanças se estabeleceu, sem que, por isso, possamos deixar de perceber continuidades. O capitalismo se redefiniu no país, produzindo mudanças substantivas na produção e no mundo do trabalho, o que traria óbvias alterações na composição das classes trabalhadoras e nos seus destinos (SANTANA, 2014, p. 90).

3.6 Conclusão

Ao finalizar este capítulo, queremos destacar os pontos mais relevantes que abordamos acima. A ditadura civil-militar (1964-1985) impôs ao movimento sindical uma dura repressão nos mesmos moldes daquela de 1935 e durante o Estado Novo. Os conservadores interromperam a democracia em 1964 quando perceberam que a classe trabalhadora estava mobilizada em torno das “reformas de base”. O golpe foi uma resistência dos capitalistas às reformas e avanços sociais.

Sem embargo, destacamos que, apesar da dura repressão, os trabalhadores encontraram alternativas de manifestação através de greves, como as de Contagem e Osasco em 1968, as resistências no interior das fábricas como os boicotes, as operações padrão e até mesmo a citada “greve da dor de barriga”. Foi também, nos movimentos sociais, como clube de mães,

associações de bairro e comunidades eclesiais da Igreja Católica, que os trabalhadores encontraram formas alternativas de organização e luta.

Abordamos que antes dos movimentos de 1978, os trabalhadores se mantiveram ativos no interior das fábricas após o golpe de 1964. Foi o “trabalho miúdo” nos locais de trabalho que foi acumulando forças até se sentir em condições de novamente se apresentar para defender seus direitos e exigir participação política na sociedade.

Quando o regime é desmascarado pela manipulação dos índices de inflação, eclodem as greves no ABC paulista e que imediatamente, como um rastro de pólvora, se espalharam pelo país e inicia-se um novo ciclo de protestos que contribuiram para a redemocratização.

Portanto, as greves de 1978, 79 e 80 não foram “um raio num céu azul”. Foi o resultado de um longo trabalho, ainda que de forma clandestina.

Desse modo, procuramos demonstrar que o *novo sindicalismo* não foi uma ruptura com o passado, mas é herdeiro da história sindical dos trabalhadores. História de resistência à selvageria capitalista e demonstrando que a classe trabalhadora pode sim ter um papel reservado de libertar a sociedade da fome, da miséria, da precariedade, dos preconceitos de toda a natureza etc.

Por último, o trabalho demonstrou que a década de 1980 registrou grandes acontecimentos no ciclo de protestos iniciado em 1978, que foram fundamentais para consolidar o processo organizativo da classe trabalhadora: a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), bem como a reorganização dos trabalhadores rurais com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A década de 1980 assistiu a reemergência do sindicalismo de corte progressista demonstrados na fundação da CUT e na organização de greves gerais. Tais acontecimentos chamaram a atenção do empresariado e dos grupos conservadores que se reorganizaram a partir de 1989 com a eleição de um candidato a Presidente Fernando Collor de Mello, que dá início à política neoliberal antissindical. É neste quadro que adentramos os anos 1990 que trataremos no próximo capítulo: o ataque ao sindicalismo organizado, o retrocesso nas conquistas sociais aprovadas na Constituição de 1988 sob o argumento de que o Brasil não cabia na Constituição.

4 CAPÍTULO 3 AS REFORMAS ORIENTADAS PARA O MERCADO NA DÉCADA DE 1990 E SEUS IMPACTOS PARA OS TRABALHADORES E SINDICATOS

4.1 Introdução

O movimento sindical, no decorrer de sua história, sempre enfrentou dilemas, avanços e recuos. Mas esse fato não deveria surpreender nenhum estudioso, principalmente aqueles ligados à Sociologia do Trabalho. Tais dilemas, avanços e recuos fazem parte da luta de classes.

Nos capítulos anteriores procuramos demonstrar como atuou o sindicalismo de corte progressista até o golpe civil-militar de 1964. Destacamos que, a relevância em escrutinar esse período, decorre do fato de identificarmos o processo histórico de construção da organização dos trabalhadores na sua relação com o capital e com o Estado.

O objetivo deste capítulo é fazer um balanço crítico da década de 1990, a “década neoliberal” (CARDOSO, 2003), a fim de verificar o impacto das políticas adotadas nesse período em relação à atuação do movimento sindical. A hipótese que norteia o trabalho é a chamada “crise sindical” brasileira está relacionada às políticas influenciadas pelo “Consenso de Whashington” e que tinham como objetivo a desregulação do Estado e das relações de trabalho. Dessa forma, vamos utilizar uma bibliografia que destaca esse argumento para sustentar a hipótese do trabalho. Ela está claramente vinculada a uma perspectiva que, mesmo minoritária atualmente na sociologia, é a que melhor responde aos questionamentos e ao entendimento das relações sociais advindas da hegemonia do neoliberalismo: a perspectiva teórica marxista que embasou as análises de Anderson (1995), Harvey (2014, 2017), Antunes (2002, 2018).

Assim, se entendemos que enquanto houver capitalismo, as formulações teóricas e metodológicas de Marx permanecem atuais, é necessário que acompanhem a evolução do seu legado a partir dos estudos que têm como base a sua teoria. Por isso, optamos neste trabalho, por utilizar autores contemporâneos dessa escola teórica no estudo do capitalismo.

As questões que nos colocamos e que pretendemos responder são as seguintes: O objetivo das políticas neoliberais foi alcançado? Quais as consequências dessas políticas para as organizações sindicais? Quais as respostas dessas organizações? A pergunta central que fazemos é: O que é e qual o significado do que se convencionou chamar de “neoliberalismo”?

Para respondermos a essas questões, é necessário que façamos uma regressão no tempo. É preciso aplicar as orientações da escola dos *Annales* da “longa duração” a fim de fazermos uma reconstituição mais fidedigna dos fatos que iremos abordar. Nesse sentido, escrutinar o

período que antecedeu a vitória das políticas orientadas para o mercado torna-se fundamental para melhor pensarmos e avaliarmos como foi possível a vitória desse arcabouço de políticas e ideias que se tornaram hegemônicas no mundo - e no Brasil - nos últimos quarenta anos.

Aqui abordamos um dos aspectos que trata da crise estrutural do capital. O recorte temporal adotado justifica-se por ser o período no qual as políticas antissindicais que fazem parte do arcabouço neoliberal começaram a ser implantadas no Brasil. Ou seja, segundo Anderson (1995), o neoliberalismo teve como objetivo central o desmonte do Estado social e do sindicalismo organizado para facilitar a aplicação das políticas regressivas.

É a partir da década de 1990 que a literatura sobre a crise sindical começou a dominar os estudos sobre sindicalismo. Adaptou-se um estudo de Leôncio Martins Rodrigues (2009) que abordava a realidade sindical dos países do norte capitalista para uma realidade diferente como a brasileira. Por outro lado, somou-se a isso uma crítica que identificou no *novo sindicalismo* um processo de burocratização, abandono da política de confronto em favor de uma política de concertação, como destacamos na introdução do trabalho. Cabe ainda destacar a generalização da interpretação do fim da sociedade do trabalho.

Como ficou demonstrado, o objetivo principal da ação do governo a partir de 1930 foi no sentido de desestruturar e, ao mesmo tempo, controlar o sindicalismo autônomo adotando a obrigatoriedade de os sindicatos serem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Quando o sindicalismo se organizava por fora da estrutura constituída pelo Estado este respondia com a repressão. Neste sentido, a característica do período até 1964 oscilou entre uma atuação por dentro e por fora da estrutura oficial. Já a partir dos anos 1980 a atuação do sindicalismo progressista ocorreu por dentro da estrutura oficial somado às oposições sindicais. No entanto, estas almejavam o controle do sindicato no qual eram oposição.

Destacamos também que no período compreendido entre 1950-1964 tivemos um novo ciclo de protestos com a retomada da organização sindical após o longo período de ditadura do Estado Novo. Porém, novamente em 1964 toda a estrutura sindical reconstruída foi duramente atingida pela repressão da ditadura militar.

Entretanto, como abordamos anteriormente, apesar da dura repressão do período pós-1964, os trabalhadores se mantiveram, ainda que de forma muitas vezes clandestina, atentos aos movimentos do capital e sempre que possível organizavam diferentes tipos de resistência. O principal resultado foi que em fins dos anos 1970 o sindicalismo reemergiu através de amplas mobilizações que se aprofundaram na década de 1980. Foi o surgimento do movimento denominado *novo sindicalismo* representado, principalmente, pela fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A década seguinte, 1990, trouxe novos desafios para o sindicalismo combativo. Foi o início, no Brasil, das políticas de privatização, desregulação da economia, desindustrialização, ou seja, aplicação do receituário do FMI e Banco Mundial que levou ao crescimento do desemprego e do aprofundamento da miséria para os setores mais frágeis da sociedade.

Foi o início da era neoliberal que, entre outras consequências, tratou de combater a organização dos trabalhadores que durante uma década impediram os setores conservadores de implementar tais medidas regressivas para a sociedade. Uma das consequências foi que obrigou o sindicalismo combativo a repensar algumas de suas estratégias fato que gerou entre os especialistas conclusões que o *novo sindicalismo* estava entrando em crise.

Os estudos sobre o sindicalismo e a “crise” sindical são muitos e envolvem pesquisadores de alto nível dentro e fora da academia. No entanto, acreditamos que as análises a partir desse viés são pouco exploradas: que a crise sindical, se existe, é fruto de uma ação deliberada do capital para pavimentar a retomada do processo de acumulação capitalista diante da crise estrutural que enfrenta desde meados dos anos 1970. Essa ação deliberada nós identificamos como neoliberalismo. Em contrapartida, a maioria dos estudos, apesar de admitir que o ataque ao trabalho não foi e não é apenas uma consequência das políticas pró-mercado, insistem no caráter determinista da tecnologia com a redução dos postos de trabalho na indústria e em certa “ignorância” dos sindicalistas em compreenderem tais modificações, pois, segundo esse entendimento, as direções se tornaram burocratizadas e distantes de suas bases.

Sem desconsiderar tais aspectos, que são relevantes para a compreensão, defende-se o ponto de vista no qual, como já afirmado, existe uma clara determinação do capital em desconstruir toda e qualquer forma de resistência do trabalho frente às políticas de exploração e exclusão social. Nesse sentido, soma-se o fato de os governos neoliberais questionarem a democracia (a democracia liberal) a fim de facilitar o pouco de avanços proporcionados pelas mobilizações dos trabalhadores.

É importante destacar que a perspectiva aqui adotada não é economicista. Parte-se do entendimento de que o neoliberalismo é uma fase do capitalismo, e não uma nova sociedade. Ou seja, é uma concepção que leva em conta a luta de classes como definido por Harvey (2014), para quem o neoliberalismo é a restauração do poder das elites.

Ainda de acordo com a bibliografia (ANTUNES, 2002; 2018; HARVEY, 2014, 2017), após cerca de três décadas de crescimento econômico com ganhos salariais correspondentes e a constituição de um Estado de bem-estar social, no qual os trabalhadores também obtiveram vantagens, o sistema começou a demonstrar sinais de fraqueza com a queda da taxa de lucro

decorrente. Segundo os analistas, representa uma queda na produtividade e aumento dos custos decorrentes da elevação salarial e do financiamento dos salários indiretos (previdenciários).

A reorganização dos padrões de acumulação do capital com uma forte intervenção do Estado para pavimentar o desmonte do aparato de proteção social, não sustenta a ideia propagada pelos grupos conservadores de menos Estado e mais mercado. Pelo contrário, foi necessária uma forte presença estatal com vistas a derrotar o movimento organizado do trabalho, a fim de facilitar a implementação das políticas neoliberais.

O diferencial deste trabalho é o fato de inserir os dilemas e as transformações que o movimento organizado dos trabalhadores sofreu e sofre com uma conjuntura negativa para suas pretensões. É o entendimento de que o sindicalismo nasceu com o capitalismo e só poderá desaparecer se a sociedade de classes também desaparecer. Enquanto isso, ele será condicionado pelos movimentos do capital. Por isso, destacamos que a afirmativa marxiana de que o capital está permanentemente revolucionando os meios de produção é atual para a análise dos conflitos que as transformações colocam para as classes sociais e, mais, é a luta de classes o motor dessas transformações. Como destaca Harvey (2017, p. 102), “as leis coercitivas” do mercado fazem com que os capitalistas procurem inovações técnicas e organizativas que “melhorem a lucratividade” ante outros capitalistas.

Assim, organizamos este capítulo da seguinte maneira: além desta introdução, na segunda parte faremos um breve balanço histórico da constituição do Estado de bem-estar; na terceira, trataremos da crise estrutural do capitalismo e o início da hegemonia do neoliberalismo. A seguir, abordamos a situação do Brasil dentro desse processo a partir dos anos 1990, e discutimos a relação entre sindicalismo e democracia para verificar até que ponto a existência desta possibilita avanços sociais. Por último, apresentamos as considerações finais.

4.2 Da constituição do Estado social à crise dos anos 1970

O historiador Eric Hobsbawm no livro *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991* (1995), definiu muito bem o período entre pós-Segunda Guerra e os anos 1970 como “os anos dourados do capitalismo”. Foram cerca de três décadas de crescimento econômico que possibilitaram ganhos tanto para o capital quanto para o trabalho nos países do capitalismo central. Esse crescimento foi possível graças a um arranjo institucional construído no imediato pós-guerra.

Esse arranjo institucional, que recebeu a denominação de modelo de acumulação fordista/keynesiano, tinha como base um certo acordo entre o capital e o trabalho com vistas a

uma recuperação das economias do capitalismo central, assoladas tanto pela crise econômica de 1929 quanto pela eclosão da 2ª Guerra Mundial. A reorganização do capital para a reconstrução da Europa contou com o apoio dos trabalhadores nesse modelo de acumulação que Arrighi (1996, p. 2, grifo do autor) define da seguinte forma: “O *keynesianismo* é descrito como o modo de regulação que permitiu que o regime fordista emergente realizasse todo o seu potencial. E este, por sua vez, é concebido como a causa fundamental da crise da década de 1970”.

O desenvolvimento alcançado pelo capitalismo no período após Segunda Guerra Mundial foi acompanhado, nos países do capitalismo central, por uma distribuição de renda através do pleno emprego, de aumentos salariais e outras conquistas impostas pelos trabalhadores nesse período.

Mesmo sendo anterior à Segunda Guerra, foi a partir do final desta que o fordismo se consolidou como um modo de acumulação do capital e contribuiu para superar a crise econômica e política que acometia as principais nações capitalistas ocidentais. A consolidação desse modelo foi possível com sua fusão ao keynesianismo que lhe proporcionou as condições ideais para sua implantação e consequente resgate do capitalismo.

Após a Segunda Guerra, o movimento operário, que já era forte e representativo desde a vitória dos bolcheviques na Revolução Russa de 1917 e estava fortalecido com o avanço das tropas russas em direção à Europa, representava uma ameaça ao capitalismo, que se encontrava na defensiva em razão de não oferecer condições dignas de vida à população. A Europa foi salva, politicamente, pelo “Plano Marshall” (uma política concebida pelos EUA para fazer frente à URSS), pois havia uma clara possibilidade de que revoluções sociais pudessem ser vitoriosas em meio ao caos e à fome provocados pela guerra.

No entanto, como destaca João Manuel C. de Mello (2017, p. 18, grifo do autor), referindo-se à hegemonia dos EUA e à recuperação da Europa,

[...] é preciso ter claro que os Trinta Anos Gloriosos se caracterizaram pela sua excepcionalidade, por uma peculiaridade histórica que não tem sido suficientemente sublinhada, a saber: que a hegemonia americana foi de fato exercida em um ambiente de competição entre o capitalismo e o socialismo real. Assim, não podemos esquecer que a reconstrução da Europa e do Japão foi conduzida à sombra da Revolução Soviética e da Revolução Chinesa. Particularmente decisiva, à qual se somou a luta das forças democráticas europeias e dos *new dealers* americanos forjadas em meio a duas guerras mundiais, à crise de 29 e aos horrores do nazi-fascismo.

O que o autor está destacando é um argumento que não é muito comum nos estudos sobre o período de expansão europeia, o reconhecimento de que a presença da Revolução Russa de 1917 teve um papel fundamental, tanto na recuperação da Europa Ocidental como na construção e no desenvolvimento do Estado de bem-estar. A razão principal, obviamente, ocorre devido ao discurso ocidental antissoviético, que foi acompanhado inclusive pela esquerda europeia, após a Segunda Guerra Mundial.

Entretanto, esse modelo que propiciou crescimento econômico durante a longa fase do pós-guerra começou a mostrar seu esgotamento com o excesso de produção que colocou a questão da lucratividade em destaque. Ricardo Antunes (2002, p. 31, grifos do autor) afirma que,

[...] a denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia, em seu significado mais profundo, uma *crise estrutural do capital*, onde se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro [...]. Era também a manifestação [...] tanto do sentido *destrutivo* da lógica do capital, presente na intensificação da *lei de tendência decrescente do valor de uso* das mercadorias, quanto da *incontrolabilidade* do sistema de metabolismo social do capital. Com o desencadeamento de sua crise estrutural, começava a desmoronar o mecanismo de “regulação” que vigorou, durante o pós-guerra, em vários países capitalistas avançados, especialmente da Europa.

A resposta do capital à crise deu-se com o início de um processo de reorganização política e ideológica no sistema de dominação que tem no neoliberalismo seu ponto principal. Com isso, o capital inicia um longo processo de privatização do Estado (ANTUNES, 2002), com o desmonte do setor produtivo estatal e a desregulamentação dos direitos conquistados pelos trabalhadores, onde a era Thatcher/Reagan são os exemplos mais significativos

4.3 A reestruturação produtiva

Desde o início da reestruturação liberal-conservadora, em fins dos anos 1970, observamos no discurso ideológico capitalista as bases da nova configuração política, social e econômica, que são as seguintes: imposição da supremacia do capital financeiro com a desregulamentação das economias numa espécie de retorno “ao sistema de livre-movimento dos capitais anterior à crise de 29” (MELLO, 2017, p. 20); ataque e destruição das conquistas

obtidas pelos trabalhadores no período após a Segunda Guerra e, construção de um aparato ideológico para sustentar a reestruturação do capital corporificada no neoliberalismo e na globalização.

O sistema capitalista, por sua própria configuração, tem nas crises econômicas um momento de rearticulação da exploração e aumento da mais-valia para fazer frente às situações da queda da taxa de lucro. Foi assim, também, a partir de meados dos anos 1970, quando os países do capitalismo avançado começaram a enfrentar mais uma crise estrutural.

Para Wolfgang Streeck (2018), a crise econômica que presenciamos na atualidade faz parte de uma sequência histórica que começa com a inflação dos anos 1979, seguida de forte aumento das taxas de juros pelo Banco Central americano que quebrou o Brasil (no período da ditadura) e o México, bem como o endividamento privado dos anos 1990. Segundo Streeck, “às três fases foi comum o término em uma crise, cuja solução foi o imediato desfecho em uma nova crise” (STREECK, 2018, p.10) e, na esteira dessas crises o crescimento econômico retrocedeu.

Diante dessa crise, os defensores das reformas orientadas para o mercado acusavam o Estado de gastar mal com um serviço público “inchado”, e com políticas que confrontavam o mercado. As “reformas” deveriam ser adotadas como a solução para a crise fiscal, pois segundo essa perspectiva, o Estado social era o responsável pela crise.

De acordo com Filgueiras ,

Empresários e seus representantes formularam um conjunto de narrativas sobre o conteúdo das mudanças e as consequências trazidas por elas para o mundo do trabalho. É possível identificar quatro eixos principais de narrativas, que se combinam e se retroalimentam, quais sejam: o novo cenário internacional, as novas tecnologias, as novas empresas e os novos trabalhadores. Esses discursos foram martelados exaustivamente, ao redor do mundo, entre os anos 1980 e o início dos anos 2000 pela mídia, além de empresas e suas entidades, produzindo importantes impactos nas relações entre agentes, classes e instituições, *a ponto de formar uma espécie de senso comum na maior parte da sociedade* (FILGUEIRAS, 2021, p. 26 – o destaque é nosso).

A promessa dessas narrativas é a criação de empregos, já que as economias capitalistas enfrentam níveis elevados de desemprego. Neste sentido, as “reformas” são necessárias para recuperar o padrão de empregos. No entanto, é necessário que os trabalhadores aceitem a flexibilização da legislação trabalhista como forma de contribuir para dinamizar o mercado de trabalho e dessa forma possibilitar a criação de mais empregos.

Os principais organismos internacionais formularam diretrizes tanto para as economias do capitalismo central como para as economias periféricas. No Brasil, essas diretrizes ficaram conhecidas como Consenso de Whashington (FILGEIRAS, 2021). Entretanto, para garantir a eficácia das diretrizes do FMI/Banco Mundial, tornou-se imprescindível para o capital, atacar as organizações do trabalho – os sindicatos.

A primeira providência foi desarticular o sistema sindical que havia adquirido, com sua organização, importante papel na sociedade. Como destaca Antunes (2002, p. 32), “Esse período caracterizou-se também – e isso é decisivo – por uma ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora e contra as condições vigentes durante a fase de apogeu do fordismo”.

Nesse sentido, podemos dizer que com a crise do padrão de acumulação que predominou até meados dos anos 1970, o capital desencadeou um amplo processo de reestruturação (ANTUNES, 2018), com o objetivo de recuperar sua hegemonia econômica e política, visto que teve que fazer concessões no pós-Segunda Guerra. Essas modificações Harvey (2017) e Antunes (2018) definem como acumulação flexível ou reestruturação produtiva.

Segundo Antunes (2018), os traços mais característicos desse processo são os seguintes: produção voltada para a demanda, portanto, diferente da produção em série, equipes de trabalho rompendo com o trabalho parcelar, estrutura flexível que possibilita ao trabalhador operar várias máquinas de forma simultânea, o princípio *just-in-time* – produção em tempo menor, as empresas são horizontalizadas diferentemente das verticalizadas do fordismo. Essa horizontalização significa que grande parte da produção passa a ser terceirizada. etc.

Desse modo, flexibilização, terceirização, subcontratação, círculo de controle de qualidade total, *kanban*, *just-in-time*, *kaizen*, *team work*, eliminação do desperdício, “gerência participativa”, sindicalismo de empresa, entre tantos outros pontos, tornaram-se dominantes no universo empresarial (ANTUNES, 2018, p. 155 – grifos do autor).

Para David Harvey (2017, p.140), a acumulação flexível,

[...] é marcada por um conflito direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e

padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Entretanto, o que queremos fixar é que todo esse processo de flexibilização teve como centro a busca por tecnologias de capital-intensivas (BEHRING, 2008) poupadoras de mão de obra e que sua consequência mais visível até os dias atuais foi um progressivo aumento de desemprego, da fragmentação e da heterogeneização da classe trabalhadora. Os impactos sobre as organizações coletivas do trabalho e perda salarial foram significativos, ocasionando um retrocesso nas lutas sindicais, fator que possibilitou que os contratos de trabalho fossem flexibilizados com o surgimento do trabalho parcial, temporário e de subcontratados. Tais ocorrências têm provocado uma mudança substancial nas formas de organização sindical.

Esse processo de reestruturação produtiva, como destaca Behring, (2008, p. 37), vem associado e combinado com o ajuste neoliberal,

[...] o qual implica a desregulamentação de direitos, no corte de gastos sociais, em deixar milhões de pessoas à sua própria sorte e “mérito” individuais – elemento que também desconstrói as identidades, jogando os indivíduos numa aleatória e violenta luta pela sobrevivência.

Esse é o quadro no qual a ideologia que sustenta essas concepções se tornou hegemônica no mundo, cimentando as políticas regressivas e promovendo uma verdadeira contrarreforma, desestruturando direitos e políticas sociais alcançados após anos de luta e negociações entre o capital e o trabalho. Essa contrarreforma, denominamos de neoliberalismo.

4.4 Conceituando o neoliberalismo

É a partir de meados do século XIX, que o liberalismo, como pensaram os teóricos da ciência política e da economia política clássica Hobbes, Locke, Rousseau e Adam Smith, encontrou as condições objetivas para se tornar dominante na sociedade, ou seja, o capitalismo vive, nessa época, sua fase liberal por excelência. De acordo com Teixeira (1996, p. 211, grifo do autor),

A democracia representativa ganha existência efetiva, com o aparecimento do sufrágio universal; a redução da jornada de trabalho aparece como uma conquista possibilitada pela produtividade do capital; o comércio internacional avança com “botas de sete léguas”; as empresas podem dispensar a ajuda direta do Estado, por conta da acumulação privada dos seus lucros; o trabalho escravo torna-se um obstáculo ao processo de acumulação; a existência de colônias começa a deixar de ser pré-requisito para a acumulação de capital nas metrópoles.

Esse reinado do liberalismo ocorre até o final dos anos 1920, quando a crise do início dos anos 1930 provoca milhares de falências, desemprego em massa, levando consigo as economias capitalistas do mundo. O sistema entrou em colapso e parecia que o capitalismo terminara (TEIXEIRA, 1996).

É nesse momento que o Estado, que até então tinha sido colocado à margem, é novamente solicitado para garantir, com suas políticas, a salvação do sistema. Esse é o início do que se convencionou chamar de “capitalismo regulado pelo Estado” ou como descrevemos acima, modelo de acumulação fordista/keynesiano.

Com o esgotamento desse modelo, os capitais investiram na reestruturação produtiva a fim de retomarem sua lucratividade, que ficou ameaçada com a crise do modelo do capitalismo regulado. É também nesse momento que um grupo de teóricos, que em 1947 formularam uma crítica ao modelo intervencionista começou a ser notado de forma mais efetiva. Trata-se do grupo de Mont Pèlerin Society, que formulou as bases do que hoje se denomina neoliberalismo. Seus principais teóricos foram os austríacos Friedrich von Hayek, Ludwig von Mises e o economista estadunidense, Milton Friedman (ANDERSON,1995; HARVEY,2014).

Esse movimento permaneceu distante dos debates políticos e econômicos até meados dos anos 1970, quando o capitalismo novamente entrou em crise. A partir de então, após a experiência chilena que implantou o receituário neoliberal com uma ditadura militar violenta, países como a Inglaterra e os Estados Unidos deram os primeiros passos para a consolidação desse modelo.

A doutrina neoliberal fazia profunda oposição às teorias intervencionistas como a de Keynes, que após a grande depressão de 1930 adquiriram importante destaque bem como, todas as formas de solidarismo. De acordo com Perry Anderson (1995), para os neoliberais, o igualitarismo promovido pelo Estado intervencionista, na verdade destruía as liberdades e a

concorrência das quais dependia o bem-estar de todos. Ainda, destaca Anderson (1995), para Hayek e seus companheiros a desigualdade era um fator positivo.

Com o esgotamento do fordismo em meados dos anos 1970 e com a eleição de Margareth Thatcher, que defendia uma ampla reforma na economia, houve o abandono do keynesianismo (HARVEY, 2014). Para o novo governo inglês tratava-se de pôr fim às políticas sociais do Estado social-democrata e

[...] enfrentar o poder sindical, atacar todas as formas de solidariedade que prejudicassem a flexibilidade competitiva [...], dismantelar ou reverter os compromissos do Estado de bem-estar social, privatizar empresas públicas (incluindo as dedicadas à moradia popular), reduzir impostos, promover a iniciativa dos empreendedores [...] (HARVEY, 2014, p. 32).

Nesse mesmo período, início dos anos 1980, elegeu-se presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan, que na mesma direção de Thatcher adotou políticas de desregulação, corte de impostos (para os mais ricos) e ataque ao poder sindical, como foi o caso da greve dos controladores de voo em 1981.

O efeito global sobre a condição de trabalho foi dramático – talvez melhor captado pelo fato de o salário-mínimo federal, que era paritário ao nível da pobreza em 1980, ter caído para 30% desse nível por volta de 1990. Iniciou-se assim, com vigor o longo declínio dos níveis dos salários reais (HARVEY, 2014, p. 34).

Ainda de acordo com Harvey (2014), o governo Reagan reduziu os impostos para os grupos corporativos nos quais “a faixa mais alta passou de 70% para 20%, naquilo que foi denominado *a maior redução de impostos da história*. E teve início a abissal mudança para a desigualdade social cada vez maior e a restauração do poder econômico da classe alta” (HARVEY, 2014, p. 35, grifo do autor).

Entretanto, para tornar-se hegemônico na sociedade, a ideologia neoliberal necessitava construir um consentimento. E é com o discurso de “liberdade individual” e contra o abuso do Estado, uma bandeira dos movimentos ligados às classes médias de 1968, que o neoliberalismo pôde facilmente explorá-lo. Nas palavras de Harvey (2014, p. 52), “para quase todos os

envolvidos nos movimentos de 1968, o Estado intrusivo era o inimigo e tinha de ser reformado. Quanto a isso, os neoliberais concordavam facilmente”.

O Estado neoliberal tem que garantir, primordialmente, os direitos individuais, a propriedade privada e o livre funcionamento do mercado. Para os teóricos dessa ideologia, a empresa privada e a livre iniciativa dos indivíduos são o caminho para a geração de riqueza. Por isso, são desconfiados com a democracia pois, é possível que o regime de maiorias possa comprometer os direitos e as liberdades individuais.

Por outro lado, ainda permanecia em aberto nesse período a questão de como neutralizar as organizações sindicais e moldá-las à nova forma de organização social nos Estados Unidos e na Inglaterra. A saída utilizada pelos grupos dominantes foi a desindustrialização das regiões com alta sindicalização para aquelas com baixa ou nenhuma sindicalização e a abertura dos mercados para a importação. Desta forma, tirou-se o poder do trabalho ao criar-se, deliberadamente, o que Marx denominou como “exército industrial de reserva” (HARVEY, 2014).

No entanto, segundo Harvey, o Estado neoliberal guarda uma contradição com a teoria. Isso ocorre quando enfrenta os movimentos sociais que buscam intervenções coletivas. Neste caso, “o Estado neoliberal é forçado, por conseguinte, a intervir, por vezes repressivamente, negando assim as próprias liberdades de que se supõe ser o garante” (HARVEY, 2014, p. 80). Um dos argumentos utilizados pelos teóricos neoliberais é o fato de ter havido um excesso de democracia e que os governos da maioria foram prejudiciais ao mercado.

Essa situação nos leva a abordar como o Estado neoliberal se posiciona em relação ao mercado de trabalho. Como já afirmado, ele se opõe a toda e qualquer forma de regulação que possa prejudicar ou dificultar a acumulação de capital. Nesse sentido, sindicatos ou movimentos coletivos de cunho socialista precisam ser disciplinados ou simplesmente destruídos “em nome da supostamente sacrossanta liberdade do trabalhador. *Flexibilidade* se torna o mantra dos mercados de trabalho” (HARVEY, 2014, p. 85, grifo do autor).

Portanto, pode-se afirmar que a queda da sindicalização nos países do capitalismo central teve origem em um movimento provocado pelas elites neoliberais. Não foi consequência de um processo interno do movimento sindical, fruto de uma “crise” interna ocasionada pela “burocratização” ou apenas decorrente do avanço tecnológico. É também uma decorrência direta da flexibilização das relações de trabalho, do processo de desindustrialização e da terceirização que precarizou profundamente o trabalho e provocou um desemprego estrutural.

Na sequência do trabalho, queremos examinar como essas ideias chegaram aos países da periferia do capitalismo. Em particular, investigar o contexto brasileiro dos anos 1990, a fim

de identificar se a “crise sindical” também decorre da ação dos grupos conservadores contra os trabalhadores.

Por outro lado, queremos destacar qual é o papel da democracia ou da sua ausência quando discutimos as reformas orientadas para o mercado. Neste sentido, seguimos tendo como parâmetro da nossa análise o conceito de “estrutura de oportunidades políticas”.

4.5 O contexto das reformas orientadas para o mercado no Brasil nos anos 1990

Antes de analisarmos mais detidamente o período da hegemonia do neoliberalismo no Brasil, é conveniente traçar algumas considerações sobre o período inaugurado a partir de 1930. Isso se faz necessário, pois a construção de políticas após 1985, teve como objetivo a desconstrução do Estado intervencionista (1930-1980), cuja fase derradeira foi o Nacional-Desenvolvimentismo Autoritário (1964-1985) (PINHO, 2019).

É fundamental destacar que até a chamada “Revolução de 30” (que tratamos no capítulo 1), as relações sociais no Brasil tinham como base a herança do período escravocrata, ou seja, o “coronel” era a pessoa mais importante de uma determinada região e cumpria o papel que deveria ser do Estado. Relação essa que se sustentava, como destaca Pinho (2019, p. 36), “num contexto de miséria, ignorância, dependência do povo (eleitorado rural) e ausência de cidadania”.

A historiografia aponta que a história do desenvolvimento econômico brasileiro, desde a conquista, foi construída a partir das relações de mandonismo e coronelismo e tinha no autoritarismo herdado do período escravocrata, o traço constituinte da sociabilidade (Schwarcz, 2019). Portanto, o desenvolvimento econômico brasileiro esteve sempre associado à exclusão das classes subalternas (leia-se populares) dos benefícios do desenvolvimento. A partir de 1930, os arranjos institucionais construídos pelo novo bloco no poder, até hoje, proporcionam controvérsias. Entre elas, se de fato foi uma “Revolução”.

Entretanto, com a “Revolução de 1930” o país passou a adotar uma série de novos regulamentos com vistas a fortalecer um outro segmento das elites e no qual se amplia o papel do Estado no processo de acumulação do capital (PINHO, 2019). Entre eles, destacamos a institucionalização dos sindicatos que, no início do século XX, já demonstravam o forte poder de organização dos trabalhadores como apontaram as várias mobilizações da época, entre elas a famosa greve geral de 1917.

Cabe destacar também que o Brasil teve, no período entre 1930-1980, um processo de desenvolvimento econômico no qual as taxas de crescimento foram sempre positivas, mas os

frutos do crescimento não alcançaram as classes subalternas. Isso está relacionado com o padrão de democracia que tivemos no país ao longo do século XX. Mais períodos autoritários do que democráticos, ou seja, um “pêndulo” (AVRITZER, 2019), que tinha um peso menor para a democracia.

Aqui neste ponto é necessário um destaque: períodos de liberdade de organização autônoma das classes populares podem ser identificados em três fases: antes de 1930, entre 1946-1964 e na curta experiência dos movimentos grevistas do final de 1970 e início de 1980 com as oposições sindicais e a partir do processo de redemocratização, em particular com a Constituição de 1988, que possibilitou uma desvinculação dos sindicatos do Ministério do Trabalho.

No Brasil, diferentemente da Europa, não se consolidou propriamente um Estado de bem-estar, como destaca Rolnik (2015, p. 266-267):

O chamado Estado desenvolvimentista do período pós-guerra, ao qual correspondeu a montagem de um sistema de bem-estar social na Europa, não teve um arranjo comparável no Brasil. Se a forte intervenção do Estado na economia foi uma característica comum em ambas as experiências, o impulso de modernização vivido no Brasil, entre o final dos anos 1960 e meados dos anos 1970, não foi além da concretização de um processo rápido de industrialização. A notória transformação do aparato produtivo não foi acompanhada por um crescimento generalizado dos salários, nem por qualquer evolução substancial no que diz respeito à garantia de direitos sociais pelo Estado.

Mesmo autores que adotam uma posição intermediária como Draibe e Riesco (2011), apesar de utilizarem o conceito de Estado de bem-estar no estudo que analisa a América Latina, destacam que aqui, na América Latina, houve um bem-estar parcial, pois as políticas adotadas pelos Estados foram diferentes entre si.

Os anos 1980, como bem nos lembra Adalberto Cardoso (2003), representaram um momento de grande importância para o movimento sindical e para a população brasileira. Foi nesse período que conquistamos a redemocratização, uma nova Constituição e o direito de escolher o presidente de forma livre e direta. No entanto, as forças conservadoras ao final desse período se rearticularam a fim de impor novamente sua hegemonia.

Carlos Pinho (2019, p. 17), assinala que o desenvolvimento capitalista ao longo do nacional-desenvolvimentismo de 1930-1980 foi marcado pela exclusão dos setores populares “dos projetos modernizantes levados a cabo por uma modalidade essencialmente capitalista de intervenção estatal”. Referindo-se especificamente ao período 1985-2002, o autor destaca que

o planejamento governamental enquanto estratégia de desenvolvimento foi atrofiado, em virtude da criação de diversos planos econômicos de estabilização da moeda para controlar a hiperinflação. Além disso a década de 1990 assinalou a submissão do Brasil à agenda do “Consenso de Washington”, isto é, privatização, abertura comercial, liberalização da conta de capital, crescente financeirização da economia, austeridade fiscal e ataque aos direitos dos trabalhadores (PINHO, 2019).

Da mesma forma, nos anos 1990, o autor argumenta que,

[...] as elites estatais adotaram o receituário neoliberal alicerçado em políticas de privatização do patrimônio público pelos circuitos do capitalismo mundial, bem como alavancaram a blindagem da burocracia econômica de viés pró-austeridade e fiscalista das pressões sociais. Além disso, cabem ser destacadas a ênfase na estabilização monetária em detrimento das políticas sociais, a promoção da desregulamentação financeira, a abertura comercial indiscriminada, o enfraquecimento das organizações sindicais enquanto canais de representação dos interesses das classes trabalhadoras e da barganha salarial (PINHO, 2019, p. 21).

Nos Termos de Sonia Fleury (2014), o resultado foi um movimento contraditório: por um lado, uma Constituição Federal de 1988 de caráter progressista e com políticas sociais universais; por outro lado, uma forte ideologia neoliberal vinda de fora e vaticinando a implementação de políticas macroeconômicas restritivas.

A mudança social engendrada pela Constituição Federal de 1988 não foi interrompida, tendo em vista a resiliência do SUS como exemplo, mas foi drasticamente limitada por um sistema tributário regressivo, pelo subfinanciamento das políticas públicas e pelas investidas neoliberais contra a proteção social (previdência, assistência) (FLEURY, 2014).

Entretanto, a emergência do neoliberalismo no Brasil nos anos 1990 não foi um processo linear. Ocorreu permeada por crises e a dificuldade de consolidar um “bloco no poder” (MARTUCELLI, 2012). Mesmo assim, destaca o autor, de uma maneira geral as teses neoliberais foram aceitas e tiveram adesão das classes dominantes brasileiras.

A apologia do mercado, a satanização do Estado, a defesa da livre iniciativa individual, a crítica dos “encargos” sociais (isto é, dos direitos sociais) eram ideias bastante veiculadas pelos aparatos de informação das frações burguesas. No entanto, quando analisamos a implementação da política neoliberal, é possível observar que a adesão das classes dominantes a essa política foi permeada por resistências (MARTUCELLI, 2012, p. 21, grifo do autor).

Mas as dificuldades de implantação do neoliberalismo também tiveram outros aspectos. Um deles, refere-se ao forte movimento sindical que emergiu com a crise do regime militar nos anos 1970. No final dessa década e durante os anos 1980, pode-se dizer que foi a década sindical: a fundação de organizações operárias de alcance nacional, como o PT (Partido dos Trabalhadores), em 1980, a CUT (Central Única dos Trabalhadores), em 1983, e o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), em 1984 cabe apontar, ainda, a campanha pelas eleições diretas em 1984, e a realização de uma Assembleia Nacional Constituinte (1987) que aprovou uma nova Constituição, em 1988, com importantes conquistas sociais contrárias às políticas neoliberais.

No entanto, diante da profunda crise econômica e do fracasso de planos que tinham o objetivo de controlar a inflação, na eleição presidencial de 1989 elegeu-se um candidato (*outsider*), Fernando Collor de Mello, comprometido com os princípios neoliberais em uma polarização com o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, vinculado às reformas sociais. As propostas de Collor eram signatárias do Estado mínimo e, com um discurso de caráter populista, culpou os servidores pela crise, acusando-os de “privilegiados” e conclamando os “descamisados” para uma “caça aos marajás” (MARTUCELLI, 2012).

Ainda segundo Martuscelli (2012), as propostas de Collor, diante da conjuntura de crise, obtiveram o apoio dos grandes empresários, dos meios de comunicação, bem como dos setores populares de baixa renda e de baixa escolaridade. “Ademais, durante o processo eleitoral, os representantes de duas importantes entidades da burguesia brasileira, a FEBRABAN e a FIESP, não hesitaram em declarar apoio às assim chamadas *reformas orientadas para o mercado* [...]” (MARTUCELLI, 2012, p. 25, grifo do autor).

Com a vitória do neoliberalismo, elementos que já vinham sendo implantados nas relações de trabalho ganharam maior celeridade. Assim, a reestruturação das empresas visando obter mais lucros com a exploração do trabalho e, ao mesmo tempo, fazer frente a um sindicalismo que, com as greves do período de 1980, ganhou relevância e poder de impor derrotas ao capital, tornou-se uma necessidade para este. Era preciso um governo que implementasse medidas antissindicais, favorecesse uma maior acumulação aos capitalistas e acelerasse a reestruturação produtiva.

Pinho (2019) nos mostra que entre os dois governos dos anos 1990, houve complementariedade. O primeiro “aventureiro” foi que deu início às “reformas” e o segundo ampliou e consolidou. O Governo Collor em seu “primeiro dia de governo [...] ignorando o Congresso [...] anunciou 22 medidas provisórias no âmbito do *Plano Brasil Novo*” (PINHO, 2019, p. 190 – grifo do autor). O autor mostra também, a profunda contradição no discurso

liberalizante dos anos 1990, principalmente em relação ao papel do Estado. Segundo Pinho (2019, p.190) “o Estado foi enfraquecido para implementar políticas sociais, mas foi progressivamente fortalecido em suas regulações para levar a cabo medidas de teor liberalizantes”. Este é o contexto no qual se acelera o processo de reestruturação produtiva no Brasil.

Como destaca Ricardo Antunes (2018, p. 118), a reestruturação produtiva no Brasil correspondeu a três principais causas:

[...] 1) das imposições das empresas transnacionais que levaram à adoção por parte de suas subsidiárias, no Brasil, de novos padrões produtivos em maior ou menor medida inspirados no Toyotismo e nas formas flexíveis de acumulação; 2) da necessidade de as empresas brasileiras se adequarem à nova fase marcada por forte “competitividade internacional”; 3) da reorganização efetivada pelas empresas brasileiras que tiveram de responder ao avanço das lutas sindicais e das formas de confronto realizadas pelo “novo sindicalismo”, a partir das históricas greves da região industrial do ABC e da cidade de São Paulo, em 1978.

Entretanto, a vitória do neoliberalismo e sua implantação no Brasil provocou profundas alterações nas relações entre as classes sociais. Isso ocorreu em razão da desmontagem que as políticas neoliberais fizeram dos reduzidos direitos sociais alcançados pelos trabalhadores durante o nacional-desenvolvimentismo.

O sindicalismo, que havia estado na ofensiva desde o fim dos anos 1970, foi duramente impactado pelas medidas adotadas a partir dos anos 1990. Desregulamentação, flexibilização, terceirização, privatizações e desindustrialização, provocaram um expressivo aumento do desemprego e da informalidade e colocaram o sindicalismo contra a parede. Uma das vias adotadas pelos sindicatos foi recorrer mais aos processos de negociação e menos ao confronto com o governo por meio de greves, principalmente após a derrota imposta pelo governo de Fernando Henrique Cardoso à greve dos petroleiros em 1995. Na ocasião, o governo usou inclusive da intervenção do Exército nas refinarias para desacreditar o movimento. Além disso, demitiu importantes líderes sindicais, muitos deles da linha de frente do sindicalismo vinculado à CUT.

Segundo Cardoso Jr. (2001), podemos fazer um breve resumo da política neoliberal dos anos 1990. Para o autor a década de 1980 iniciou, ainda que de forma contraditória, o desmonte da indústria brasileira, mas os anos 1990 “foi palco da segunda fase da trajetória brasileira de

regressão industrial (CARDOSO Jr., 2001, p. 35), ou seja foi o colapso da estratégia de crescimento industrial que vigou no país entre 1930-1980.

Dessa forma o processo de desregulação do mercado de trabalho brasileiro dos anos 1990, ocorreu, segundo Cardoso Jr., no âmbito do aprofundamento da crise econômica mais geral que já vinha assolando as economias periféricas como um todo.

[...]à *desestruturação do mercado de trabalho* que se intensifica nos anos 90, é posta em marcha o processo de *desregulamentação do mercado de trabalho*, que vem como parte integrante e indissociável de uma ampla agenda de reformas ditas *estruturais* por seus formuladores, das quais a reforma do Estado é uma das mais importantes (CARDOSO Jr., 2001, p.35 – destaques do autor).

Para Cardoso Jr. (2001), se por um lado, o Plano Real alcançou a estabilização da inflação, por outro provocou a estagnação econômica com consequências deletérias para o mercado de trabalho e as transformações econômicas com a abertura externa promovida pelos governos dos anos 1990 foram responsáveis pelo aumento do trabalho sem carteira, autônomo e com baixa remuneração. Ainda segundo o autor, nos anos 1990, cerca de 60% das ocupações eram informais, bem como o nível de desemprego mais que dobrou em relação à década anterior fator gerador de uma precarização ainda maior do trabalho. O autor destaca que a desregulamentação do mercado de trabalho foi feita através de medidas provisórias, emendas constitucionais, portarias e decretos que enfrentaram pouca resistência política em sua implementação, ou seja, esta constatação demonstra que o período de governo de FHC teve aspectos autoritários, no qual o diálogo não foi a regra como em uma democracia. É algo muito semelhante a períodos como na República Velha (1889-1930) onde as questões sociais eram resolvidas como caso de polícia.

Neste sentido, torna-se fundamental escrutinar a relação entre democracia, sindicalismo e participação política a fim de verificar qual é a possibilidade de atuação dos movimentos organizados em períodos de ausência de democracia. É o que faremos no item seguinte.

4.6 Sindicalismo e democracia

Em um trabalho recente, Leonardo Avritzer (2019, p. 16) nos mostrou que, no Brasil, existe um “movimento pendular que alinha forças antidemocráticas ou protodemocráticas em

determinadas conjunturas”. Segundo o autor, o “pêndulo da democracia” é uma oscilação entre períodos históricos democráticos e períodos antidemocráticos.

Essa linha de pensamento nos possibilita definir *mutatis mutandis* o movimento dos trabalhadores na história do nosso país. Períodos de avanço das conquistas sindicais nos quais o movimento está em franca ascensão, impondo pautas às elites empresariais, como no pós-1946 e no pós-ditadura civil-militar de 1964, mais precisamente no período entre meados de 1970 e final dos anos 1980. E períodos de resistência, como durante o governo autoritário de Getúlio Vargas, a ditadura civil-militar de 1964 e aquele que se iniciou nos anos 1990 e perdurou até 2002; e, ainda, o atual, que se iniciou com o golpe jurídico-parlamentar em 2016 (SANTOS, 2017) e se mantém até o momento. E como destacamos acima, o Governo Fernando Henrique Cardoso, mesmo sendo um democrata e tendo sido eleito através de um processo eleitoral com participação da população, fez uso de recursos autoritários para reprimir trabalhadores em greve. Aqui, cabe destacar que o direito de greve está previsto na Constituição de 1988, no entanto, os conservadores conseguiram aprovar legislação na qual a greve pode ser considerada abusiva e desta forma justifica o uso da força contra os trabalhadores.

Esses períodos diferentes estão ligados à democracia, ou seja, mais democracia ou menos democracia também influencia a atuação do movimento sindical. Quando o sindicalismo obteve expressivas conquistas, nos anos 1940 até 1964, as elites trataram, primeiro, de colocar o partido que representava a classe na clandestinidade e, depois, diante da luta por reformas, optou pelo golpe, pela perseguição e pelo fechamento de entidades sindicais e populares.

Quando os trabalhadores se reorganizaram, com suas greves e a construção de um novo partido e de uma Central independente, em meados de 1970 e 1980, foi necessário lançar mão, novamente, de expedientes autoritários¹¹ para frear o progresso da organização sindical. Nessa última, os conservadores utilizaram novas ferramentas: além da criminalização das greves, como no caso dos petroleiros em 1995, com a intervenção do Exército e a demissão dos principais dirigentes, o desemprego e a precarização do trabalho foram as saídas encontradas pelos novos liberais que assumiram o Estado no Brasil, a partir do final dos anos 1980. Cabe destacar ainda a criação de uma Central sindical para a defesa das políticas neoliberais – a Força Sindical.

Desde o princípio deste trabalho, mencionamos a questão da democracia. E foi possível verificar que as classes dominantes sempre tiveram um comportamento no qual questionaram

¹¹ É importante destacar que democracia não é apenas o direito de votar. É o direito de se expressar e se organizar.

os princípios democráticos, inclusive aqueles defendidos pela perspectiva liberal. Assim, vamos examinar a relação entre democracia e sindicalismo no contexto do neoliberalismo.

Já mencionamos anteriormente que o capitalismo tem dificuldade de conviver com a democracia. Streeck (2012, p. 36) destaca que,

Já no século XIX e em boa parte do século XX, a burguesia e a direita política manifestavam temores de que a “regra da maioria”, implicando, inevitavelmente, o predomínio dos pobres sobre os ricos, acabaria por extinguir a propriedade privada e os mercados livres. A classe trabalhadora ascendente e a esquerda política, por sua vez, advertiam que os capitalistas poderiam se aliar às forças reacionárias para abolir a democracia com o intuito de se protegerem de ser governados por uma maioria permanente empenhada na redistribuição econômica e social.

Quando examinamos a historiografia brasileira do século XX, observamos, como destaca Avritzer (2019), que a democracia foi sacrificada em vários períodos exatamente pela possibilidade de que reformas sociais pudessem contemplar os mais pobres.

A teoria liberal sobre a democracia defende que esta deve proporcionar direitos plenos de organização individual e coletiva, bem como garantir o direito de contestação (DAHL, 1997). Defende que os cidadãos devem ser tratados em igualdade de condições, que os governos devem ter “responsividade” e garantir direitos essenciais. No entanto, a participação do cidadão deve limitar-se ao processo de eleições e o Estado é concebido como um poder autônomo e neutro, o que evidencia que nenhuma classe tem domínio sobre as outras. Em outras palavras, na sociedade capitalista liberal, a democracia é entendida como a realização do bem comum e a garantia da liberdade individual. O indivíduo é o centro dessa concepção e a ele deve ser assegurado o direito de competição e de definir livremente suas iniciativas *de acordo com sua competência*. Tais condições teriam sido alcançadas nas economias avançadas do ocidente.

Tal pressuposto originou-se a partir das relações econômicas e se irradiou para outras esferas da sociedade, incluindo os partidos políticos. Dessa forma, a ideia de competência técnica passou a ser estendida aos “políticos profissionais”, seja no âmbito do Legislativo, seja no Executivo (CHAUÍ, 2020). Não por acaso na mídia e no senso comum, existe a expressão “classe política” para designar aqueles que são detentores de cargos políticos. Segundo Marilena Chauí (2020, p. 44),

A democracia é assim, reduzida a um regime político eficaz, baseado na ideia de cidadania organizada em partidos políticos, e se manifesta no processo eleitoral de escolha de representantes, na rotatividade dos governantes e nas soluções técnicas para os problemas econômicos e sociais.

Para essa perspectiva, a democracia é o equivalente a eleições. Mas é preciso contrapor tal ideia, pois a democracia não se esgota no processo eleitoral. Ela permite que ideias divergentes possam se manifestar livremente. Pressupõe a existência de direitos e a condição de lutar por eles. “*É esse o cerne da democracia: a criação de direitos*” (CHAUÍ, 2020, p. 45, grifo da autora). Nesse sentido, completa Chauí, um direito difere da necessidade, do interesse ou da carência porque estes são particulares, enquanto um direito é “geral e universal, ou seja, porque é válido para todos os indivíduos, grupos e classes sociais, [...] porque é universalmente reconhecido como válido para um grupo social” (CHAUÍ, 2020, p. 45).

Dizemos, então que uma sociedade – e não um simples regime de governo – é democrática quando, além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da república, distinção entre o público e o privado, respeito à vontade da maioria e das minorias, institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando institui *direitos* e que essa instituição é uma criação social, de tal maneira que a atividade democrática social realiza-se como um poder social que determina, dirige, controla e modifica a ação estatal e o poder dos governantes (CHAUÍ, 2020, p. 45-46 – grifo da autora) .

Dessa forma, direitos definem democracia, na opinião da autora. E assim, também, possibilitam a criação dos direitos sociais, como trabalho, moradia, saúde, direitos das mulheres, dos negros, dos idosos, direito de associação, como os sindicatos. Ou seja, a sociedade democrática é que possibilita a instituição dos direitos e a luta por outros novos.

No entanto, no capitalismo existem muitos entraves para a democracia pois, se no capitalismo regulado pelo Estado houve avanços obtidos pelas lutas sociais, a partir do neoliberalismo o que se observa é um profundo ataque e destruição dos direitos dos trabalhadores com as reformas orientadas para o mercado, como enxugamento do Estado, desregulamentação econômica, ataque às organizações sociais, privatizações etc. Segundo Marilena Chauí (2020, p. 48) a privatização

[...] não se refere apenas às empresas e ao afastamento do Estado nas decisões econômicas, mas se refere sobretudo ao abandono dos investimentos dos fundos públicos nos serviços e direitos sociais, que passam a depender das leis do mercado (privatização da educação, da saúde, dos transportes, da habitação, da cultura etc.)

Dessa forma, o que se observa é o fato de que a democracia liberal se realiza para uma parcela da sociedade. Aquela que historicamente reservou para si os benefícios do desenvolvimento e da proteção do Estado. Esse segmento, ao privatizar os direitos, exclui a maioria da população e, para manter os privilégios, utiliza-se de diferentes expedientes ao longo da história brasileira, como bem destaca Lilia Schwarcz (2019) com o mandonismo, o patriarcalismo etc.

Portanto, pode-se afirmar que o neoliberalismo não combina com democracia, pois, desde o momento em que se tornou hegemônico na sociedade brasileira, nos anos 1990, passou a desfazer o frágil arranjo constitucional que beneficiava parcela da população, aquela que mais necessita do Estado. Mais ainda, ao eleger como seu inimigo principal os trabalhadores, tem ao longo dos últimos anos destruído as pequenas conquistas obtidas pela classe trabalhadora – os direitos do “Estado de bem-estar”. A introdução da terceirização e a precarização do trabalho provocaram profunda modificação na classe trabalhadora e atingiram suas organizações, os sindicatos.

4.7 A resposta dos trabalhadores

Destacamos na introdução deste capítulo que a ideologia neoliberal se propõe a combater o sindicalismo organizado. Todas as ações tanto no plano internacional como no Brasil tiveram e têm esse objetivo. Por essa razão escrutinamos esse pensamento.

Como apontamos acima, diante do aprofundamento da crise estrutural do capital, este fez investimentos científicos em busca de tecnologias mais avançadas para reestruturar a economia. No entanto, foi necessário aprofundar para além da questão tecnológica. Era preciso redimensionar a sociedade. Enfrentar os diferentes problemas do capital entre eles o sindicalismo que, no Brasil, após a fim do autoritarismo reemergiu disposto a resgatar direitos subtraídos pelo regime militar que iniciou em 1964 e que, na época, defendeu a intervenção antidemocrática para evitar “uma república sindicalista”.

Se durante a década de 1980 o sindicalismo alcançou notória visibilidade organizativa, impondo uma pauta trabalhista de recuperação de direitos, na década de 1990 este mesmo

sindicalismo enfrentou a rearticulação das elites que, amparadas na ideologia política e econômica do neoliberalismo, impuseram importantes derrotas aos trabalhadores e suas organizações. Destacamos que a reestruturação produtiva, que tratamos acima, teve como consequências a desindustrialização, estagnação econômica, destruição de milhões de postos de trabalho (CARDOSO, 2003) tanto no setor privado como no setor público, entre outros. (O **gráfico 3** mostra a relação entre as taxas de desemprego e o número de greves nos anos 1990). Foram aspectos que atingiram fortemente as organizações sindicais que, se antes lutavam por melhorias salariais, se viram na situação de defenderem empregos. Faremos um retrospecto do principal repertório de ação coletiva dos trabalhadores – a greve – a fim demonstrar o quanto as políticas dos governos neoliberais da década de 1990 foram desestruturadoras para o sindicalismo.

Segundo Noronha (2009), o ciclo de greves que inicia em 1978 até o início de 1990 foi excepcional e sem precedentes na história e está entre os maiores em níveis de paralisações da história dos países ocidentais. Destaca o autor que, uma série de fatores corroboraram para esse ciclo entre eles o processo de transição para a democracia. O autor faz uma periodização do período assinalando três fases típicas de um ciclo. Cada uma fase coincide com mudanças econômicas e políticas.

A primeira (1978-1984), ascendente, durante o período militar de liberalização e de constituição de um sindicalismo grevista [...]; a segunda, de expansão do movimento grevista durante os governos Sarney (1985-1989) e Collor (1990-1992), quando a transição se completa com a Constituinte de 1987-1988 [...]; e a terceira, do declínio, durante os governos Itamar (1993-1994) e o primeiro FHC (1995-1998), com a democracia consolidada e o modelo desenvolvimentista superado” (NORONHA, 2009, p. 128).

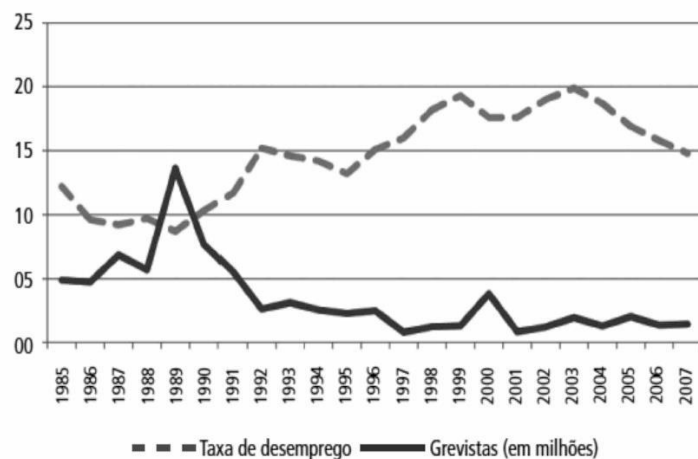
A primeira fase foi de confronto, entre 1985 e 1992 acontece o auge do ciclo e a partir do governo Sarney “consolidou-se um novo padrão de relações entre empregados e empregadores no Brasil e abriu-se o caminho para a disseminação da negociação e a redução do poder discricionário dos empregadores” (NORONHA, 2009, p. 133).

As greves somente terão um arrefecimento a partir do governo FHC (1995-1998) e as razões podem ser creditadas aos seguintes aspectos: o plano real que controlou a inflação, o aumento do desemprego com as demissões de servidores públicos e do setor privado com a abertura da economia que gerou fusões e fechamento de empresas e que, segundo Noronha (2009) em 1992 passou de 11,7% para 15,2% na Grande São Paulo com crescimento linear

chegando a 16,6% em dezembro de 1997. O tema da perda do emprego fez com que o trabalhador passasse a se submeter às exigências do empresariado no sentido aceitar a diminuição de seus direitos trabalhistas.

Outro aspecto que citamos acima foi a violenta repressão desencadeada na greve dos petroleiros em 1995 na qual o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso lançou mão de todos os recursos para derrotá-la, inclusive o exército. Não somente os petroleiros estavam em mobilização grevista naquele momento. Havia outras categorias, as quais as empresas, orientadas pelo governo estavam descumprindo importantes cláusulas de acordos coletivos já negociados, como por exemplo, eletricitários, telefônicos, servidores da educação, previdenciários e outros (MARTINS e RODRIGUES, 1999). Após a derrota dos petroleiros o governo e os empresários assumiram o protagonismo e como estava determinado a levar a frente o processo de desregulação da economia era preciso “quebrar a espinha dorsal” do sindicalismo.

Gráfico 3: Relação entre taxa de desemprego e o número de grevistas na década de 1990



Fonte: NORONHA, 2009, p. 155

A década de 1990, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso obrigou o sindicalismo a repensar as estratégias de luta. Buscar formas alternativas de defender os trabalhadores do feroz ataque das elites empresariais e do Estado contra a classe trabalhadora. O capital levou os sindicatos à defensiva. Como destacou Cardoso (2003), tanto as alterações no ambiente ideológico como a ampliação do desemprego através das mudanças no mercado de trabalho, “reduziram margens de manobra dos sindicatos, lançando-os a uma encruzilhada sem precedentes na história brasileira” (CARDOSO, 2003, p. 27). Criou-se um paradoxo para o sindicalismo progressista, de um lado agir de forma mais flexível no relacionamento

capital/trabalho e, de outro, procurar manter a perspectiva do confronto. A greve não foi abandonada porém, ela deixou de ter lugar privilegiado.

Entretanto, estes fatores não querem dizer que o sindicalismo não teve atuação nos anos 1990. O que confunde grande parte dos estudiosos é o fato de que como destacou Noronha (2009), o ciclo de greves do período 1978 até o início de 1990 foi excepcional e sem precedentes na história, estando entre os maiores em níveis de paralisações entre os países ocidentais.

Já Araújo (2007), argumenta que o movimento deflagrado na década de 1970 e aprofundado nos anos 1980, credenciou os sindicatos como legítimos interlocutores da classe trabalhadora junto ao Estado e aos empresários possibilitando a conquista de espaço político na sociedade. Dessa forma, com a conquista da democracia o sindicalismo também pode agir no sentido da concertação combinado com o confronto.

No entanto, em 1996 as três principais centrais sindicais (CUT, CGT e Força Sindical) convocaram em conjunto uma greve geral que tinha como bandeiras mais empregos e por reformas, mas não aquelas defendidas pelos empresários. Porém a greve não teve a adesão esperada.

Outro exemplo de que o sindicalismo progressista não havia trocado o confronto por uma postura exclusiva baseada na negociação ocorreu em 1999, quando a CUT e Força Sindical aprovaram uma pauta conjunta para os metalúrgicos e iniciaram o que ficou conhecido como o “festival de greves”. Uma ação sindical que ocorria todas as quintas feiras do mês de outubro uma semana em cada Estado iniciando pelo Rio de Janeiro. O objetivo era parar as montadoras dos estados uma vez por semana. Essa ação fez com que as montadoras abrissem canais de negociação para a reposição salarial. A ação foi bem-sucedida.

Mesmo assim era preciso ampliar os repertórios de ação afim de buscar alternativas para o crescimento de desemprego e a crise econômica que colocava em risco o fechamento de empresas. Foi o que fez, por exemplo, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista que, com o capital político adquirido desde a redemocratização somado ao fato de que prefeituras da região estavam sob administração do Partido dos Trabalhadores, o sindicato traçou estratégias para enfrentar a crise.

Ramalho e Rodrigues (2010) fizeram um estudo dessas estratégias. Segundo os autores, a região, uma das mais importantes na produção automotiva, foi também a mais atingida pelo processo de reestruturação produtiva na década de 1990. Essa reestruturação resultou “no fechamento de fábricas, no aumento do desemprego e no deslocamento de investimentos produtivos para outras localidades [...]” (RAMALHO e RODRIGUES, 2010, p. 1). Quando uma empresa do porte de uma montadora se desloca de um local para outro, as consequências

não são apenas para os empregados, mas também para o conjunto da economia daquela localidade que se constituiu em torno dela.

Nesse contexto o sindicato do ABC, juntamente com os prefeitos, propôs aos empresários alternativas para, não só a permanência de empresas, como também a garantia de empregos. O sindicato passou a cobrar das empresas maior compromisso com a região e dessa forma em 1997 foi criado um espaço de negociação regional que foi a Câmara Regional do ABC que passou a estudar e propor alternativas econômicas visando, principalmente, a questão da empregabilidade. Portanto, tais iniciativas sindicais apontam para a compreensão de que o papel do sindicato não é apenas de confronto aberto, mas também de propor alternativas para defender os trabalhadores e os outros setores da sociedade.

4.8 Conclusão

Ao concluirmos o presente capítulo, queremos destacar que abordamos ao longo do texto elementos que, a partir da crise econômica do capitalismo dos anos 1970, deram início a um duro ataque às conquistas sociais dos trabalhadores e suas organizações com a reestruturação produtiva e a flexibilização das relações trabalhistas. Ataque esse que perdura até os dias atuais. Basta ver as justificativas do capital para retirar mais direitos, inclusive constitucionais, de que é preciso modernizar a legislação trabalhista e que a Constituição aprovada em 1988 já nasceu ultrapassada ou que não cabe no Brasil, segundo os defensores do neoliberalismo.

No caso, aqui, modernizar significa precarizar, retirar direitos e transformar os trabalhadores em escravos, pois esta não é uma novidade nas posições das elites. Como demonstramos acima, com base nas obras de Schwarcz (2019) e Cardoso (2019), as elites brasileiras sempre tiveram uma postura escravocrata, na qual o trabalho era sinônimo de tarefa das classes inferiores. É uma lógica perversa construída ao longo de nossa história, na qual o trabalho era considerado atividade inferior.

Procuramos escrutinar as políticas neoliberais a fim de verificar até que ponto estas tiveram impactos na classe trabalhadora e suas organizações. Verificamos que, a partir das reformas orientadas para o mercado – neoliberalismo - assistimos ao início do ataque a todas as poucas conquistas dos trabalhadores e de suas organizações sindicais.

Da mesma forma que nos países do capitalismo central, os neoliberais brasileiros colocaram como um de seus objetivos principais enfrentar o poder sindical, com vistas a facilitar a desregulação do Estado. A razão principal para esse movimento reacionário tem a

ver com o fato de que na década de 1980, o movimento sindical além de liderar a luta pela redemocratização, impôs ao patronato uma agenda que fez avançar as conquistas sociais que, em 1988, se materializaram na Constituição.

No entanto, com os governos Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995-2002), as políticas neoliberais colocaram o *novo sindicalismo* na defensiva. A chamada reestruturação produtiva, como destacou Behring (2008), foi a utilização de tecnologias poupadoras de mão de obra que provocaram dois movimentos: o desemprego e a fragmentação e heterogeneização da classe trabalhadora. Cabe acrescentar que tais políticas são responsáveis pelo processo de desindustrialização e pela reprimarização da economia nacional em uma inserção na nova divisão internacional do trabalho de forma passiva e subordinada ao capital internacional.

Ao promoverem a destruição da economia brasileira através da desindustrialização que demonstramos acima, seguindo Cardoso Jr. (2001), e patrocinarem a ampliação do desemprego e da exclusão social, os governos da “década neoliberal” se tornaram “gestores da miséria”, pois, ao destruírem os empregos formais e ampliarem o emprego precário, criaram programas sociais compensatórios de auxílios que mantêm a população vulnerável na linha de pobreza. Além disso, desenvolveram a ideologia do empreendedorismo, rapidamente adotada pela classe média, com base no “Darwinismo social” em que os mais preparados vencem com o mérito individual.

No entanto, apesar da flexibilização da legislação trabalhista e do ataque aos sindicatos, é importante destacar que o Governo FHC, não conseguiu o desmonte pretendido da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) nem a completa desconstitucionalização de todos os direitos sociais. As “reformas”, ainda que prejudiciais aos trabalhadores, mantiveram, tanto na Constituição como na CLT, direitos fundamentais que somente foram retirados após o golpe jurídico-parlamentar de 2016.

Vimos também que o neoliberalismo, para concretizar suas propostas, flerta com o autoritarismo, com as ideias do preconceito racial e de gênero e com isso, angariou o apoio das igrejas pentecostais e outras que, historicamente, são os baluartes do preconceito na sociedade brasileira. A democracia, mesmo a liberal, não faz parte da plataforma política do neoliberalismo, pois, como vimos, seu primeiro experimento foi com uma ditadura militar no Chile.

Esses elementos que apontamos acima são importantes para compreendermos o que vem ocorrendo com a classe trabalhadora brasileira e suas organizações a partir de 1990. Importante também para verificarmos em nossa pesquisa como as políticas neoliberais que atacaram os

direitos sociais, as organizações sindicais e a democracia impactaram e reorientaram as conclusões sobre a “crise sindical”.

Entretanto, cabe destacar dois pontos relevantes que abordamos no presente capítulo. Houve por parte dos dois governos neoliberais um profundo ataque aos direitos dos trabalhadores e dos servidores públicos em particular, mas apesar disso não conseguiram acabar com pontos fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Por outro lado, ficou claro, a partir do trabalho de Chauí (2020) que estes governos, mesmo eleitos sob a democracia liberal, utilizaram-se de expedientes autoritários e sem diálogo com a sociedade para a implementação de suas políticas. Basta ver que o Governo de Fernando Henrique Cardoso governou com a utilização de medidas provisórias, que substituíram os decretos leis do período militar. Pessanha (2002) nos mostra em números as Medidas Provisórias aprovadas pelos governos pós-ditadura: José Sarney (1985-1990) 96 MPs; Fernando Collor (1990-1992) 74 MPs; Itamar Franco (1992-1995) 71 MPs e o Governo de Fernando Henrique Cardoso emitiu 228 Medidas Provisórias (PESSANHA, 2002, p. 194).

Por último, destacamos que diante da ofensiva do capital contra o sindicalismo, este procurou refazer suas estratégias de ação combinando ação de confronto com a interação com o Estado e outros movimentos sociais. Utilizando seu capital político acumulado ao longo das lutas que travou durante o século XX, em especial entre os anos 1970 e 1980, foi capaz de formular propostas para proteger os trabalhadores de desemprego, como foi o caso que destacamos do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, bem como quando os metalúrgicos brasileiros promoveram uma ação de confronto como exemplificamos com o “festival de greves”.

Não é possível, diante do exposto, que se façam análises das dificuldades que o sindicalismo enfrenta apenas sob a ótica dos problemas endógenos dessas entidades. É necessário considerar as relações e a luta de classes para uma melhor abordagem. É o que pretendemos na sequência do nosso trabalho. É preciso examinar a atuação sindical com base em um estudo elástico e não que apenas conjuntural. As ciências sociais necessitam de observar as pesquisas que são realizadas pela historiografia. A não observância deste aspecto pode condenar nossas pesquisas a um problema que a chamada crise sindical tem demonstrado: em uma década, dependendo da visão político-ideológica do pesquisador, pode-se afirmar que existe uma crise e em outra, o mesmo pesquisador fazer a pergunta: “o sindicalismo deixou a crise para trás?”

Portanto, precisamos ter a “vigilância, para usar um termo de Bourdieu, a fim de não cometermos o erro de analisar o objeto apenas de forma conjuntural. É necessário colocá-lo

numa perspectiva histórica, caso contrário, nossas conclusões serão também conjunturais, da mesma maneira que as conclusões daqueles que “profeticamente” declararam o fim da história e do socialismo.

Nas ciências sociais, as interpretações estão diretamente vinculadas com as escolhas teóricas (e políticas) dos pesquisadores. Assim foi, por exemplo, na década de 1970/80, na qual o *mainstream* da época, considerava o sindicalismo dos anos anteriores “populista” e vinculado ao governo. Nós apresentamos outra interpretação com base nos estudos renovadores dos anos 1990/2000. Estudos que levam em conta ciclos de protestos e estruturas de oportunidades políticas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria do confronto político procura entender o que faz as pessoas se mobilizarem em ações coletivas e como se mantém a unidade de um determinado grupo que desafia o oponente, seja o Estado ou outro grupo organizado. A fim de alcançar um entendimento, segundo os pressupostos da teoria, é necessário reconstruir o contexto político levando em conta os aspectos históricos na investigação. Como destaca Silva (2018)

A ação coletiva não é construída da mesma forma que se constrói um automóvel, neste o encaixe das peças em seus devidos lugares é suficiente para construí-lo. A construção de uma ação coletiva não segue um manual que oriente o encaixe de suas peças, sua construção é dinâmica e muito frequentemente, imprevisível, pois fatores e atores estão constantemente se transformando no processo de interação que envolve a ação coletiva (SILVA, 2018, p. 62-63).

É o que procuramos ressaltar neste trabalho. A ação coletiva não é algo estático que se mantém sem transformações ao longo da história. Ela é permeada por diferentes interesses, inclusive dentro de um mesmo grupo. Ou como destaca o autor mais a frente, na ação coletiva “nenhum dos lados tem interesse homogêneo, mas em alguns momentos do conflito é possível que os interesses de cada lado se sincronizem e formem uma unidade, mesmo que seja provisória” (Silva, 2018, p. 63). É também a possibilidade que um dos lados contenciosos ganhem aliados dissidentes do campo oponente criando oportunidade política para a ação coletiva se ampliar.

Assim, destacamos, neste trabalho, três momentos em que houve o fortalecimento de um lado a partir da dissidência de setores da elite que se aliaram aos trabalhadores na contestação de situações de crise econômica e política. Primeiro, no período 1951-1964 com a aliança entre os trabalhistas que apoiavam Getúlio e João Goulart com os sindicalistas de esquerda ligados ao PCB; segundo, no processo de redemocratização pós ditadura militar, quando setores que apoiaram o regime se aliaram aos movimentos sociais exigindo a democratização a partir de meados dos anos 1970; e, terceiro, nas ações do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista para enfrentar a crise dos anos 1990, quando atuou conjuntamente com o Estado e os empregadores no sentido de garantir empregos como exemplifica no caso da demissão de 2.800 funcionários da Ford em 1999.

Neste último caso que citamos, no entanto, as ações de confronto não foram abandonadas pelo sindicato, pois concomitante às ações de interação, o sindicato participou do chamado “festival de greves” onde em cada semana um Estado promovia paralisações e manifestações nas montadoras visando a recomposição salarial. Ou seja, se não era possível a convocação de greves como as verificadas nos anos 1980, o sindicalismo adaptou-as, ou como se refere a teoria do confronto político escolheu o repertório que melhor respondia naquele momento conjuntural.

Um outro elemento que trouxemos para nosso estudo foi a questão da relação entre a atuação sindical e a democracia ao destacarmos que em períodos autoritários a ação sindical é pressionada pelo uso da força do Estado como mostramos em relação à ditadura do Estado Novo e no pós-1964 com o golpe civil-militar. Nestes dois momentos da história brasileira o movimento sindical foi duramente reprimido e impedido de atuar abertamente.

Além disso, também abordamos que mesmo nos períodos nos quais houve eleições e a chamada democracia liberal, primeiro durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e mais recentemente durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a força repressiva também foi utilizada contra o sindicalismo. O exemplo que citamos foi o episódio da greve dos petroleiros em 1995.

Por outro lado, mencionamos que foi nos períodos democráticos ou de democratização que surgiram as oportunidades para a ação coletiva não apenas para o sindicalismo, mas também para os demais movimentos sociais. Foi assim no período 1954-1964, quando o sindicalismo e os movimentos sociais organizados defenderam a pauta das reformas de base, mobilizando os trabalhadores e a sociedade, fato que levou as forças contrárias a desfecharem o golpe de 1964 e, com a crise do regime a partir de meados dos anos 1970 com uma conjunção de fatores que propiciaram uma nova oportunidade de ação coletiva.

É neste sentido que, retomando as considerações que destacamos na introdução, as quais identificam uma crise no ou do movimento sindical nos anos 1990, é que colocamos nosso questionamento que minimiza em muito tal conclusão. A dicotomia defendida pelos teóricos da crise sindical que antes identificavam uma ruptura entre um “velho” e um “novo” sindicalismo precisa ser superada. É nesse sentido que, ao afirmarmos que o *novo sindicalismo* não foi um “raio em um céu azul”, queremos destacar que o sindicalismo não tem um ontem e um hoje. Ele tem uma história como demonstramos no capítulo 1 desse trabalho. Ele não iniciou em 1978 e não acabará sem que com ele acabe o capitalismo. **Se ele estava invisibilizado, decorre de uma posição política do pesquisador.**

Quanto à alegação de que ele foi “domesticado” quando comparado aos anos 1980, é preciso esclarecer que naquele período a luta era pela democracia e, conquistada, a luta é na democracia. E a luta na democracia precisa reconhecer a existência do oponente e, se necessário, com ele dialogar e esgotado a possibilidade de entendimento utilizar entre os repertórios disponíveis, aquele que melhor se adequar à conjuntura.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra e TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 57, nº2, 2014, p. 325-357.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **O privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ALVES, Juliana M. Trabalho e trabalhadores no segundo Governo Vargas: as greves como um “antidireito” (1951-1954). **Revista de História**, São Paulo, n.172, jan.-jun., 2015, p.367-396.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. O sindicalismo brasileiro na encruzilhada: desafios e mudanças recentes. **Revista Trabajo**, ano3, n.4, janeiro-junho de 2007, México, p. 217-250.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.

BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa e MILANI, Ana Maria. Crise e globalização no capitalismo contemporâneo: alguns aspectos do debate em torno dos conceitos de Estado-nação, Império e Imperialismo. *NEC/UFBA*, 12/07/2018. Disponível em: [Crise e globalização no capitalismo contemporâneo: alguns aspectos do debate em torno dos conceitos de Estado-nação, Império e Imperialismo | NEC – Núcleo de Estudos Conjunturais \(ufba.br\)](#)

BOITO Jr., Armando e MARCELINO, Paula. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. *Cadernos do CRH*, Salvador, v.23, n.59, p. 323-338, Mai./Ago. 2010.

BRIDI, Maria Aparecida. As várias manifestações de crises no sindicalismo e a crítica ao pensamento generalizante de crise. In: ARAÚJO, S. M; BRIDI, M. A.; FERRAZ, M. (Orgs.) **O sindicalismo equilibrista. Entre o continuísmo e novas práticas**. Curitiba: UFPR/SCHLA 2006.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2003.

_____. **Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro**. Cadernos do CRH, Salvador, v.28, n.75, p. 493-510, Set./Dez. 2015.

_____. Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 80, p. 71-88, mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n80/a06n80.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

_____. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Amazon, Rio de Janeiro, 2019.

CARDOSO Jr., J.. Crise e desregulação do trabalho no Brasil. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 13 (2), 2001. p. 31-59.
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/YTk4tdZv6vnkRHVpYz5DpbN/?lang=pt>

CARONE, Edgar. **O movimento operário no Brasil (1964-1984)**. Difel, São Paulo, 1984.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Democracia e sociedade autoritária. In: CASTRO, Jorge Abrahão de. e POCHMANN, Marcio. **Brasil**: Estado social contra a barbárie. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2020, p. 43-59.

CLEMENS, E. Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupos de mulheres e a transformação na política dos Estados Unidos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3, 2010, pp. 161-218.

COSTA SOBRINHO. João Elias de Oliveira. **Regimes, subsistemas e repertórios de interação**: as relações do movimento sindical com o Executivo federal nos governos Lula e Dilma. Brasília, DF. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, UnB, 2019.

CUNHA, Marcella. Brasil saiu do mapa da fome produzido pela ONU. Radio Senado, 16/09/2014. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2014/09/16Brasil saiu do mapa da fome produzido pela ONU](https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2014/09/16Brasil%20saiu%20do%20mapa%20da%20fome%20produzido%20pela%20ONU) — Rádio Senado.

DAHL, Robert. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 1997.

DOWBOR, Monika W. **A arte da institucionalização**: estratégias de mobilização dos sanitaristas (1974-2006). 2012, Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade de São Paulo, São Paulo.

EVANS, Peter. Movimentos nacionais de trabalhadores e conexões transnacionais: a evolução da arquitetura das forças sociais do trabalho no neoliberalismo. **Cadernos do CRH**, Salvador, v.28, n.75, Set./Dez. 2015.

FILGUEIRAS, Vitor. **“É tudo novo”, de novo**: as narrativas sobre grandes mudanças no mundo do trabalho como ferramenta do capital. São Paulo, Boitempo, 2021.

FLEURY, Sonia. Building Democracy in an Emerging Society: Challenges of the Welfare State in Brazil, Jan Nederveen Pieterse and Adalberto Cardoso (Ed.), **Brazil Emerging: Inequality and Emancipation**. Nova York Routledge, 2014.

FONTES, Paulo e MACEDO, Francisco. Piquetes como repertórios: organização operária e redes sociais nas greves de 1957 e 1980. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v.18, n.34, jan./abr. 2017. p. 23-47. Acesso em 1/5/2021.

FRANÇA, William. FHC ultrapassa Collor em nº de medidas provisórias. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 14/03/1998, Índice Geral. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc14039802.htm>

GALVÃO, Andreia. **O sindicalismo enquanto movimento social**: enfrentando rupturas e dicotomias. In: Encontro Anual da ANPOCS, 38, Caxambu, 2014. Acesso em 23/06/2021.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3a. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência: a crise do Estado de Bem-Estar Social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos CEBRAP**, n.18, p.103-114, set. 1987.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LARA, Ricardo e SILVA, Marco Antônio da. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 122, p. 275-293, abr./jun. 2015, p. 275-293.

LANZARA, Arnaldo Provasi. O seguro social e a construção da proteção do trabalho no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.61, nº2, 2018, p. 463-502.

MACIEL, David. Ditadura Militar e capital monopolista: estruturação, dinâmica e legado. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.18 n.32, p.64-78, jan./jun. 2014.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 1. Ed. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Tradução e organização Osvaldo Coggiola, São Paulo, Boitempo editorial, 2007.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. A transição para o neoliberalismo e a crise do Governo Collor. In: BOITO JR, Armando e GALVÃO, Andréia. **Política e Classes Sociais no Brasil nos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 19-65.

MELLO, João Manuel Cardoso de. A contrarrevolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana. In: TAVARES, Maria. C.; FIORI, José. L. (Org.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. p.15-24.

NORONHA, Eduardo Garuti (e outros). **Mundo do trabalho: crise e mudança no fim do século**. São Paulo, Scritta, 1994.

OLIVEIRA, Marco Antônio de. **Política trabalhista e relações de trabalho no Brasil: da era Vargas ao Governo FHC**. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP: [s.n], 2002.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996, p. 176-223.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. 1. Ed. São Paulo: Boi Tempo, 2013.

PESSANHA, Charles. O poder Executivo e o Processo Legislativo nas Constituições Brasileiras: Teoria e Prática. In: Luiz Werneck Vianna (Org.). **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ. p 141-194.

PINHO, Carlos Eduardo Santos. **Planejamento estratégico governamental no Brasil: autoritarismo e democracia (1930-2016)**. Curitiba: Appris, 2019.

_____. The political responses of the authoritarian national developmentalism to the structural economic crisis (1973-1985). **Brazilian Journal of Political Economy**, vol 40, nº 2, pp 411-431, April-June/2020a.

_____. Pandemia global, governo e desigualdade no Brasil: Um olhar das Ciências Sociais. *Instituto Humanitas Unisinos* (IHU), São Leopoldo, 2020b. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597877-pandemia-global-governo-e-desigualdade-no-brasil-um-olhar-das-ciencias-sociais>. Acesso em: 14/11/2020.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PUPO, Fabio e RESENDE, Thiago. Governo insiste em minirreforma trabalhista e quer liderança do Congresso. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21/11/2021. Disponível em: [FGTS: Notícias sobre FGTS | Folha Tópicos \(uol.com.br\)](#)

RAMALHO, José Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores e Sindicatos e a nova questão social. In: SANTANA, Marco Aurélio e RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo, Boitempo editorial, 2003, p.11-43.

RAMALHO, José Ricardo e RODRIGUES Iram Jácome. Sindicato, crise econômica e estratégias regionais: novas dimensões da participação política no ABC paulista. **Cadernos CRH**, Salvador, v.23, n.59, Mai/Ago. 2010, p. 339-351.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR, Armando. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991. p. 13-42.

RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difel, 1968.

RIESGO, Manuel e DRAIBE, Sonia M. Estados de bem-estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina: um novo desenvolvimentismo em gestação? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai/ago. 2011, p. 220-254.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROQUE, Isabel. Ciberativismo e sindicalismo em call-centers portugueses. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo, Boitempo, 2020. p. 281-298.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

_____. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1979.

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe a transição democrática. **Política e Sociedade**, n 13, outubro de 2008.

_____. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, out. 1999.

_____. Um sujeito ocultado. **Em Pauta**, Rio de Janeiro – 1º semestre de 2014 – n.33, v. 12, p. 85-96.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEABRA, Cátia e CASTANHO, William. Nova proposta de reforma trabalhista libera domingos e proíbe motorista de app na CLT. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4/12/2021. Disponível em: [Mercado de trabalho: Notícias sobre mercado de trabalho | Folha Tópicos \(uol.com.br\)](https://www.uol.com.br/mercado-de-trabalho/noticias/sobre-mercado-de-trabalho-folha-topicos)

SILVA, Paulo Cesar Garré. A ação coletiva: o desafio da mobilização. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**. Recife, v.7, n.2, 2018, p. 62-87.

STREECK, Wolfgang. As crises do capitalismo democrático In: **Novos Estudos Cebrap**, n.92, março 2012, p. 35-56.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TEIXEIRA, J.S. Francisco. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, J.S. Francisco e OLIVEIRA, Manfredo Araújo (orgs). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996, p. 176-223.

VIANNA, Luís Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 2.edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do após guerra. **Estudos Cebrap**, São Paulo, 4, abr./jun., 1973.

ZANETTI, Lorenzo. **O “novo” no sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios**. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <http://bibliotecadigita.fgv.br>. Acesso em 15/05/2020.

RODRIGUES, LM. Destino do sindicalismo [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. pp. 344